

Alfredo Edersheim

FESTAS DE ISRAEL



FESTAS DE ISRAEL

ALFREDO EDERSHEIM

ALFREDO EDERSHEIM

Festas de Israel

Tradução de
Jorge Goulart



UNIÃO CULTURAL EDITORA LTDA.
CAIXA POSTAL 203-A S. PAULO

AOS LEITORES

Alfredo Edersheim, autor deste livro, era judeu nascido em Viena. Convertendo-se ao cristianismo, estudou teologia em Edimburgo e em Berlim. Tinha apenas vinte e um anos quando foi ordenado ministro presbiteriano.

Conhecendo a literatura hebraica, provavelmente como nenhum outro escritor de sua época, usou de todos os preciosos subsídios que ela lhe forneceu, para lançar luzes sobre o ambiente em que se desenvolveu o cristianismo.

Graças a uma erudição que assombra até mesmo os pensadores mais cultos de nossos dias, conseguiu elucidar pontos obscuros dos primórdios do cristianismo, que nem sequer tinham sido abordados por outros autores.

Há sessenta e cinco anos, escreveu ele uma biografia de Jesus. Um crítico americano assevera que até hoje, apesar de já se terem publicado inúmeras biografias do Mestre, nenhuma há superior a que foi escrita por Edersheim.

Esse é o autor que agora apresentamos aos leitores brasileiros e o fazemos certos de que estamos assim prestando notável serviço à literatura nacional.

OS EDITORES

CONT E Ú D O

	<i>Págs.</i>
CAPÍTULO I	
Os Ciclos Festivos e o Arranjo do Calendário	7
CAPÍTULO II	
A Páscoa	21
CAPÍTULO III	
A Festa da Páscoa e a Ceia do Senhor	41
CAPÍTULO IV	
A Festa dos Pães Asmos e o dia do Pentecostes	63
CAPÍTULO V	
A Festa dos Tabernáculos	83
CAPÍTULO VI	
As Luas Novas: A Festa da Sétima Lua Nova; ou das Trombetas, ou do Dia do Ano Novo	103
CAPÍTULO VII	
O Dia da Expição	117
CAPÍTULO VIII	
As Festas Post-Mosaicas	145
CAPÍTULO IX	
Ai Ordenanças e as Leis do Sabado na Mishnah e no Talmude de Jerusalém	159

Capítulo I

OS CICLOS FESTIVOS E O ARRANJO DO CALENDÁRIO

“Procuravam a Jesus e perguntavam uns aos outros, estando no Templo: Que vos parece? Não virá ele à festa”? — João 11:56.

O caráter simbólico, visível em todas as instituições do Velho Testamento, aparece também no arranjo do seu calendário festivo. Qualquer que seja a classificação dos festivais que venhamos a adotar, um característico geral será sempre notado. Inquestionavelmente o número *sete* assinala, nas Escrituras, a medida sagrada do tempo. O sábado é o sétimo dia; A Festa de Pentecostes realiza-se sete semanas depois do começo do ano eclesiástico; o sétimo mês é o mais sagrado de todos, não sendo o seu “nascimento” ou a sua “Lua Nova” apenas consagrada ao Senhor como a dos outros meses, mas celebrada de modo especial, como a “Festa das Trombetas”, enquanto três outros festivais ocorrem dentro deste período — o Dia da Expição, a Festa dos Tabernáculos e o seu Oitavo. (1) Semelhantemente cada sétimo ano é um ano sabático, depois de sete vezes sete anos, é o Jubileu. Nem isto é tudo. *Sete* dias do ano são considerados como os festivos, uma vez que somente neles “nenhuma obra servil” podia ser feita, (2) ao passo que nos festivais chamados menores (*Moed Katon*), isto é, nos dias seguintes ao primeiro da semana da Páscoa e ao da Festa dos Tabernáculos, a diminuição das exigências ritualísticas e das restrições de trabalho denotam o seu caráter menos sagrado.

Além desta divisão geral do tempo pelo número sagrado — sete —, certas ideias gerais provavelmente se enquadram nestes ciclos festivos. Podemos, por exemplo, citar dois ou três deles: o que começa com o sacrifício da Páscoa e termina com o Dia de Pentecostes, a fim de perpetuar a lembrança da chamada do povo de Israel e a sua vida no deserto; e o que ocorre no sétimo mês (de descanso), assinalando o domínio da terra pelos

israelitas e a sua gratidão a Jeová. Destes dois ciclos se distingue o Dia de Expição, que fica numa posição intermédia, ajustando-se a ambos, mas conservando um caráter próprio, pois a Escritura o chama “um sábado de sabatismo” (3), em que não somente o “trabalho servil”, mas também, como no sábado semanal, qualquer trabalho era proibido. Em hebraico são empregados dois termos — um, *Moed*, ou reunião marcada, aplica-se a todas as estações festivas, inclusive os sábados e as luas novas; o outro, *Chag*, de uma raiz que significa “dançar” ou “estar alegre”, e que se aplica exclusivamente às três grandes festas — a Páscoa, o Pentecostes e a dos Tabernáculos, em que todos os homens eram obrigados a comparecer perante o Senhor no Seu santuário. Se nos pudéssemos aventurar a traduzir o termo geral *Moadim* por “entrevista” de Jeová com o Seu povo, o outro serviria para expressar a alegria que devia caracterizar estas “peregrinações-festivas”. De fato, os rabis expressamente mencionam estas três palavras como designativa dos grandes festivais: *Reiyah*, *Chagigàh*, e *Simchah* — *presença* ou *aparecimento* em Jerusalém; a oferta festiva *determinada* para os adoradores, o que não se deve confundir com os sacrifícios públicos oferecidos naquelas ocasiões, em nome de toda a congregação; e o *regozijo*, com que se relacionavam as ofertas voluntárias que cada um trazia, de acordo com a benção que o Senhor lhe houvesse concedido, as quais eram depois partilhadas com os pobres, os deserdados e os levitas, nas refeições alegres que se seguiam aos serviços públicos do Templo. A estes característicos gerais das três grandes festas devemos acrescentar, em referência a todas as estações festivas, o seguinte: que cada uma delas devia ser uma “santa convocação” ou ajuntamento para propósito sagrado; a obrigação de “descanso” de “trabalho servil” ou mesmo de qualquer serviço; e, finalmente, certos sacrifícios especiais que deviam ser trazidos em nome de toda congregação. Além das festas mosaicas, os judeus celebravam no tempo de Cristo duas outras festas — a de Ester, ou *Purim*, e a da *Dedicação do Templo*, depois de sua restauração por Judas Macabeu. Certas observâncias menores e

os jejuns públicos, em memória das grandes calamidades nacionais, serão considerados mais tarde. Os jejuns privados dependiam dos indivíduos, mas os fariseus estritos jejuavam toda segunda e quinta-feira. (4) durante as semanas que mediavam a Páscoa e o Pentecostes e, também, entre a Festa dos Tabernáculos e a da Dedicção do Templo. É a esta prática que o fariseu da parábola se refere, quando expressa-se vaidosamente: “Jejuo duas vezes na semana” (5). O dever de aparecer três vezes por ano no Templo aplicava-se a todos os israelitas, sendo excetuados os escravos, os surdos, mudos, coxos, doentes, velhos, enfim, quantos se vissem impossibilitados de fazer a viagem a pé, assim como as pessoas “imundas”, segundo as prescrições levíticas. Em geral, a obrigação de comparecer perante o Senhor, nos serviços de Sua casa, era considerada de suma importância. Aqui é de notar um importante princípio rabínico, o qual, se não se achava expresso nas Escrituras, parece claramente fundamentado nelas, a saber, que nenhum sacrifício podia ser oferecido, a menos que o ofertante estivesse presente, para apresentá-lo e pôr as mãos sobre ele. (6) Segue-se que, desde que os sacrifícios da manhã e da tarde, bem como os dos dias de festa eram comprados com dinheiro contribuído por todos, e eram oferecidos em favor de toda a Congregação, — todo Israel deveria atender a estes serviços. Isto era evidentemente impossível, mas para representar o povo eram designadas vinte e quatro turmas de assistentes leigos, correspondentes às turmas de sacerdotes e levitas. Estes eram os “homens estacionários” ou “homens da estação festiva” ou “homens permanentes”, por causa de “sua permanência ali no Templo como representantes de Israel”. Por amor à clareza, lembramos que cada uma destas “turmas” tinha o seu “chefe” e servia durante uma semana; os encarregados de serviço que não podiam comparecer em Jerusalém, se reuniam em alguma sinagoga central do distrito e passavam o tempo em orações e jejuns era favor de seus irmãos. No dia anterior ao sábado, no próprio sábado e no dia seguinte, não havia jejum era em virtude do regozijo do dia. Cada dia eles liam uma porção das Escrituras,

sendo o primeiro e o segundo capítulos de Gênesis divididos em seções para cada dia da semana. Esta prática, que a tradição atribui aos Tempos de Samuel e Davi, (7) vinha de data muito antiga. Mas “os homens da estação” *não* impunham as mãos nem no sacrifício da manhã nem no da tarde, nem sobre qualquer outra oferta pública. (8) O seu dever era duplo: representar todo Israel nos serviços do santuário, desempenhar o papel de guias para todos os que tivessem algum negócio no Templo. Assim, em dado momento, o chefe de turma trazia as pessoas que tinham vindo fazer expiação para ficarem livres de qualquer impureza e as enfileirava junto à “Porta de Nicanor”, a fim de facilitar-se o trabalho dos sacerdotes ministrantes. Os “homens da estação” eram dispensados de permanecer no Templo durante todo o tempo em que o “Hallel” era cantado, (9) provavelmente porque as respostas do povo ao cântico dos hinos demonstrava que não havia necessidade de representantes formais.

Até aqui não temos tratado das dificuldades que as pessoas que iam a Jerusalém encontravam devido à falta de qualquer calendário fixo das festas. Como o ano dos hebreus era *lunar*, não solar, consistia de apenas 354 dias, 8 horas, 48’ 38”. Estes, distribuídos em doze meses, poderiam, no correr de anos, desorganizar completamente os meses, de modo que o primeiro mês ou *Nisan*, (correspondente ao fim de Março ou começo de Abril), no meio do qual se fazia a apresentação do primeiro molho maduro ao Senhor, podia cair no meio do inverno. Por esta razão o Sinédrio nomeava uma comissão de três membros, da qual o chefe do Sinédrio era sempre o presidente, e que, se não houvesse unanimidade, poderia ser aumentada até o número de sete, para, por maioria de votos, determinar que ano devia ser bissexto, pela inclusão de um décimo terceiro mês. Esta resolução (10) era geralmente tomada no mês de *Adar* (o décimo segundo) sendo o *Ve-Adar* (o décimo terceiro) inserido entre o décimo segundo e o primeiro. Um ano sabático não podia ser bissexto, mas o que o precedia sempre o era. As vezes dois, mas nunca três anos bissextos se sucediam. Comumente cada terceiro

ano requeria a adição de um mês. Sendo a duração média do mês judaico de 29 dias 12 horas e 44' 3 1/3", era necessária, num período de dezenove anos, a inserção de sete meses para se pôr a era lunar de acordo com a Juliana.

Isto acarreta outra dificuldade. Os judeus calculavam o mês de acordo com as fases da lua, consistindo cada mês de vinte e nove ou de trinta dias, e começando com o aparecimento da lua nova. Mas isto dava margem a novo campo de incertezas. E' verdade que cada um podia observar por si mesmo o aparecimento de uma lua nova, mas isto, por sua vez, dependia, em parte, do tempo. Além do mais, como é fácil de ver, era indispensável uma declaração autorizada, ainda mais considerando-se que o começo de cada mês tinha de ser observado como "Dia de Lua Nova" e as festas se realizavam no décimo quinto ou outro dia do mês, o que não poderia ser rigorosamente determinado sem um conhecimento certo do seu início. Para resolver esta dificuldade o Sinédrio se reunia no "Salão das Pedras Polidas", a fim de receber o testemunho de pessoas merecedoras de fé, as quais tivessem visto a lua nova. Estas testemunhas eram tratadas principescamente, a expensas públicas, a fim de darem o melhor desempenho possível a uma tão importante missão. Se a lua nova tivesse aparecido no começo do trigésimo dia — o que corresponderia ao nosso vigésimo nono, de acordo com o costume judaico de contar o dia de tarde a tarde — o Sinédrio declarava o mês precedente como tendo sido de vinte e nove dias, ou "imperfeito". (11) Imediatamente depois eram enviados mensageiros para um ponto assinalado no Monte das Oliveiras, onde eram acesos fogos e agitadas tochas, até que uma grande fogueira numa montanha distante indicasse que o sinal tinha sido percebido. Denta maneira, a notícia de que este era a lua nova era levada de montanha em montanha, para além dos limites da Palestina, aos da dispersão, "além do rio". Doutra sorte, se não houvessem aparecido testemunhas verdadeiras, para atestar o aparecimento

da lua nova na tarde do vigésimo nono dia, a tarde seguinte, isto é, a do trigésimo dia, segundo a nossa contagem, era considerada como o começo do novo mês, caso este em que o mês anterior era declarado um mês de trinta dias, ou “completo”. Era regra estabelecida que um ano não devia ter menos de quatro nem mais de oito meses completos de trinta dias.

Mas estes fogos de aviso davam lugar a sérios inconvenientes. Os inimigos dos judeus acendiam fogos falsos para enganar os moradores distantes, tornando-se necessário enviar mensageiros especiais para anunciar a lua nova. Estes eram, entretanto, enviados somente sete vezes no ano, exatamente no tempo das várias festas — no *Nisan*, para a Páscoa, no décimo quinto dia, e no mês seguinte *Iyar*, para a “Segunda Páscoa”, guardada por aqueles que tinham sido privados da primeira; (12) em *Ab*, o quinto mês, para o jejum, no nono dia, por motivo da destruição de Jerusalém; no *Elul*, o sexto mês, em vista da aproximação das solenidades de Tishri; no *Tishri*, o sétimo mês, para os seus festivais; no *Kislev*, o nono mês, para a Festa da Dedicação do Templo; e no *Adar*, para o *Purim*. Assim, praticamente, todas as dificuldades eram removidas, exceto em referência ao mês de *Elul*, porque, sendo na lua nova do mês seguinte, ou Tishri, a “Festa das Trombetas”, seria da maior importância saber-se, em tempo, se *Elul* tinha vinte nove ou trinta dias. Mas, aqui, os rabis prescreviam que *Elul* devia ser considerado como um mês de vinte e nove dias, a menos que se recebesse uma mensagem em contrário, — pois, na verdade, desde os dias de Esdras, tinha sempre sido assim, e, portanto, o Dia de Ano Novo seria o dia seguinte ao vigésimo nono de *Elul*. Contudo, para se afastar toda a dúvida, estabeleceu-se o costume de guardar o Dia de Ano Novo em dois dias sucessivos, o que passou a ser regra para todos os outros dias das grandes festas (exceto os jejuns), e isto apesar de que, tendo há longo tempo sido fixado o calendário, não havia mais possibilidade de erro.

Os atuais nomes hebraicos dos meses parecem derivados do caldaico ou do persa. Eles não foram empregados, segundo parece averiguado, senão depois da volta da Babilônia. Antes disto os meses eram designados somente por números ou pelo fenômeno natural característico da estação. Assim, *Abib* significa “brotar”, “espigas verdes”, e designa o primeiro mês; (13) *Ziv*, “esplendor”, “florescer”, é o segundo; (14) *Bul*, “chuva” é o oitavo; (15) e *Ethanim*, “rios transbordantes”, o sétimo. (16) A divisão do ano em *eclesiástico* começa com o mês de *Nisan* (fim de Março ou começo de Abril), ou no equinócio da primavera, e em *civil*, que começa com o sétimo mês, ou *Tishri*, correspondendo ao equinócio do outono, segundo muitos afirmam, teve a sua origem depois da volta da Babilônia. Mas a analogia que se nota no arranjo duplo dos pesos, medidas e dinheiro, em civil e sagrado, bem como outros casos, milita contra aquela suposição, sendo mais prováveis que, desde o começo, os judeus distinguiram o ano civil, que começava em *Tishri*, do eclesiástico que começava em *Nisan*, e do qual mês, que era o primeiro, todos os outros eram contados. A esta dupla divisão os rabis acrescentavam a dos dízimos, para o que o ano era contado de *Elul* a *Elul*, e a da taxação dos frutos, de *Shebat* a *Shebat*.

A era mais antiga adotada pelos judeus é a que começa com o livramento do Egito. Durante o período dos reis judeus, o ano era computado a partir daquele em que o rei subia ao trono. Depois da volta do exílio, os judeus datavam os anos de acordo com a era selêucida, que começou 312 anos A. C., ou 3.450 da criação do mundo. Durante um curto período, depois da guerra da independência, adotou-se o costume de contar as datas a partir do ano da libertação da Palestina. Contudo, por um longo período, depois da destruição de Jerusalém, (provavelmente até o século doze A.C), a era selêucida continuou em uso comum, vindo finalmente a dar lugar ao atual modo de contar as datas entre os judeus, isto é, a data da

criação do mundo. Para transferir o ano judaico para o da era comum, temos de acrescentar a esta 3.761, levando-se sempre em mente, contudo, que o ano comum judaico, ou civil, começa no mês de Tishri, isto é, no outono.

A semana era dividida em sete dias, sendo de notar que somente o sétimo, o sábado, tinha um nome próprio, designando-se os outros por numerais. O dia era contado de um pôr de sol a outro, ou, melhor, do aparecimento das três primeiras estrelas com que o novo dia começava. Antes do cativeiro babilônico, o dia era dividido em manhã, meio-dia, tarde e noite, mas durante a permanência na Babilônia os hebreus adotaram a divisão do dia em doze horas, duração esta que variava com a extensão do dia. Os dias mais longos consistiam de catorze horas e doze minutos; os mais curtos, de nove horas e quarenta e oito minutos, sendo, portanto, a diferença entre os dois de mais de quatro horas. Na média, a primeira hora correspondia, mais ou menos, às seis horas da manhã do nosso dia; a hora terceira, às nove horas; o fim da hora sexta, ao nosso meio-dia, enquanto que a hora undécima, seria o cair da noite. Os romanos contavam as horas a partir da meia noite, o que explica a aparente discrepância de João 19:14, onde, à hora sexta (dos romanos) Pilatos apresentou Jesus aos Judeus, ao passo que, na hora terceira dos judeus e, portanto, a nona dos romanos e nossa, (17) Ele foi levado para a crucificação. A noite era dividida pelos romanos em quartos, e pelos judeus em três vigílias. Os judeus subdividiam a hora em 1080 partes (chlakim), e cada parte em setenta e seis momentos.

Por conveniência do leitor, juntamos aqui um calendário explicativo dos vários dias festivos:

I. — NISAN

Equinócio da primavera, fim de março ou começo de abril.

Dias:

1. Lua Nova.
14. A preparação para a Páscoa e o Sacrifício Pascoal.
15. Primeiro dia da Festa dos Pães Asmos.
16. Oferta movida do primeiro molho.
21. Fim da Páscoa.

II. — IYAR

1. Lua Nova.
15. “Segunda” ou “pequena Páscoa”.
18. Lag-le-Omer, ou o 33.º dia em Omer, i. e., da apresentação do primeiro molho maduro oferecido no 2.º dia da Páscoa, ou o 15.º de Nisan.

III. — SIVAN

1. Lua Nova.
6. Festa de Pentecostes ou das Semanas — 7 semanas ou cinquenta dias depois do começo da Páscoa, quando os dois pães do primeiro trigo amadurecido eram “movidos”, e comemorativa também da dádiva da Lei no Monte Sinai.

IV. — THAMUS

1. Lua Nova.
17. Jejum; tomada de Jerusalém por Nabucodonozor, no 9.º dia (e no 17.º por Tito). Se o 17.º ocorria no sábado, o jejum era guardado no dia seguinte.

V. — AB

1. Lua Nova.
9. Jejum — (triplo) destruição do Templo.

VI. — ELUL

1. Lua Nova.

VII. — TISHRI

1. Começo do ano civil e 2ª Festa do Ano Novo.
3. Jejum pela morte (assassínio) de Gedalias.
10. Dia de Expição; Grande Jejum.
15. Festa dos Tabernáculos.
21. Fim da Festa dos Tabernáculos.
22. Oitavo da Festa dos Tabernáculos. (Nas sinagogas, no 23.º, Festa pela conclusão da Leitura da Lei).

VIII. — MARCHESHVAN ou CHESHVAN

1. Lua Nova.

IX. — KISLEV

1. Lua Nova.
25. Festa da Dedicação do Templo, ou das Lâmpadas, estendendo-se por oito dias, em comemoração a Restauração do Templo, depois da vitória ganha por Judas Macabeu (148 A. C.) sobre os sírios.

X. — TEBETH

1. Lua Nova.
10. Jejum por motivo do sítio de Jerusalém.

XI. — SHEBATH

1. Lua Nova

XII. — ADAR (18)

1. Lua Nova.
13. Jejum de Ester. Se caísse num sábado era guardado na quinta-feira anterior.
14. Purim, ou Festa de Aman.
15. Purim propriamente.

NOTAS

- 1) Ver o capítulo sobre a festa dos tabernáculos para maiores detalhes.
- 2) São estes: o primeiro e o sétimo dia da “Festa dos Pães Asmos”, Pentecostes, O Dia de Ano Novo, O Dia de Expição, o primeiro dia da Festa dos Tabernáculos, e o seu Oitavo.
- 3) O termo é traduzido na Auth. Version — “Sábado de descanso”.
- 4) Porque numa quinta-feira Moisés subiu ao Monte Sinai e voltou numa segunda-feira, quando recebeu pela **segunda vez** as Tábuas da Lei.
- 5) Lucas 18:12.
- 6) Lev. 1:3; 3:2,8.
- 7) **Taan.** 4:2.
- 8) As únicas ofertas públicas com “imposição de mãos” eram o bode emissário, no Dia de Expição, e o novilho, quando congregação tinha cometido pecado de ignorância.
- 9) Isto acontecia, portanto, em dezoito dias do ano, os quais vão especificados em outra parte.
- 10) A tradição diz que nem o sumo-sacerdote nem o rei podiam tomar parte nestas deliberações, o primeiro porque poderia opor-se ao ano bissexto, por afastar o Dia de Expição para o tempo de frio; o rei, porque talvez desejasse um ano de treze meses, a fim de obter uma renda maior!
- 11) A fórmula usada pelo Sinédrio ao declarar a lua nova era| “É sagrado!”.
- 12) Num. 9:9-11.
- 13) Ex. 13:4; 23:15; Deut. 16:1.
- 14) 1 Reis 6:1.
- 15) 1 Reis 6:38.
- 16) 1 Reis 8:2.

17) Marcos 15:25.

18) O **Magillath Taanith** (tabela dos jejuns), provavelmente o mais antigo documento aramaico, pós-bíblico, conhecido (apesar de conter acréscimos posteriores à sua data), enumera trinta cinco dias do ano, em que o jejum, e principalmente lamentação publica, não era permitido. Um destes dias é o da morte de Herodes! Esta interessante relíquia histórica tem sido examinada, ultimamente, por críticos literários, como Derenbourg e Gratz. Depois do exílio, as dez tribos, ou pelo menos os seus descendentes, parecem ter contado os anos a partir daquela data (696). Isto se verifica de inscrições em túmulos de judeus, na Crimeia, evidentemente de descendentes das dez tribos. (Comp Davidson, na Enc. de Kitto, 3: 1173.)

Capítulo II

A PÁSCOA

“Purificai o velho fermento, para que sejais uma nova massa, assim com. o sois sem fermento. Pois, na verdade, Cristo, que é a nossa Páscoa, foi imolado por nós”. — 1Cor. v. 7.

O ciclo das chamadas festas do Templo começava muito apropriadamente com a “Páscoa” e a “Festa dos pães asmos”. Porque, rigorosamente falando, estas festas são inteiramente distintas, (1) realizando-se a Páscoa a 14 de Nisan (o 1. ° mês) e a Festa dos pães asmos no dia 15, prolongando-se por sete dias até o 21. ° do mês. (2) Devido, porém, à íntima conexão que

existe entre elas, são ambas consideradas como uma e a mesma, tanto no Velho como no Novo Testamento, (3) sendo que Josefo, num certo passo, chega a descrevê-las como “uma festa de oito dias”. (4)

Existem peculiaridades a respeito da Páscoa que a tornam mais importante, e, de fato, a singularizam entre as demais festividades. Era a primeira das três festas a que todo israelita tinha o dever de comparecer, “no lugar que Deus mesmo designasse”, sendo as outras duas a Festa das Semanas e a dos Tabernáculos. (5)

Cada uma das três festas tinha um triplo significado. Elas indicavam em *primeiro* lugar a estação do ano ou, melhor, as alegrias resultantes dos frutos da boa terra que o Senhor havia dado ao Seu povo, reservando para Si a posse dela. (6) Esta referência à natureza era patente, no caso da Festa das Semanas e a dos Tabernáculos, (7) sendo omitida quanto à dos pães asmos, não obstante a sua importância. Por outro lado, grande proeminência é dada ao *sentido histórico* da Páscoa, o qual, embora não falte inteiramente nos outros festivais, não é, entretanto, mencionado. Mas a festa dos pães asmos celebrava aquele grande evento sobre que se assenta toda a história de Israel e marcava igualmente o seu miraculoso livramento da destruição e da escravidão, bem como o começo de sua existência como nação. É que na noite da Páscoa os filhos de Israel, miraculosamente preservados e libertados, pela primeira vez surgem como um povo, e isto pela direta intervenção de Deus. O *terceiro* conteúdo de todas as festas, mas especialmente da Páscoa, é o seu caráter típico. Todos os leitores do Novo Testamento sabem como são frequentes as alusões ao Êxodo, ao Cordeiro Pascoal, à Ceia Pascoal, e a festa dos pães asmos. E que este sentido era intencional, desde o princípio, não só em referência à Páscoa, mas a todas as demais festividades, verifica-

se de todo o desígnio do Velho Testamento, e da exata correspondência entre os tipos e antítipos. De fato isto está impresso, por assim dizer, no Velho Testamento, por uma lei de necessidade. Quando Deus ligou o futuro de todas as nações à história de Abrão e de sua semente, (8) Ele tornou aquela história profética, e cada evento, e cada rito tornou-se, assim, um botão, destinado a abrir-se em flor e a amadurecer em fruto daquela árvore à cuja sombra todas as nações deveriam acolher-se.

Desta sorte a *natureza*, a *história* e a *graça* combinaram para dar uma significação especial às festividades, mas, principalmente, à Páscoa. Esta era a festa da primavera, a estação em que, após a morte do inverno, as sementes produziam uma nova colheita e as primícias eram oferecidas ao Senhor; a primavera da história de Israel também, porque cada ano o povo celebrava de novo o seu natal, e a primavera da graça, desde que o grande livramento nacional lembrava o nascimento do verdadeiro Israel, e o sacrifício da Páscoa falava daquele “Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo”. Naturalmente, pois, o mês da Páscoa, Abib, ou, como veio a ser chamado mais tarde, Nisan, (9) era para eles “o começo dos meses”, — o mês-início do ano sagrado e, ao mesmo tempo, o sétimo do ano civil. Aqui é conveniente assinalar de novo a significação do *número sete* como número sagrado ou do pacto. Por outro lado, a festa dos Tabernáculos, que encerrava o ciclo festivo, tinha lugar no dia 15 do sétimo mês, do sagrado mês, que era também o primeiro do ano civil. Nem é menos significativo que tanto a festa da Páscoa como a dos Tabernáculos caíssem no dia 15 do mês, isto é, na lua nova, ou quando o mês tinha, por assim dizer, atingido à sua plenitude de força.

O nome *Páscoa*, em hebraico *Pesach* e em aramaico e grego *Pascha*, deriva de uma raiz que significa trans- por, saltar por cima ou passar de largo, o que indica a origem histórica do festival. (10) As circunstâncias em que o povo se encontrava,

sem dúvida, explicam as diferenças, em algumas particularidades, entre a celebração inicial e as práticas do Templo. As autoridades judaicas distinguiam cuidadosamente entre a “Páscoa Egípcia” e a “Páscoa Permanente”. Na instituição foi ordenado que o chefe de cada casa devia, no dia 10 de Nisan, escolher um cordeiro ou um cabrito de um ano, sem defeito; mais tarde as ordenanças judaicas datando da volta do cativeiro de Babilônia, limitaram a escolha a um cordeiro, e explicavam que os quatro dias anteriores à matança do cordeiro se referiam às quatro gerações que tinham passado, depois que os filhos de Israel desceram ao Egito. O cordeiro devia ser morto na véspera do dia 14, ou, melhor, como está escrito, “entre as duas tardes”. (11) Segundo os samaritanos, os judeus caraítas e muitos intérpretes modernos, isto significava o espaço de tempo entre o pôr do sol e as trevas completas, isto é, entre seis e sete da tarde; mas, do testemunho contemporâneo de Josefo (12) e das autoridades talmúdicas, não pode haver dúvida de que, no tempo de Cristo, significava o intervalo entre o começo do pôr do sol e o seu completo desaparecimento. Isto daria tempo suficiente para a matança dos numerosos cordeiros que tinham de ser oferecidos, e concorda com o costume de, por ocasião da Páscoa, o sacrifício da tarde ser oferecido uma hora ou, se caísse na sexta-feira, duas horas antes do tempo usual.

Na instituição original o sangue deste sacrifício deveria ser aspergido com hissopo na verga e nos umbrais da porta, provavelmente por serem as partes mais proeminentes da entrada. Deveria, então, todo o animal ser assado, sem quebra de um osso, e comido por cada família, ou, se o número dos seus membros fosse muito pequeno, por duas famílias vizinhas, juntamente com pães sem fermento e ervas amargas, para simbolizar a amargura de sua escravidão e a pressa do seu livramento, e também para indicar a maneira pela qual o verdadeiro Israel, em todos os tempos, haveria de ter comunhão

no Cordeiro Pascal. (13) Todos os que eram circuncidados deveriam participar desta ceia, em aprestos de viagem, e a parte que não fosse utilizada devia ser queimada no lugar. Estas ordenanças referentes à Páscoa foram depois modificadas, no correr da jornada do deserto, no sentido de que os homens deveriam aparecer “no lugar que o Senhor escolhesse”, a fim de sacrificar e comer o cordeiro ou cabrito, apresentando, ao mesmo tempo, outras ofertas. (14) Finalmente foi também ordenado que se algum homem estivesse impuro no tempo da Páscoa regular, ou em alguma viagem por terras distantes, deveria celebrá-la um mês mais tarde. (15)

A *Mishnah* (16) contem as seguintes distinções entre a Páscoa “Egípcia” e a “Permanente”: “A Páscoa Egípcia era escolhida no dia 10 e o sangue devia ser aspergido com um ramo de hissopo na verga e nos umbrais das casas, e devia ser comida à pressa na primeira noite; mas a Páscoa Permanente é observada todos os sete dias”, isto é, o uso dos pães asmos foi, na sua primeira observância, obrigatório somente naquela noite, ainda que, devido à pressa de Israel, seria este, durante muitos dias, o único pão utilizável, enquanto que, depois, o seu uso exclusivo tornou-se exigido durante toda a semana. Semelhantemente, a jornada dos filhos de Israel começou no dia 15 de Nisan, ao passo que, em tempos posteriores, aquele dia foi observado como um festival semelhante ao Sábado. (17) A estas distinções foram acrescentadas as seguintes: (18) no Egito a Páscoa era escolhida no dia 10 e morta no dia 14, e não se incorria, como mais tarde, em penalidade de morte por não havê-la celebrado. Da Páscoa Egípcia se dizia: “Tomará ele e o seu vizinho mais próximo”, enquanto que, depois, o grupo dos comensais poderia ser escolhido indiscriminadamente. No Egito não foi ordenado que se aspergisse o sangue e se queimasse a gordura, como veio a se exigir mais tarde. Na primeira Páscoa se estabelecia: “Nenhum de vós sairá da porta da sua casa até pela manhã”, o que não teve aplicação posteriormente. No Egito cada um matava a sua própria Páscoa, em sua casa, ao passo que, depois, ela era morta para

todo o Israel num só lugar. Finalmente, no começo, todos eram obrigados a permanecer no lugar onde comiam a Páscoa, enquanto que, depois, era permitido comê-la num lugar e pousar noutro.

As Escrituras dizem que a Páscoa foi observada no segundo ano depois do Êxodo, (19) e que, depois, só foi repetida após a entrada na terra prometida; (20) mas, como observam os comentadores judeus, esta interrupção foi dirigida pelo próprio Deus. (21) Depois disto as celebrações públicas da Páscoa só são mencionadas durante o reinado de Salomão, (22) no tempo de Ezequias, (23), no tempo de Josias, (24) e uma vez mais, depois da volta da Babilônia, no tempo de Esdras. (25) Por outro lado, uma alusão muito significativa ao caráter típico do sangue-pascoal, como assegurado de imunidade em meio da destruição, ocorre nas profecias de Ezequiel, onde “o homem vestido do linho” recebe ordem para pôr “uma marca nas testas” dos fieis (como o sinal na primeira Páscoa), a fim de que aqueles que “iam matar velhos e moços” não se “aproximassem” dos assinalados. A mesma referência e mandamento simbólico ocorrem no livro da Revelação, (27) em relação àqueles que foram “selados, como servos do nosso Deus, nas suas testas”.

Mas a inferência de que a Páscoa só tivesse sido celebrada nas ocasiões mencionadas nas Escrituras é menos admissível, do que supor-se que ela fosse rigorosa e universalmente observada nos últimos tempos. É possível formarmos uma ideia suficientemente exata acerca de todas as circunstâncias prevaletentes no tempo de Nosso Senhor. No 14 de Nisan, todo israelita que fosse fisicamente capaz e que não estivesse debaixo da sanção levítica referente à impureza, nem distante da cidade mais de quinze milhas, era obrigado a ir a Jerusalém. Embora as mulheres não fossem legalmente obrigadas a comparecer à festa, sabemos, pelas referências bíblicas, (28) e em virtude das regras impostas pelas autoridades judaicas, que tal costume era corrente. (29) De todas as partes da terra e do estrangeiro, bandos festivos

de peregrinos subiam cantando salmos e trazendo as suas ofertas queimadas e pacíficas, de conformidade com as bênçãos recebidas do Senhor, porque ninguém podia aparecer com mãos vazias diante dele. (30) Pode-se calcular o grande número de adoradores, lembrando a passagem de Josefo, em que se diz que Cestius tendo feito um recenseamento, a fim de convencer Nero acerca da importância de Jerusalém, dá o número de cordeiros sacrificados como sendo 256. 500, o que, admitindo-se dez pessoas para cada cordeiro, daria uma população de 2. 565. 000, ou, como afirma o mesmo Josefo, 2. 700. 200, sendo de notar que, anteriormente, (A. D. 65) ele mesmo computara o número de pessoas presentes em não menos de três milhões. (31) Sem dúvida muitos destes peregrinos ter-se-iam acampado fora dos muros da cidade. (32) Os que se alojavam dentro dos muros eram gratuitamente hospedados, e, em troca, deixavam aos seus hospedeiros as peles dos cordeiros pascoais e os vasos de que se utilizavam nos serviços sagrados. De tais “companhias” festivas faziam parte os pais de Jesus, subindo e descendo “todo ano” a Jerusalém, e levando consigo o “santo menino”, depois que ele completou a idade de doze anos, estritamente de acordo com a lei rabínica (Yoma, 82 a). Foi numa dessas ocasiões que Jesus ficou para trás, “assentado no meio de doutores, ouvindo-os e interrogando-os”. (34) Sabemos que Nosso Senhor, depois, frequentava as festas da Páscoa, e que na última vez em que participou de uma delas, foi regamente hospedado por um discípulo, (35) apesar de que ele parece ter tido a intenção de passar a noite fora da cidade. (36)

Mas os preparativos da Páscoa começavam antes do 14 de Nisan. Já no mês anterior (15 de Adar) pontes e estradas eram reparadas para uso dos peregrinos. Era este o tempo em que se deviam sujeitar a testes as mulheres suspeitas de adultério; de purificação, pela queima, da vitela vermelha; de se furar as orelhas dos escravos que desajassem permanecer em servidão; em resumo, de se fazerem todos os arranjos preliminares antes que começasse a estação festiva. Jesus nos faz lembrar um destes

interessantes preliminares. Em geral os cemitérios ficavam fora das cidades; mas qualquer cadáver que fosse encontrado no campo devia, de acordo com a tradição, ser enterrado no mesmo lugar em que fosse achado. Como, porém, os peregrinos podiam tornar-se “imundos” por um contato inesperado com tais “sepulcros”, deveriam estes ser “caídos” um mês antes da Páscoa. Foi, evidentemente, em referência a este costume do seu tempo, que Jesus comparou os fariseus a “sepulcros caídos”, que, na verdade, parecem brancos por fora, mas dentro estão cheio de ossos de mortos e de toda a imundícia. (37) Duas semanas antes da Páscoa, e em tempo correspondente, antes das outras duas grandes festas, os rebanhos eram dizimados e os cofres do Templo publicamente abertos e esvaziados. Finalmente sabemos que muitos “subiam a Jerusalém antes da Páscoa, a fim de purificar-se”. (38) É esta prática que encontra uma aplicação espiritual nas palavras de Paulo, referentes a uma melhor Páscoa: “De maneira que aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor indignamente será réu do corpo e do sangue do Senhor. Mas cada um prove-se a si mesmo, e assim coma do pão e beba do cálice”. (39)

A sinagoga moderna designa o sábado antes da páscoa com “o Grande Sábado”, e prescreve orações e ritos especiais com vista àquele festival. De conformidade com a tradição judaica, na instituição original da Páscoa, (40) o dia 10 de Nisan, no qual o sacrifício era escolhido, teria caído num sábado. Mas não há evidência de que no tempo de Nosso Senhor o nome ou a observância deste “Grande Sábado” estivesse em uso, apesar de que era obrigatório ensinar-se ao povo nas sinagogas os preceitos sobre a Páscoa, durante todo o mês que a precedia. Era também costume de alguns escolher o seu cordeiro sacrificial quatro dias antes da Páscoa e conservá-lo amarrado à vista, como que a lembrá-los constantemente da aproximação da festa.

Já explicamos que, de acordo com os Rabís, (41) três coisas

estavam implicada na ordem de “comparecer perante o Senhor”: “Presença”, “Chagigah” e “Alegria”. Na sua aplicação especial à Páscoa, o primeiro destes termos significava que todos deviam ir a Jerusalém e oferecer uma oferta-queimada, se possível no primeiro, mas, de qualquer forma, em qualquer dos outros seis dias da festa. Esta oferta-queimada devia ser tomada somente do “Cholin” (substancia profana), isto é, de qualquer coisa que não pertencesse ao Senhor, como os dízimos, o primogênito, ou coisas consagradas, etc. O “Chagigah” que era estritamente uma oferta-pacífica, podia ser duplo: o primeiro era oferecido no dia 14 de Nisan, o dia do sacrifício pascoal, e veio a fazer parte, depois, da Ceia Pascoal; o segundo Chagigah era oferecido no dia 15 de Nisan, que era o primeiro dia da festa dos pães asmos. Foi no tocante a este segundo Chagigah que os judeus tiveram receio de que não pudessem comê-lo, se se contaminassem no Pretório de Pilatos. (42) Em referência ao primeiro Chagigah a *Mishnah* estabelecia a regra de que somente podia ser ele oferecido, no caso de o dia da Páscoa cair em dia da semana que não o sábado, e se o cordeiro pascoal somente não tivesse sido bastante para todo o grupo que se reuniu em tomo dele. (42) Como no caso de todas as outras ofertas-pacíficas, parte deste Chagigah podia ser guardado, embora não por mais de uma noite e dois dias, após o seu Sacrifício. Sendo uma oferta voluntária, era permitido tirá-la das coisas sagradas, tais como o dízimo do rebanho. O Chagigah do dia 15, porém, era obrigatório, devendo, portanto, ser tirado do “Cholin”. O terceiro dever que incumbia aos que compareciam à era “alegria”. Esta expressão, como já vimos, se referia simplesmente ao fato que, de acordo com os seus recursos, todos os israelitas deviam, no correr deste festival, oferecer, com coração alegre, ofertas-pacíficas, as quais podiam ser escolhidas de entre as coisas sagradas. (43) Assim, os sacrifícios que todo israelita devia oferecer por ocasião da Páscoa, eram, afora a sua parte no cordeiro pascoal, uma oferta-queimada, o Chagigah (um ou dois) e as ofertas de gratidão, tudo de acordo com as bênçãos que Deus tivesse concedido a cada família.

Como sabemos, todas as vinte e quatro turmas em que os sacerdotes estavam divididos, ministravam no templo e repartiam entre si o que lhes tocava dos sacrifícios e dos pães da proposição durante as festas. Mas a turma que, pela sua ordem, estava de obrigação durante a semana, só oferecia os sacrifícios voluntários, votivos e públicos para toda a congregação, tais como os da manhã e da tarde. (44)

Os preparativos especiais para a Páscoa começavam na tarde do dia 13 de Nisan, quando, de acordo com o sistema judaico, começava o dia 14, sendo, como era computado o dia de tarde a tarde (45) Então o chefe da casa devia, com uma lâmpada acesa, examinar todos os lugares em que o fermento era usualmente guardado, devendo pôr o que dele encontrasse, em lugar seguro, de onde nenhuma porção pudesse ser retirada por qualquer acidente. Antes disso, ele orava: “Bendito és tu, Jeová, nosso Deus, Rei do Universo, que nos santificaste pelos teus mandamentos, e nos ordenaste remover o fermento”. E depois disto, ele dizia: “Todo o fermento que está em minha posse, o que eu vi e o que não vi, seja nulo, seja considerado como o pó da terra”. A busca devia ser realizada em completo silêncio e com uma lâmpada acesa. A esta pessoa talvez o apóstolo se refira naquela admoestação: “purificai o velho fermento”. (46) A tradição judaica vê uma alusão a esta pesquisa, igualmente, nas palavras de Sofonias 1. 12: “Naquele tempo esquadrinharei a Jerusalém com velas”. Se o fermento não fosse removido na tarde do dia 13, ainda o poderia ser na manhã do dia 14 de Nisan. A questão sobre quais as substancias fermentadas era assim resolvida: Os bolos asmos que eram o único pão usado durante a festa, podiam ser feitos de qualquer destas cinco espécies de grãos: trigo, cevada, espelta, aveia e centeio, mas os bolos deviam ser preparados antes que a fermentação começasse. Qualquer coisa preparada com estas cinco espécies de grão, mas somente com estas, seria considerada “fermentada” se fosse

amassada com água, mas, se fosse usado qualquer outro líquido, como caldo de frutas, etc., não o seria.

Logo pela manhã no dia 14, começava a festa da Páscoa. Na Galileia nenhuma obra era feita todo aquele dia; na Judeia o trabalho continuava até o meio dia, sendo de notar, contudo, que, embora nenhuma nova obra devesse ser começada, a que estivesse adiantada podia ser concluída. A única exceção a esta regra era no tocante aos alfaiates, barbeiros ou lavandeiros. Mesmo antes do meio-dia do dia 14 não era mais permitido comer coisa fermentada. Segundo as opiniões mais rígidas, dez horas era o extremo limite em que o fermento podia ser usado ou, com alguma frouxidão, até às onze. Daquela hora até as doze deviam-se abster do fermento, enquanto às doze ele devia ser solenemente destruído por queima, por imersão na água ou sendo atirado ao vento. Para assegurar perfeita e uniforme obediência, quanto ao tempo exato em que deviam abster-se do fermento e promover a sua destruição, havia a seguinte regra: “Punham-se dois pães das ofertas de gratidão num banco do pórtico (do Templo). Enquanto eles permanecessem ali, todos poderiam comer pão fermentado; quando um deles fosse retirado, era proibido comer, mas não era preciso queimar (o fermento), mas quando os dois eram retirados, todo o povo devia queimar o fermento”. (47)

Em seguida punha-se todo o cuidado na escolha do cordeiro pascoal, que deveria ser perfeito e não ter nem menos de oito dias, nem mais de um ano. Cada cordeiro devia ser comido por um “grupo” que não consistisse de menos de dez pessoas, nem mais de vinte. O grupo que participou da “Ceia Pascoal do Senhor” era constituído dele e dos seus discípulos. A dois destes, Pedro e João, o Mestre havia enviado antecipadamente, a fim de “prepararem a Páscoa”, isto é, dispor tudo o que fosse necessário para a observância do preceito, especialmente a compra e o sacrifício do cordeiro. A compra podia ser feita na cidade, mas,

decerto, não dentro da corte do Templo, onde os sacerdotes promoviam um animado e proveitoso comércio, porque contra semelhante profanação o Senhor havia protestado energicamente, quando “lançou fora todos os que vendiam e compravam no Templo, e derribou as mesas dos cambiadores”, ante o espanto e revolta de quantos se viam prejudicados nos seus ganhos e diminuídos na sua autoridade. (49)

Enquanto o Salvador ainda permanecia com os outros discípulos fora da cidade, Pedro e João estavam concluindo os preparativos. Eles teriam acompanhado a multidão de fiéis que levavam os seus cordeiros pascoais à montanha do Templo. Aqui todos eram divididos em três grupos. Já o sacrifício da tarde teria sido oferecido. Ordinariamente este era morto às 2, 30 da tarde, e oferecido às 3, 30. Mas, por ocasião da Páscoa, como já vimos, ele era morto uma hora mais cedo, e, se o 14 de Nisan caía numa sexta-feira, ou, melhor, entre quinta à tarde e sexta à tarde, o sacrifício seria duas horas mais cedo, de modo a evitar-se qualquer quebra desnecessária do sábado. Na ocasião a que nos referimos, o sacrifício da tarde tinha sido morto à 1, 30 e oferecido às 2, 30. Mas antes de o incenso ser queimado e as lâmpadas arranjadas para o serviço, o sacrifício pascoal deveria ser oferecido. (50) Isto era feito desta maneira: A primeira das três turmas dos festeiros, com os seus cordeiros pascoais, era admitida na Corte dos Sacerdotes. Cada divisão ou grupo deveria consistir de não menos de trinta pessoas (3 x 10, o número simbólico da perfeição divina). Imediatamente as portas maciças eram fechadas atrás delas. Os sacerdotes tocavam três vezes as trombetas de prata, quando o cordeiro pascoal era morto. A cena era a mais impressionante. Por toda a extensão da corte até o altar de ofertas queimadas, os sacerdotes permaneciam enfileirados em duas ordens, uma segurando as taças de ouro e, outra, as de prata. Nestas o sangue do cordeiro pascoal que cada israelita matava (como representante que era do grupo que havia de participar da ceia) era apanhado por um sacerdote que o entregava ao seu

colega, recebendo em troca outra taça vazia e, assim, as taças com o sangue eram passadas até chegar ao sacerdote que estava no altar, o qual atirava o sangue na base deste. Enquanto isto, cantava-se um solene hino de louvor, os levitas dirigindo o canto e os ofertantes repetindo ou apenas respondendo. Cada primeira linha de um salmo era repetida pelo povo, ao passo que as outras eram respondidas por um “Aleluia” ou “Louvado seja o Senhor”. Esta parte do cântico consistia do chamado “Hallel”, o qual compreendia os salmos 113 a 118. Assim:

Os levitas começavam: “*Hallelu Jah*” (Louvai ao Senhor).

O povo repetia: “*Hallelu Jah*”.

Os levitas: “Louvai (Hallelu), ó vós servos de Jeová”.

O povo: “Hallelu Jah”.

Os levitas: “Louvai (Hallelu) o nome de Jeová”.

O povo respondia: “*Hallelu Jah*”.

Assim que terminava o salmo 113, começava o 114:

Os levitas: “Quando Israel saiu do Egito”.

Os levitas: “Quando Israel saiu do Egito”.

Os levitas: “À casa de Jacó do meio de um povo de língua estranha”.

O povo respondia: “*Hallelu Jah*”.

E da mesma maneira, repetindo cada primeira linha e respondendo ao resto, chegavam ao salmo 118. em que, além da primeira, mais três linhas eram repetidas pelo povo (vrs. 25 e 26):

“Salva-nos agora, te pedimos, ó Jeová”.

“Ó Jeová, envia-nos agora a prosperidade”; e “Bendito seja aquele que vem em nome de Jeová”.

Não será que a este solene e impressionante “hino” corresponda o canto de Aleluia da Igreja redimida nos céus, conforme está descrito na Rev. 19. 1. 3, 4, 6?

O canto do “Hallel”, na Páscoa, data de uma antiguidade muito remota. O Talmude insiste na sua peculiar adaptação a este propósito, desde que ele não somente recorda a bondade de Deus

para com Israel, mas também o seu livramento do Egito, e, portanto, muito apropriadamente, começa com (51) “Louvai a Jeová, vós servos de Jeová”, e não mais de Faraó. Daí também ser este “Hallel” chamado egípcio ou “o Comum”, para distingui-lo do grande “Hallel”, cantado raramente, e que compreendia os salmos 120 a 127. Segundo o Talmude, o “Hallel” recordava cinco coisas: “A saída do Egito, a divisão do mar Vermelho, a dádiva da lei, a ressurreição dos mortos e a sorte do Messias”. O “Hallel” egípcio, deve-se acrescentar, era cantado em dezoito dias e uma noite, no ano. Estes dezoito dias eram o do sacrifício da Páscoa, o da Festa de Pentecostes, e cada um dos oito dias da Festa dos Tabernáculos e da Festa da Dedicção do Templo. A única noite em que ele era recitado era a da Ceia Pascoal, quando era cantado pelos grupos pascoais, nas suas casas, de uma maneira que, depois, explicaremos.

Si o “Hallel” terminasse antes de o serviço de uma turma estar terminado, era repetido uma segunda e, se necessário, uma terceira vez. A *Mishnah* observa que, quando a Grande Corte estava tomada com as duas primeiras turmas ou divisões, raramente sucedia irem elas além do salmo 116, antes que o serviço da terceira estivesse concluído. Em seguida os sacrifícios eram pendurados ao longo da Corte em ganchos ou postos em tabuleiros que ficavam sobre o ombro de dois homens (no sábado não se fazia), para serem depois esfolados, os intestinos tirados e limpa- dos, e a gordura interna separada, posta numa vasilha, salgada e colocada no fogo do altar de ofertas queimadas. Assim estava completo o sacrifício. A primeira turma de ofertantes sendo despedida, seguia-se a segunda e, finalmente, a terceira, sendo o serviço, em cada caso, feito do mesmo modo. Então todo trabalho era encerrado com a queima do incenso e a revista dos pavios das lâmpadas para a noite.

Quando tudo tinha terminado, no Templo, os sacerdotes lavavam a Grande Corte, na qual tanto sangue sacrificial tinha sido derramado. Mas isto não era feito, se a Páscoa tivesse sido

morta no sábado. Neste caso, também, as três turmas esperavam — a primeira na Corte dos Gentios, a segunda no Chel, e a terceira na Grande Corte, para que não carregassem desnecessariamente, suas cargas, no dia de sábado.

Mas, como regra geral, os serviços religiosos da Páscoa, assim como todas as obrigações religiosas, “invalidavam o sábado”. A outros respeito, a Páscoa, ou antes, o dia 15 de Nisan, devia ser observado como um sábado, não sendo permitido nenhum trabalho. Havia, contudo, uma exceção muito importante a esta regra. Era permitido preparar os alimentos necessários no dia 15 de Nisan. Isto explica porque as palavras de Jesus, dirigidas a Judas, durante a Ceia Pascoal, (não a do Senhor), podiam ser entendidas como significando que Judas, “que tinha a bolsa” devia “comprar as coisas” de que eles tinham “necessidade para a festa”. (52)

Foi provavelmente quando o sol começava a declinar no horizonte que Jesus, e os outros dez discípulos desceram, uma vez mais, o Monte das Oliveiras rumo à Cidade Santa. Diante deles estava Jerusalém toda engalanada para a festa. De toda parte surgiam peregrinos que para lá se dirigiam apressados. Tendas brancas cobriam a relva, embelezada com as flores da primavera entrante, ou surgiam em meio dos parques ou da folhagem escura dos olivais.

Do meio das majestosas edificações do Templo, recamadas de mármore e de ouro, brilhando aos influxos dos raios solares erguia-se o fumo do altar de ofertas queimadas. Estas cortes estavam agora apinhadas de ansiosos adoradores, os quais ofereciam, pela última vez, num sentido real, os seus cordeiros pascoais. Às ruas, igualmente, estavam repletas de estrangeiros, e os telhados chatos das casas tomados de observadores, os quais, ou extasiavam os olhos com a visão primeira da Cidade Sagrada, com a qual tinham tantas vezes sonhado, ou, quem

sabe, se regozijavam ao reverem aqueles sítios bem-amados. Foi esta a última vez que o Senhor contemplou a Cidade Santa — até a sua ressurreição! Somente uma vez mais, ao aproximar-se a noite de Sua traição, poderia Ele vê-la à pálida luz da lua cheia. Ia ele “completar a Sua morte” em Jerusalém; ia preencher tipo e profecia, e oferecer-se como o verdadeiro Cordeiro Pascoal — “o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo”. Os que o acompanhavam estavam ocupados com muitos pensamentos. Sabiam que terríveis eventos os aguardavam, pois, não fazia muitos dias, tinham eles ouvido a sentença de que estas gloriosas fábricas, de que, com razão patriótica, tanto se orgulhavam, seriam destruídas, não ficando pedra sobre pedra. Entre eles, revolvendo planos tenebrosos e aguilhoado pelo grande Inimigo, movia-se o traidor. E agora já estavam dentro da cidade. O Templo, a ponte real, os palácios esplêndidos, os mercados bulhentos, as ruas cheias de peregrinos de toda parte, tudo lhes era familiar, quando abriam caminho para o cenáculo mobilado para eles. Entretanto, a multidão descia do Templo, todos levando nos ombros o cordeiro, para prepararem a Ceia Pascoal.

NOTAS

- 1) Lev. 23: 5, 6; Num. 28: 16, 17; 2 Cron. 30: 15, 21; Esd. 6: 19, 22; Marc. 14: 1.
- 2) Ex. 12: 15.
- 3) Mat. 26: 17; Marc. 14: 12; Luc. 22: 1.
- 4) **Antig.** 2: 15, 1; comp. com 3: 10, 5; 9: 13, 3.
- 5) Ex. 23: 14; 34: 18-23; Lev. 23: 4-22; Deut. 16: 16.
- 6) Lev. 25: 23; Sal. 85: 1; Is. 8: 8; Os. 9: 3.
- 7) Ex. 23: 14-16; 34: 22.
- 8) Gen. 12: 3.
- 9) Abib é o mês dos “brotos” ou das “espigas verdes”. Est. 3: 7. Nee. 2: 1.
- 10) Ex. 12.
- 11) Ex. 12: 6; Lev. 23: 5; Num. 9: 3, 5.

- 12) Guer. Jud. 6: 9, 3.
- 13) 1 Cor. 5: 7, 8.
- 14) Ex. 34: 18-20; Deut. 16: 2, 16, 17.
- 15) Num. 9: 9-11.
- 16) Pes. 9: 5.
- 17) Ex. 12: 16; Lev. 23: 7; Num. 28. 18.
- 18) Tos. Pes. 8.
- 19) Num. 9: 1-5.
- 20) Jos. 5: 10.
- 21) Ex. 12: 25; 13: 5.
- 22) 2 Cr. 8: 13.
- 23) 2 Cr. 30: 15.
- 24) 2 Reis 23: 21.
- 25) Esd. 6: 19.
- 26) Ezeq. 9: 4-6.
- 27) Apoc. 7: 2, 3 9: 4.
- 28) 1 Sam. 1: 3-7; Luc. 2: 41, 42.
- 29) Josefo, Guerras, 6: 9-3: Mishnah Pes. 9: 4.
- 30) Ex. 23: 15; Deut. 16: 16, 17.
- 31) Guer. Jud. 6: 9, 3; 2: 14, 3. Estes cálculos, sendo tirados de dados oficiais, não devem ser muito exagerados. De fato, Josefo defende-se desta acusação.
- 32) É interessante notar que o Talmude (Pes. 53) cita especialmente Betfagé e Betânia, como lugares celebrados pela sua hospitalidade para com os romeiros.
- 34) Luc. 2: 41-49.
- 35) Mat. 26: 18; Marc. 14: 12-16; Luc. 22: 7-13.
- 36) Mat. 26: 30, 36; Marc. 14: 26, 32; Luc. 22: 39; João 18: 1.
- 37) Mat. 23: 27.
- 38) Jo. 11: 55.
- 39) 1 Cor. 1 1: 27, 28.
- 40) Ex. 12: 3.
- 41) Chag. 2: 1; 6: 2.
- 42) Jo. 18: 28.
- 43) Pes. 6: 4.
- 44) Deut. 27: 7.
- 45) Succah 5: 7.
- 46) O art. da Enc. de. Kitto, (3ª ed.). vol. 3º, *pags.* 425. chama a

este dia “a preparação para a Páscoa”, e faz confusão com João 19: 14. Mas o período entre a tarde de 14 a 15, nunca é chamado, nos escritos judaicos, de “a preparação para”, mas sim “o começo da Páscoa”. Além disso, o período descrito em João 19: 14 foi depois, não antes da Páscoa. As notas de Alford sobre esta passagem e a de Mat. 26: 17, sugerem um grande numero de dificuldades desnecessárias e contêm inacurácias devidas somente á falta de conhecimento das autoridades hebraicas. Para se obter uma cronologia exata destes dias, é preciso lembrar-se que a Páscoa era sacrificada entre as tardes de 14 e 15 de Nisan, isto é, antes do fim do dia 14 e do começo do dia 15. A Ceia Pascoal, contudo, tinha lugar no próprio dia 15, tendo-se sempre em vista que, segundo os judeus, o dia começava quando as primeiras estrelas apareciam. “A preparação”, em João 19: 14 significa, como também no vers. 31, o dia de preparação para o sábado, e a “Páscoa”, do vers. 30 do cap. 18, diz respeito a toda a semana da Páscoa.

47) 1 Cor. 5: 7.

48) Pes. 1: 5

49) Mat, 22: 12, 13.

50) To. 2: 13-18.

51) De acordo com o Talmude, “O sacrificio diário da tarde precede ao do cordeiro pascoal; este á queima do incenso, e o incenso ao preparo ou limpeza das lâmpadas” (para a noite).

52) Salm. 113.

53) Jo. 13: 29.

Capítulo III

A FESTA DA PÁSCOA E A CEIA DO SENHOR

“Estando eles comendo, tomou Jesus o pão e, tendo dado graças, partiu-o e deu aos discípulos, dizendo: Tomai e comei; este é o meu corpo. Tomando o cálice, rendeu graças e deu-lho, dizendo: Bebei dele todos; porque este é o meu sangue da aliança, que é derramado por muitos para remissão de pecados”. Mat. 26: 26-28.

A tradição judaica tem a curiosa concepção de que todos os eventos importantes da história de Israel estão relacionados com a Festa da Páscoa. Assim é que se diz que foi numa noite pascoal que, após o sacrifício, caiu sobre Abrão, o “horror de grandes trevas”, no momento em que Deus lhe revelou o futuro de sua raça. (1) Semelhantemente, supõe-se, foi por ocasião da Páscoa que Abrão entreteve os seus hóspedes celestes, que Sodoma foi destruída, havendo escapado o patriarca Ló, e que as muralhas de Jericó caíram diante do Senhor. Mais ainda: aquele “pão de cevada torrado” visto em sonhos, e que conduziu à derrota o exército midianita, foi tirado do *Omer* (medida) apresentado no segundo dia da festa dos pães asmos, assim como, em data posterior, os capitães de Senaqueribe e o rei da Assíria, que se detiveram em Nob, foram apanhados pela mão de Deus também na páscoa. Foi pela páscoa que apareceu aquela mão misteriosa escrevendo, na parede do palácio, o destino trágico da Babilônia, como foi ainda na Páscoa que Ester e os judeus jejuaram, e pereceu o cruel Haman. E haveria de ser, numa noite pascoal, em dias futuros, que o juízo final cairia sobre “Edom” e o glorioso livramento de Israel teria lugar. É por isso que até hoje, em toda casa judaica, a certa altura do serviço pascoal, justamente depois que “o terceiro cálice” ou “o cálice de benção” é bebido, a porta se abre, a fim de permitir a entrada de Elias, o precursor do

Messias, ao mesmo tempo que são lidas passagens apropriadas e que predizem a destruição de todas as nações pagãs. (2)

É unir coincidência notável o fato de Jesus, na instituição da Sua própria Ceia, haver relacionado o símbolo, não de julgamento, mas do Seu amor sacrificial, com este “terceiro cálice”. Ao mesmo tempo, é interessante notar que nenhum outro serviço contém, dentro do seu escopo, tão ardentes aspirações do retorno a Jerusalém e da reconstrução do Templo, nem tantas alusões às esperanças messiânicas, como a liturgia da noite da Páscoa atualmente em uso entre os judeus.

Se admitirmos que as orações e cerimônias que se incorpora são as mesmas do tempo de Nosso Senhor, teremos em mãos os recursos para descrever minuciosamente tudo o que se passou, quando Ele instituiu a Santa Ceia. Veremos o Mestre presidindo à reunião dos seus discípulos, saberemos que orações Ele pronunciou e em que partes especiais do serviço, e ainda poderemos reproduzir o arranjo da mesa, em volta da qual eles se assentaram.

Durante muitos séculos a Ceia Pascoal era assim disposta, três grandes pães asmos envolvidos num guardanapo e colocados numa bandeja, e sobre eles os sete elementos necessários para a “Ceia Pascoal”, colocados deste modo.

UM OVO FRITO (Em substituição ao Chagigah do dia 14). CHAROSET (Para representar o cativeiro do Egito) ÁGUA SALGADA	ERVAS AMARGAS	UM QUARTO DE UM CORDEIRO ASSADO (Substituindo o Cordeiro Pascoal) ALFACES Cerefólio e salsa
---	---------------	---

Infelizmente, porém, a analogia não persiste. Assim como a atual liturgia da Páscoa contém, comparativamente, poucos elementos dos tempos do Novo Testamento, assim também o arranjo presente da mesa pascoal data, evidentemente, de um tempo em que os sacrifícios tinham cessado. Por outro lado, contudo, na sua maior parte, os costumes observados nos nossos dias são precisamente os mesmos de quase vinte séculos atrás. Um sentimento, portanto, não de curiosidade satisfeita, mas de santo temor, nos invade, quando, descerrando a cortina de longos séculos passados, penetramos no quarto alto, em que o Senhor Jesus participou daquela Páscoa que Ele, com o coração amorável de Salvador, tanto desejou comer com os Seus discípulos. Os principais incidentes da festa estão todos vividamente diante de nós: a entrega do “pão molhado no prato”; “o partir do pão”, a oração de “graças”, “a distribuição do cálice” e o “cântico final do hino”. Até a exata posição à mesa podemos saber. Mas as palavras associadas com estas sagradas memórias soam de maneira mais tocante, quando encontramos nos escritos rabínicos o “cordeiro pascoal” (3) designado como o “Seu corpo”, ou quando a nossa atenção é especialmente chamada para o cálice conhecido como “o cálice de benção que nós abençoamos” ou, senão, quando o próprio termo da liturgia pascoal, o “Haggadah”, (4) que significa “mostrar”, “anunciar”, é empregado por S. Paulo para descrever o serviço da Santa Ceia. (5) Antes de prosseguir é bom guardar na lembrança que, de acordo com as ordenanças judaicas, o cordeiro pascoal era assado num espeto feito da romãzeira, o qual atravessava a vítima em linha reta desde a boca. Era preciso tomar-se especial cuidado, afim de que, ao ser assado, o cordeiro não tocasse no forno, pois, de outra sorte, a parte contaminada teria de ser cortada. Este é apenas um caso das exageradíssimas minúcias rabínicas. Tinha por fim inculcar a ideia de que o cordeiro devia ser puro, livre de qualquer contato com matéria estranha, que

pudesse, de algum modo, aderir a ele. Tudo, aqui, tinha significação, e qualquer falta prejudicaria a harmonia do todo. Tudo era típico: os ossos não podiam ser quebrados; o cordeiro não devia ser cozido em água, mas assado no fogo; (6) devia comer-se “a cabeça com as suas pernas e a fressura”, e nada devia deixar-se dele até pela manhã, “porém o que dele ficar até pela manhã, queimá-lo-eis ao fogo”. (7) De todos os outros sacrifícios, mesmo os mais santos, (8) somente este não podia ser cozido, porque a carne devia permanecer pura, sem mistura mesmo de água. Portanto, nenhum osso do cordeiro podia ser quebrado; devia ser servido inteiro, nada dele podia ser deixado de parte; e os que se reuniam em torno dele deveriam constituir uma família.

Tudo isto tinha por fim demonstrar que o sacrifício devia ser completo e perfeito, como completa e inquebrantável devia ser a comunhão com o Deus que havia passado pelas portas aspergidas de sangue, e com todos os que constituíam uma só família e um corpo. “O cálice de benção que abençoamos, não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos, não é a comunhão do corpo de Cristo? Pois nós, que somos muitos, somos um só pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão”. (9)

Tais conceitos e sentimentos, de que, sem dúvida, todos os israelitas verdadeiramente espirituais participavam, davam expressão à festa pascoal, em que Jesus se assentou com os seus discípulos e que Ele transformou na Santa Ceia, relacionando-a com a Sua pessoa e obra. Todos os sacrifícios, é verdade, prefiguravam a Sua obra; mas nenhum outro era tão apropriado para comemorar a sua morte, nem o grande livramento associado a ela, ou a grande união e comunhão dela decorrentes. Mas havia ainda outras razões, para que ela fosse tão bem ajustada como figura típica de Cristo. Era um sacrifício, e, contudo, inteiramente fora da ordem dos sacrifícios levíticos. Porque ela foi instituída e observada, antes que houvesse sacrifícios levíticos; antes que a Lei fosse dada; antes mesmo que o Pacto fosse ratificado com

sangue. (10) Em certo sentido, pode-se dizer que ela foi a causa de todos os outros sacrifícios da Lei e do próprio Pacto. Finalmente, ela não pertencia nem a uma nem a outra classe de sacrifícios; não era, propriamente, nem uma oferta pelo pecado, nem uma oferta pacífica, mas uma combinação de ambas, sendo, a muitos aspectos, inteiramente diferente delas. Em resumo: assim como o sacerdócio de Cristo foi um verdadeiro sacerdócio do Velho Testamento, não segundo a ordem de Arão, mas segundo a primitiva ordem profética e real de Melquisedeque, assim também o sacrifício de Cristo foi um verdadeiro sacrifício do Velho Testamento, não segundo a ordem dos sacrifícios levíticos, mas segundo a ordem do primitivo sacrifício pascoal, pelo qual Israel tornou-se uma nação real.

Agora, quando os convivas (11) se reúnem em torno da mesa para comer a Páscoa, não aparecem mais, como na primeira celebração, com os seus “lombos cingidos”, com sapatos nos pés e cajado na mão, à guisa de viajantes prontos para a partida. Ao contrário, surgem vestidos com as suas melhores roupas, alegres e repousados, como se fossem filhos de um rei. Para exprimir bem esta ideia, os rabinos recomendam que o Cordeiro Pascoal, ou ao menos parte dele, seja comido naquela posição inclinada que nos é familiar pela leitura do Novo Testamento. “Porque, dizem, usam eles esta posição inclinada, como homens livres que são e em memória de sua liberdade”. E acrescentam: “Os escravos comem de pé, mas estes comem assentados e reclinados, para que se saiba que foram libertados da escravidão”. E, finalmente: “Ninguém, nem o mais pobre em Israel pode comer, antes de assentar-se e reclinar-se”. Mas ainda que fosse muito recomendável assentarem-se inclinados durante toda a Ceia Pascoal, isto só era absolutamente obrigatório durante a participação do pão e do vinho. Esta posição inclinada se assemelha muito à que é ainda usada no Oriente, isto é, a de se descansar o corpo sobre os pés. Daí, o caso da mulher penitente na festa de Simão, a qual, diz o texto, “estava aos pés, de trás, chorando”. (12) Ao mesmo tempo, o cotovelo esquerdo se

apoiava na mesa e a cabeça descansava na mão, deixando-se espaço suficiente entre cada comensal, a fim de facilitar-se o movimento da mão direita. Isto esclarece o sentido da passagem, na qual se diz que João “estava reclinado no seio de Jesus” e, depois, que “ele encostou-se ao peito de Jesus”, quando se voltou para trás, a fim de falar com Ele. (13)

O uso de vinho na Ceia Pascoal, (14) apesar de não mencionado na Lei, era estritamente exigido pela tradição. De acordo com o Talmude de Jerusalém o vinho era destinado a exprimir o gozo de Israel na noite pascoal, de sorte que até o mais pobre devia ter ao menos “quatro cálices, ainda que tivesse de receber o dinheiro para isto da caixa dos pobres”. (15) Se ele não pudesse obtê-lo de outro modo, acrescentava o Talmude, “devia vender ou empenhar a sua roupa, ou alugar-se a si próprio por estes quatro cálices de vinho”. A mesma autoridade dá várias explicações sobre o sentido do número *quatro*, o qual pode corresponder às quatro palavras usadas acerca da redenção de Israel (tirar, livrar, remir, tomar), ou à quádrupla menção do cálice em conexão com o sonho do copeiro- mor, (16) ou aos quatro cálices de vingança que Deus faria as nações beberem no futuro, (17) ao passo que quatro cálices de consolação seriam entregues a Israel, como está escrito: “O Senhor é a porção do meu cálice”; (18) “Meu cálice transborda”. (19) “Tomarei o cálice da salvação”, (20) “o qual”, se acrescenta, “era duplo”, talvez de uma segunda alusão a ele no versículo 17. Em conexão com isto, talvez seja interessante citar a seguinte história parabólica do Talmude: “O santo e bendito Deus fará uma festa para os justos no dia em que a sua misericórdia se manifestar à semente de Israel. Depois que todos tiverem comido e bebido, darão o cálice da benção a Abraão nosso pai. Mas ele dirá: Eu não posso abençoá-lo, porque gerei a Ismael. E o passará a Isaque. Mas este dirá: Eu não posso abençoá-lo, porque fui pai de Esaú. Então passará o cálice a Jacó. Mas este dirá: Eu não posso tomá-lo, porque me casei com duas irmãs, o que é proibido na Lei, e o entregará a Moisés, dizendo, toma-o e

abençoa-o. Mas este replica: Não posso, porque não fui contado digno de entrar na terra de Israel, nem vivo nem morto, e passa-o a Josué. Mas este responde: Não posso, porque não tive filhos. E disse a Davi: Toma-o e abençoa-o. E este disse: Eu o abençoei, e posso fazê-lo, porque está escrito: “Tomarei o cálice da salvação e invocarei o nome do Senhor”.

Conforme vem descrito nas velhas ordenanças judaicas, a *Mishnah*, o serviço da Ceia Pascoal era muito simples. A impressão deixada no nosso espírito é de que, conquanto todas as observâncias estivessem reguladas, as orações, com poucas exceções conhecidas, eram espontâneas. O rabí Gamaliel, o mestre de São Paulo, diz: (21) “Quem quer que não saiba explicar três coisas na Páscoa não cumpriu o seu dever. Estas coisas são: o Cordeiro Pascoal, os pães asmos e as ervas amargas. O *Cordeiro Pascoal* significa que Deus passou (poupando-as), pelas casas dos nossos pais, aspergidas com sangue; os *pães asmos* significam que nossos pais foram libertados do Egito (à pressa); as *ervas amargas* significam que os egípcios tornaram amarga a vida dos nossos pais no Egito”. Mas são necessários mais alguns esclarecimentos, para podermos compreender todo o arranjo da Ceia Pascoal. Depois do sacrifício da tarde, nada podia ser comida até à Ceia Pascoal, de modo que todos pudessem celebrá-la com apetite. (22) Não está averiguado se, no tempo de Nosso Senhor, eram usados dois pães asmos ou três, como atualmente, A *Mishnah* menciona (23) cinco espécies de ervas amargas, a saber alfaces, endívia, chicórea e marroio. (A correspondência entre estas plantas e as nossas conhecidas é apenas provável). Parece que as “ervas amargas” eram usadas duas vezes durante o serviço, uma vez molhadas no sal com vinagre, e uma segunda vez com *Charoset*, um caldo do tâmaras, passas, etc. com vinagre, apesar de que a *Mishnah* expressamente declara que o *Charoset* (24) não era obrigatório. Somente vinho vermelho podia ser usado na Ceia Pascoal, e sempre misturado com água. (25) Cada um dos quatro

cálices devia conter, ao menos, um quarto da quarta parte de um *hin* (o *hin* tinha dois galões e duas pintas, medida inglesa). Finalmente, era principio assente que, depois de servida a Páscoa, não haveria sobremesa (*Aphikomen*). A Ceia Pascoal, propriamente, começava pelo chefe da “companhia”, isto é, do grupo reunido, tomando ele o primeiro cálice de vinho na mão e “dando graças” com estas palavras: “Bendito és tu, Jeová, nosso Deus, que criaste o fruto da vinha! Bendito és tu, Jeová, nosso Deus, Rei do Universo, que nos escolheste de entre todos os povos, e nos exaltaste de entre todas as línguas, e nos santificaste com os Teus mandamentos! E nos deste, ó Jeová, nosso Deus, em amor, os dias solenes de gozo; e as festas e os tempos marcados para a alegria; e este dia da festa dos pães asmos, a data de nossa liberdade, uma santa convocação, o memorial de nossa saída do Egito. Porque a nós Tu escolheste, e nos santificaste de entre todas as nações, e os Teus santos festivais com gozo e alegria Tu nos deste por herança. Bendito és tu, ó Jeová, que santificaste a Israel e aos tempos designados: Bendito és Tu Jeová, Rei do Universo, que nos conservaste com vida, e nos sustentaste e nos trouxeste até o dia de hoje!” (26)

O primeiro cálice era então bebido, e todos lavavam as mãos. (27) Foi sem dúvida neste momento que o Salvador, dando exemplo de sua humilhação, lavou os pés dos discípulos. (28) A Versão Autorizada inglesa (como a de Almeida) traduz erradamente o vrs. 2 por “e acabada a Ceia”, ao invés de, “e quando a ceia tinha começado” ou “estava começando”. (A versão Brasileira tem, acertadamente, “durante a ceia”). Foi, muito provavelmente, em referência ao primeiro cálice que Lucas fez este registro: (29) “E Ele tomou o cálice e deu graças, dizendo: Tomai-o e dividi-o entre vós”. O “cálice de benção”, o terceiro, que se incorporou na nova instituição, a Ceia do Senhor, é o que vem mencionado no versículo 20 do mesmo capítulo 22 de Lucas. Por ocasião da lavagem das mãos, era pronunciada a seguinte oração: “Bendito és Tu, Jeová, nosso Deus, que nos santificaste com os Teus mandamentos e nos

impuseste o preceito de lavar as mãos”. Dois diferentes modos de “lavagem” eram prescritos pela tradição: “mergulhando” as mãos na água, ou “derramando” água nas mãos. Na Ceia Pascoal as mãos deviam ser “mergulhadas” na água. (30)

Concluídos estes preliminares, a mesa pascoal era trazida para diante. O presidente da festa tomava, em primeiro lugar, algumas erva, mergulhava-as em água salgada, comia um pouco delas e passava aos outros. Imediatamente, depois disto, todos os pratos eram retirados da mesa (como é natural, este procedimento deveria provocar maior curiosidade) e, então, o segundo cálice era enchido. Uma cerimônia muito interessante teria, agora, lugar. Estava prescrito na Lei que, sempre, por ocasião da Páscoa, o pai explicasse a seu filho a importância do festival. No desempenho desta parte, o filho (ou uma pessoa mais moça) deveria inquirir o pai acerca daquilo, e, no caso de ser uma criança incapaz de perguntar, o mesmo pai passaria a relatar os fatos. O filho interroga: “Por que é esta noite diferente de todas as outras noites? Por que em todas as outras noites podemos comer pão com fermento ou sem fermento, e, nesta noite, somente pães asmos? Em todas as outras noites comemos qualquer espécie de ervas, mas, nesta, somente ervas amargas? Em todas as outras noites comemos carne assada, frita ou cozida, e, nesta, somente assada? Em todas as noites mergulhamos as ervas somente uma vez, e, nesta, duas vezes? ” Isto, de acordo com as mais antigas e mais aceitas tradições, às quais se acrescenta: “Em seguida o pai instrui o seu filho, segundo a sua capacidade de conhecimento, começando pela nossa desgraça e terminando com a nossa glória, e expondo-lhe toda a seção da Escritura que começa com “Sírio miserável foi meu pai”, e prosseguindo até o fim. (31) Em outras palavras, o chefe da família teria de relatar toda a história nacional desde Tera e Abraão, falando da idolatria deles. do livramento do Egito, da entrega da Lei, enfim, tudo o mais completamente possível. (32) Feito isto, eram trazidos de novo os pratos para a mesa pascoal. O presidente, então, sucessivamente, tomava o prato do Cordeiro

Pascoal, o de ervas amargas e o dos pães asmos, e explicava, resumidamente, a importância de cada um deles, de acordo com o ensino de Gamaliel: “De geração em geração todo o homem deverá considerar-se como tendo ele mesmo saído do Egito. Porque está escrito: (33) “Naquele dia contarás a teu filho, dizendo: Isto é por causa do que Jeová fez por mim, quando saí do Egito”. “Portanto”, continua a *Mishnah*, citando as próprias palavras da oração usada, “nós estamos no dever de agradecer, de louvai', glorificar, exaltar, honrar, bendizer, e reverenciar Àquele que operou tão grandes milagres por nós e por nossos pais. Ele nos tirou da escravidão para a liberdade, da tristeza para o gozo, do pranto para a testa, das trevas para a luz, e da servidão para a redenção. Portanto, cantemos diante d'Ele: aleluia!” Em seguida, cantava-se a primeira parte do “Hallel”, a qual compreende os Salmos 113 e 114, com esta breve oração no fim: “Bendito és Tu, Jeová, nosso Deus, Rei do Universo, que nos remiste e remiste aos nossos pais”. Neste ponto o segundo cálice era bebido. Lavavam-se as mãos pela segunda vez, com a mesma oração feita antes, e um dos pães asmos era partido com “ação de graças”.

As autoridades rabínicas expressamente afirmam que esta “ação de graças” devia seguir, não preceder, ao partir do pão, porque este era o pão da pobreza, “e os pobres não possuem um pão inteiro, mas pedaços”. A distinção é importante, porque prova que, uma vez que o Senhor, ao instituir a Sua Ceia, de acordo com o testemunho uniforme dos três Evangelhos e de S. Paulo, (34) primeiro deu graças e, depois, partiu o pão (“tendo dado graças, o partiu”), só podia tê-lo feito numa fase posterior do serviço.

Pedaços do pão partido, com ervas amargas entre eles, e “molhados” no Cheroeth, eram, em seguida, passados de mão em mão. Este, muito provavelmente, era o “pão molhado” que, em resposta à pergunta de João sobre quem era o traidor, o Senhor deu a Judas. (35) O pão asmo ou sem fermento com ervas

amargas constituía, de fato, o começo da Ceia Pascoal, a primeira parte do serviço tendo apenas sido uma espécie de preparação. Mas como Judas, depois de “ter recebido o pão molhado, saiu imediatamente”, não poderia ter participado do Cordeiro Pascoal e, muito menos, da Ceia do Senhor. Os solenes discursos do Senhor, registrados por S. João, (36) devem portanto ser considerados como o seu último “discurso à mesa”, e a oração intercessória que se seguiu (37) como a Sua “ação de graças” após a comida.

A Ceia Pascoal, propriamente, consistia dos pães asmos com ervas amargas; do referido Chagigah ou ofertas festivas (quando trazidas), e, finalmente, do Cordeiro Pascoal. Depois disto, nada mais podia ser comido, para que a carne do Sacrifício Pascoal pudesse ser o último alimento de que se participasse. Mas desde que cessou a Sacrifício Pascoal, os judeus concluem a Ceia com um pedaço de bolo ou pão asmo, a que eles chamam o *Aphikomen* ou sobremesa. Então, depois de lavarem as mãos mais uma vez, é enchido o terceiro cálice e pronunciada a oração de ação de graças de após a comida. É, pois, muito notável o fato de haver Jesus antecipado a atual prática judaica, havendo partido o pão, “depois de haver dado graças”, (38) ao invés de adotar a velha formalidade de não comer qualquer coisa depois do Cordeiro Pascoal. E, entretanto, ao assim fazer, Ele apenas se ajustava ao espírito da festa pascoal. Porque, como já temos notado, ela era comemorativa e típica. Comemorava um evento que apontava para outro e com ele se confundia, a saber, o oferecimento de um melhor Cordeiro e de uma melhor liberdade relacionada com aquele sacrifício. Por isso, depois da noite de Sua traição, o Cordeiro Pascoal não poderia ter mais significação, e era portanto, justo que o *Aphikomen* comemorativo tivesse lugar. A corda simbólica, se admitirmos a figura, tinha atingido ao seu alvo — o sacrifício do Cordeiro de Deus; e, ainda que de um certo ponto de vista, este continue até a sua segunda vinda, por outro lado, é também uma coisa nova.

Agora era o momento de ser tomado o terceiro cálice, sendo pronunciada na ocasião uma bênção especial. Não pode haver qualquer dúvida razoável, de que fosse este o cálice que Nosso Senhor relacionou com a Sua própria Ceia. Ele é chamado nos escritos judaicos, assim como por S. Paulo, (39) “o cálice de bênção”, não só porque tanto ele como o primeiro cálice requeriam uma “bênção” especial, mas também porque vinha após a “graça depois da comida”. Tal importância ligava-se a ele, que o Talmude (40) aponta dez peculiaridades sobre o seu uso, peculiaridades que não podemos considerar agora, mas que servem para demonstrar o grande valor que se dava a este cálice. (41) A cerimônia era encerrada com o quarto cálice, quando se cantava a segunda porção do “Hallel”, constante dos Salmos 115, 116, 117 e 118, terminando tudo com a “bênção do canto”, que compreendia estas duas orações: “Todas as tuas obras Te louvarão, Jeová, Nosso Deus. E todos os santos, os justos de quem Te agradas, e todo o Teu povo, a casa de Israel, com cantos de regozijo, louvem, bendigam, magnifiquem, exaltem, glorifiquem, reverenciem, santifiquem, e atribuam. o reino ao Teu nome, ó nosso Rei! Porque é bom louvar-te, e agradável cantar louvores ao Teu nome, porque de eternidade até a eternidade Tu és Deus”.

“Tudo o que tem fôlego de vida louve o Teu nome, Jeová, nosso Deus. E o espírito de toda carne glorifique, continuamente, e exalte o Teu memorial, ó nosso Rei! Porque de eternidade até a eternidade tu és Deus, e além de Ti não temos nenhum Rei, Redentor ou Salvador”, etc. (42)

Desta maneira era celebrada a Ceia Pascoal pelos judeus, no tempo em que Jesus, pela última vez, se assentou com os seus discípulos para participar dela. É tão importante termos uma noção clara de tudo o que se passou na ocasião, que, com risco de nos tornarmos repetitivos, procuraremos reunir os dados que nos fornecem os Evangelhos, acrescentando a eles as explicações que já demos em detalhe. Logo de início,

declaramos ser indigna de discussão séria a teoria de que Nosso Senhor celebrou a Páscoa em outra ocasião que não o tempo regular dela, ou de que S. João pretendesse afirmar que Jesus participou, da Páscoa no dia 13, em vez de no dia 14 de Nisan. (43) A estas absurdas hipóteses, devemos opor o argumento conclusivo de que, a não ser na tarde do 14 de Nisan, nenhum Cordeiro Pascoal poderia ter sido oferecido no Templo e, portanto, nenhuma Ceia Pascoal seria celebrada em Jerusalém. Mas examinando o próprio texto da Escritura, temos a seguinte narrativa dos eventos: Na manhã do dia 14 de Nisan o Senhor Jesus, tendo enviado Pedro e João adiante dele “para prepararem a Páscoa, “à tarde foi para ali com os doze” (44), para o “cenáculo”, o “espaçoso cenáculo mobiliado” (45) para a Ceia, ainda que Ele parecesse ter o propósito de passar a noite fora da cidade. Daí a razão por que Judas e o bando dos sacerdotes não O procuraram no lugar em que Ele tinha comido a Páscoa, mas foram “ao jardim, no qual Ele tinha entrado e os seus discípulos, porque Judas ‘conhecia o lugar’(46) que era aquele a que “Jesus se recolhia muitas vezes com os seus discípulos”.

Voltando aos relatos: “Quando chegou a hora” do começo da Ceia Pascoal, Jesus “se assentou, e os doze com Ele”, todos, segundo o costume da festa, “inclinando-se” (47) João, “no seio de Jesus”, estando colocado logo adiante d’Ele, e Judas aparentemente logo atrás, enquanto Simão Pedro ficava em frente de João, podendo assim “acenar para ele”, quando desejou pedir a este que perguntasse ao Mestre quem era o traidor. Estando assim dispostos os discípulos, Jesus “tomou o cálice e deu graças, dizendo: Tomai-o e dividi-o entre vós”. (48) Este cálice era o primeiro, depois do qual se pronunciava a primeira oração do serviço. Em seguida, de acordo com o ritual, todos lavavam as mãos, sendo de notar que aqui o Senhor deu nova expressão à observância, para a comunidade que se constituiria em torno do Seu sacrifício, e, “levantando-se da Ceia começou a lavar os pés aos discípulos”. (48) Explica-se como esta ação, apesar de provocar forte resistência da parte de Pedro devido ao

papel que o Mestre representava, não produziu qualquer observação, quanto à sua singularidade. No correr do serviço o Senhor combinou o ensino novo com as lições do passado, porque, como temos visto, havia muita liberdade de usos, desde que não fossem esquecidas as instruções obrigatórias da festa. (50) A primeira parte do “Hallel” já teria sido cantada, e em ordem subsequente Ele teria tomado o “pão da pobreza” e as “ervas amargas”, comemorativas da tristeza e da amargura do Egito, quando “Ele foi atribulado em espírito” por causa da “raiz de amargura” que haveria de brotar entre eles e “atribulá-los” e pela qual “muitos seriam contaminados”. A preocupação geral dos discípulos sobre qual deles o havia de trair foi revelada pelo gesto de Pedro. João compreendeu o sentido do sinal e, “encostando-se no peito de Jesus”, fez-lhe a pergunta, a que Ele respondeu dando o pedaço molhado do pão asmo e ervas amargas a Judas Iscariotes.

“Após o bocado entrou nele logo Satanás”, e ele “saiu imediatamente”. Era um momento impróprio para deixar a mesa pascoal, porque justamente com “o pão molhado” no “Charoseth” começava a Ceia Pascoal.

Diz o Evangelho que “alguns pensaram”, evidentemente sem maior reflexão, dada a excitação do momento, que Judas, “que trazia a bolsa” e a quem, portanto, incumbiam certas providências, tivesse saído a fim de comprar “aquelas coisas de que eles tinham necessidade para a festa”, ou para dar “alguma coisa aos pobres”, aplicando assim um pouco dos recursos comuns na aquisição da “oferta pacífica” para os pobres. Isto estaria de conformidade com o espírito da ordenança, não envolvendo, necessariamente, qualquer quebra da Lei, desde que era permitido preparar-se não só tudo o que era necessário para a festa, como para o sábado, que, nesta ocasião, vinha a seguir. Porque, como temos visto, a observância festiva do dia 15 de Nisan diferia nisto da do sábado ordinário, apesar de que, mesmo em referência ao sábado normal, não havia o rigor que a tradição

judaica estabeleceu mais tarde.

Foi, portanto, depois da Ceia Pascoal regular que o Senhor instituiu a Sua própria Ceia, usando pela primeira vez o *Aphikomen*, “depois de haver dado graças” (após a comida), para simbolizar o Seu corpo, e o terceiro cálice ou o “cálice de benção que nós abençoamos” (51), “o cálice de depois da ceia” (52), para simbolizar o seu sangue. “E tendo cantado um hino” (53) “saíram para o Monte das Oliveiras”. (54) Foi então que caiu sobre Ele aquela profunda tristeza e abandono, quando tudo em volta parecia aba- ter-se ao peso do madeiro que ia ser levantado; quando os seus discípulos não puderam velar com Ele ao menos por uma hora; quando, na agonia de Sua alma, “o seu suor tornou-se em gotas de sangue a cair sobre a terra”; e quando Ele orou dizendo: “Pai, se é possível passa de mim este cálice; todavia, faça-se a Tua vontade e não a minha”. Mas o cálice que o Pai tinha de dar-lhe, Ele o bebeu até às fezes. E “tendo oferecido preces e súplicas com forte clamor e lágrimas ao que podia salvá-lo da morte, e tendo sido ouvido pela sua reverência, embora fosse Filho, aprendeu a obediência pelas coisas que sofreu e, tendo sido aperfei- çoadado, tornou-se autor da salvação eterna para todos os que lhe obedecem”. (55)

Assim, o “Cordeiro perfeito e imaculado, conhecido, na verdade, antes da fundação do mundo” (56) e, também, na verdade, “morto desde a fundação do mundo” (57), foi escolhido, preparado, desejado e esperado. Resta somente que, no presente, seja Ele oferecido como “propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo”. (58)

NOTAS

- 1) Gen. 15.
- 2) Salm. 79: 6; 69: 25; Lam. 3: 68.
- 3) As palavras da **Mishnah** são: “Enquanto o Santuário permanecer, eles trarão diante dele o corpo da (ou para a) Páscoa”. O termo **corpo** significa algumas vezes também **substancia**.
- 4) A mesma raiz empregada em Ex. 13: 8: “E **mostrará** a teu filho naquele dia, ” Deste termo inquestionavelmente é que deriva “**Haggadah** ”,
- 5) 1 Cor. 11: 23-29.
- 6) Isto não pode, certamente, ter qualquer relação com a pressa do Êxodo.
- 7) Ex. 12: 8-10.
- 8) Lev. 6: 21.
- 9) 1 Cor. 10: 16, 17.
- 10) Ex. 24.
- 11) Os judeus caraitas são os únicos que não admitem mulheres na Ceia Pascoal.
- 12) Luc. 7: 38.
- 13) João 13: 23, 25.
- 14) Todo leitor da Bíblia sabe como a vinha e os seus frutos são, empregados simbolicamente na Escritura. À entrada do santuário via-se uma vinha de ouro de proporções gigantescas.
- 15) Pes. 10: 1.
- 16) Gen. 40: 9-15.
- 17) Jer. 25: 15 51: 7; Sal. 75: 8; 11: 6.
- 18) Sal. 16: 5.
- 19) Sal. 23: 5.
- 20) Sal. 116: 13.
- 21) Pes. 10:15.
- 22) Pes. 10: 1.
- 23) 23) Pes. 2: 6.
- 24) Pes. 10: 3.
- 25) Disto não pode haver a menor dúvida. De fato, a seguinte citação da **Mishnah (Pes. 7: 13)** leva-nos a acreditar que água quente era misturada com o vinho: “Se duas companhias (grupos ou famílias) comiam a Páscoa na mesma casa, uma virava a face para um lado e a outra para o outro lado, ficando a chaleira de água quente entre ambas”.
- 26) Tais, segundo os melhores críticos, eram as palavras desta oração no tempo de Cristo. Mas é sempre bom lembrar que, em referência a muitas destas orações, devemos considerar mais o espírito e a direção

delas, do que a **ipississima verba**.

- 27) A prática moderna dos judeus difere ligeiramente da antiga, neste e em alguns outros detalhes.
- 28) João 13: 5
- 29) Luc. 22: 17.
- 30) Distinção interessa também ao bom entendimento de Marcos 7: 3. Quando a água era derramada nas mãos, estas deviam ser levantadas, de modo que a água nem corresse para os punhos, nem voltasse para as mãos; o melhor seria fechar os punhos. Por isso Dighfoot manda ler Marcos 7: 3, desta maneira: Porque os fariseus não comem sem lavar as mãos com o punho, etc. A tradução da Vers. Aut. “a não ser que lavassem as mãos muitas vezes” (assim a de Almeida) não tem evidentemente, sentido.
- 31) Mishnah, Pes. 10: 4
- 32) Deut. 26: 5-11.
- 33) Ex. 13: 8.
- 34) Mat. 26: 26; Marc. 14: 22; Luc. 22: 19; 1 Cor. 11: 24.
- 35) João 13: 25, s. s.; Mat. 26: 21, s. s.; Marc. 14: 18, ss.
- 36) João 13: 31; 16.
- 37) João 17.
- 38) 1 Cor. 11: 24, e os Evgl's.
- 39) 1 Cor. 10: 16.
- 40) Kerac. 51: 1.
- 41) E' curioso a coincidência de a **Mishnah** tratar de **um** caso de embriaguez na Ceia Pascoal, semelhante ao que ocorre na Igreja de Corinto, a qual tanto imitava a prática judaica. A **Mishnah** não fala, é verdade, em termos claros, da embriaguez, mas estabelece esta regra: “Se algum dormir durante a Páscoa e despertar, não poderá comer outra vez, depois que despertar”.
- 42) Excepcionalmente podia-se tomar um quinto cálice, e nesta ocasião, era pronunciado “o grande Hallel”, compreendendo os Salmos 120-137.
- 43) Para evidência de que a “Ceia do Senhor” teve lugar na noite pascoal, ver Apêndice do livro “O Templo” de Edersheim.
- 44) Marc. 14: 17.
- 45) Luc. 22: 11, 12.
- 46) João 18: 1, 2.
- 47) João 13: 23.
- 48) Luc. 22: 117.
- 49) João 13: 4, 5.
- 50) 50) João 13: 12-20.

- 51) 51) 1 Cor. 10: 16.
- 52) 52) Luc. 22: 20.
- 53) Sal. 115-118.
- 54) Mat. 26: 30.
- 55) Heb. 5: 7-9.
- 56) 1 Ped. 1: 20.
- 57) Rev. 13: 8.
- 58) 1 João 1: 2.

Capítulo IV

A FESTA DOS PÃES ASMOS E O DIA DE PENTECOSTES

“Ao cumprir-se o dia de Pentecostes, estavam todos reunidos no mesmo lugar”.

— Atos 2: 1.

A “festa dos pães asmos”, que começava na noite da Páscoa e se estendia por sete dias, derivou o seu nome de *Mazzoth*, ou bolos asmos, que eram o único pão permitido durante aquela semana. Este é chamado nas Escrituras “o pão da aflição”, (1) porque, segundo geralmente se supunha, sua insipidez e gosto desagradável, significavam a dureza e aflição do Egito. Mas esta explicação não procede. A ideia que a Escritura pretende inculcar é inteiramente diferente. Porque, assim como nós sempre nos lembramos da morte do nosso Salvador em conexão com a sua ressurreição, também os israelitas deveriam sempre lembrar-se de sua escravidão em conexão com o seu livramento. Além disso, o pão da noite pascoal não era o da aflição porque fosse asmo; ele era asmo porque tinha sido o pão da aflição. Realmente tinha sido “aflição para Israel e marca de sua servidão e sujeição ao Egito, aquela saída tão “a pressa” que nem mesmo houve tempo para levedar o pão. (2) Daí a razão por que o profeta, ao predizer outro e mais glorioso livramento, representa Israel, em contraste com o passado, muito santo para precisar de buscar enriquecimento por meio de bens, e muito garantido para precisar de sair à pressa com medo daqueles que o retinham em cativeiro: “Retirai-vos, retirai-vos, saí daí, não toqueis coisa imunda; saí do meio dela; purificai-vos, os que levais os vasos de Jeová, pois não saireis em tumulto, nem vos ireis fugindo; porque Jeová irá diante de vós, e o Deus de Israel será a vossa retaguarda”. (3)

A Páscoa, pois não era tanto um memorial da escravidão de Israel, como do livramento daquela escravidão, e o pão que havia sido originalmente o pão da aflição, por causa daquela

pressa, tornou-se, por assim dizer, o pão de um novo estado de existência. Nada do fermento do Egito devia permeá-lo; todo o velho fermento que servira como símbolo de corrupção e de morte devia ser totalmente banido de seus lares. O povo de Israel seria “uma nova massa”, a saber, “sem fermento”. (4) Deste modo o que originalmente tinha sido a necessidade de um dia, acabou sendo a ordenança de uma festa, assinalada com o número sagrado de sete dias. Assim como a cruz veio a ser a árvore da vida; ou como a morte foi abolida pela morte e o cativo foi levado cativo pela servidão voluntária do Senhor da glória (5), assim, para Israel, o emblema da primeira aflição tornou-se o símbolo de uma nova e gloriosa vida, na qual o povo e tudo o que este possuía deviam ser consagrados ao Senhor.

A mesma verdade está perfeitamente simbolizada nos sacrifícios desta Festa, especialmente na apresentação do primeiro molho maduro no segundo dia da Páscoa. O primeiro dia dos “pães asmos” ou o 15 de Nisan era uma “santa convocação”, na qual nenhuma obra servil ou desnecessária podia ser feita, sendo permitido apenas o trabalho exigido para melhor observância do festival. As ofertas públicas eram trazidas depois do sacrifício regular da manhã. Estas consistiam, durante os sete dias da semana festiva, de dois bezerros, um carneiro e sete cordeiros, sempre acompanhadas essas ofertas queimadas da oferta de cereais e “de um bode para fazer expiação por vós. (6) Depois destes sacrifícios públicos para toda a congregação, eram trazidas as ofertas privadas de cada indivíduo, de preferência no primeiro dia da festa, (o 15 de Nisan), mas, se isto fosse impossível ou negligenciado, em qualquer outro dia. Estes sacrifícios eram uma oferta queimada do valor mínimo de um *meah* de prata (um terço do denário ou cerca de 2 1/2 d.); (7), em seguida, o *Chagigah* do dia 15 (8) (literalmente, festividade), do valor de, pelo menos, dois *meais* de prata (5d.), e, finalmente, os chamados sacrifícios de alegria”, (9) em que cada

um era deixado à liberdade para oferecer “segundo a benção que Jeová lhe houvesse concedido”. (10) Tanto o *Chagigah* como as “ofertas de alegria” era “ofertas pacíficas”. Requeriam imposição das mãos, (11) aspersão de sangue, queima das gorduras e dos rins sobre o altar, e a separação das partes destinadas ao sacerdote, isto é, o peito como oferta-movida e a espádua direita como oferta-alçada, a diferença sendo, como temos visto, que a oferta-movida pertencia originalmente a Jeová, que cedeu a sua porção aos sacerdotes, ao passo que a oferta-alçada provinha diretamente do povo. (12) O restante era usado pelos ofertantes nos seus banquetes (mas somente durante dois dias e uma noite depois do sacrifício). A tradição permitia aos pobres, paia que pudessem ter o que partilhar em suas mesas, despende menos de um *meah* com suas ofertas-queimadas, desde que acrescentassem a elas o que tivessem poupado das ofertas-pacíficas. As coisas consagradas a Deus, tais como os dizimos, as primícias, etc., podiam ser usadas para este propósito, e era mesmo legal oferecerem os sacerdotes o que houvessem recebido pelos serviços sacerdotais. (13) Em resumo, não era um jugo que se impunha, mas um festival. Mas num ponto a lei era muito explicita — *Chagigah* não podia ser oferecido por qualquer pessoa contaminada, isto de acordo com as prescrições levíticas. (14) Foi sob este fundamento que os judeus “que conduziram Jesus da casa de Caifás para o Pretório” não penetram naquela sala de julgamento, a fim de não se contaminarem, “para poderem comer a Páscoa”. (15)

Foi “de manhã cedo”, no dia 15 de Nisan, que o Senhor foi entregue às mãos dos gentios. Na noite anterior, Ele e seus discípulos tinham participado da Ceia Pascoal, devendo-se lembrar que somente o traidor não pôde terminar a refeição, porque estava muito atarefado com os seus planos. Ele havia, por assim dizer, se separado da comunhão de Israel, antes de haver se excomungado da de Cristo. Enquanto os cerimoniais da

Páscoa se prolongavam, no “quarto-alto”, com os ensinamentos e as intercessões do Mestre, e quando os ritos finais daquela noite se confundiam com a instituição da Ceia do Senhor, Judas estava concluindo com os sacerdotes e anciãos a traição de Jesus, e recebendo o “preço da iniquidade”. (16) A impetuosidade do traidor ou, talvez, o receio de que outra oportunidade como aquela não se lhes deparasse, levaram os anciãos a decidirem a prisão de Jesus, o que eles pretendiam dilatar até depois da Festa, por “temor da multidão”. Era necessário, entretanto, pôr de lado não só todas as considerações referentes à verdade e consciência, como ainda violar quase todos os princípios fundamentais de sua própria organização judicial. Mas, para um tal fim, todos os meios seriam lícitos.

Alguns trataram imediatamente de mobilizar a guarda do Templo. Um destacamento romano, sob o comando de um oficial, (17) foi também requisitado, na fortaleza Antônia, o que era perfeitamente natural, tratando-se da captura de um perigoso chefe de rebelião e de impedir um possível levante popular em seu favor. Um certo número de fanáticos tirados da população acompanharam “o bando”. Todos iam armados de paus e espadas, como se fossem “contra um malfeitor”. E apesar de a lua cheia iluminar profusamente todo o cenário, levavam consigo tochas e lâmpadas, para o caso de Ele e seus seguidores se ocultarem nos recessos do jardim não serem perdidos de vista. Mas coisa muito diferente os aguardava “no jardim”. Aquele que eles vinham prender por meios violentos, primeiro os derrotou, para depois se entregar voluntariamente, exigindo apenas que os seus discípulos nada sofram. Isto feito, levou-no de volta à cidade, ao Palácio do Sumo-Sacerdote, no declive do Monte Sião, quase do lado oposto ao Templo. O que ali se passou não precisa ser descrito, bastando dizer que, no tratamento de Jesus, o Sinédrio violou não somente a lei de Deus, como ultrajou grosseiramente todas as ordenanças de sua própria tradição. (18) Possivelmente a consciência deste fato, quase tanto quanto os

motivos políticos, foi o que os induziu a atribuir a matéria ao julgamento de Pilatos. O mero fato de não possuírem eles o direito de aplicar a pena capital, não os demonstraria de matar a Jesus, assim como não os impediu de apedrejarem a Estevão, nem evitaria o assassinio de Paulo, não fosse a intervenção da força romana do Forte Antônio. Por outro lado, tendo eles ao mesmo tempo o propósito de obter uma condenação e execução públicas, e de despertar as suscetibilidades do poder civil contra o movimento que Cristo tinha iniciado, era conveniente levar o caso a Pilatos.

E assim, no lusco-fusco da manhã do primeiro dia dos pães-asmos, consumou-se a mais triste e mais estranha cena da história judaica. Os príncipes dos sacerdotes e os anciãos, assistidos por um grupo dos mais fanáticos de entre o povo, estavam reunidos no Forte Antônio. Daquela posição, fora do Pretório, eles podiam, com toda probabilidade, abranger com a vista todas as dependências do Templo, justamente um pouco abaixo da fortaleza. Poderiam observar os sacrifícios da manhã que estariam sendo celebrados e as colunas do fumo sacrificial e do incenso que subiam do grande altar para o céu. De qualquer maneira, mesmo que não pudessem avistar a multidão que se aglomerava nos pátios, poderiam ouvir o cântico dos levitas e o somido das trombetas dos sacerdotes. Já agora estava terminado o serviço comum da manhã e os sacrifícios festivos começavam a ser oferecidos. Restava apenas trazer as ofertas-queimadas dos fiéis e sacrificar o Chagigah (19) que eles deviam oferecer incontaminados, se é que desejavam ofertá-lo, e para que pudessem participar das refeições que se seguiam. A mais chocante contradição, pois, se verificava. Ao passo que aqueles judeus não hesitavam em quebrar toda a lei de Deus e a sua própria, não se atreviam a entrar no Pretório, a fim de não se contaminarem e ficarem privados do Chagigah! Evidentemente a lógica da inconsistência não podia ir além desta observação minuciosa da letra e da violação clara do espírito da lei.

Naquela mesma tarde do primeiro dia da Páscoa, quando “era já quase a hora sexta, houve trevas sobre toda a terra até a hora nona. E à hora nona Jesus clamou com grande voz dizendo: Eloí, Eloí, lama sabachthani? o que significa: Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?... E Jesus clamando com alta voz rendeu o espírito. E o véu do Templo rasgou-se de alto abaixo”. Este era justamente o momento em que o sacerdote oferecia o sacrifício da tarde, de modo que o oficiante que estava no Santuário deve ter presenciado esta assombrosa cena. (20)

Um pouco mais tarde, naquele mesmo dia, quando já estava ficando escuro, uma ruidosa multidão, seguida de delegados do Sinédrio, saía da cidade e atravessava o ribeiro de Kedron. Era uma procissão muito diferente e que levava um propósito também muito diferente do daquele pequenino bando de lamentadores que, justo na mesma hora, transportava o corpo do Salvador morto, da cruz para o túmulo novo, aberto na rocha, e no qual nenhum homem ainda tinha sido sepultado. Enquanto um se dirigia para “o jardim” (21), de um lado, o outro emergia, em meio de grande alarido, num campo além do Kedron, previamente escolhido para este fim.

Tratava-se de um serviço da maior importância. E foi provavelmente a esta circunstância que José de Arimateia deveu a não interferência dos judeus com o seu pedido do corpo de Jesus, assim como Nicodemos e as mulheres a relativa facilidade com que puderam desempenhar o seu doloroso dever de pranteadores do Mestre.

A lei determinava: “Trareis ao sacerdote um molho (literalmente o omer) das primícias da vossa seara; e ele moverá diante de Jeová, para que seja aceito a vosso favor; no dia depois do sábado o moverá”. (22) Este molho-pascal, ou melhor o omer, devia ser acompanhado da oferta-queimada de “um cordeiro de um ano, sem defeito”, com a oferta correspondente

de manjar ou bebida, e somente depois desta oblação é que era permitido comer ou vender os novos cereais. Entretanto, este molho-pascoal era colhido publicamente na tarde anterior à em que ele seria oferecido, e foi para testemunhar esta cerimônia que a multidão se reuniu em torno “dos anciãos”, os quais precisavam tomar o maior cuidado para que tudo se fizesse de acordo com as tradições.

A expressão “o dia depois do sábado” (23) tem sido tomada erroneamente como significando que a apresentação do referido “primeiro molho” devia sempre ser feita no dia seguinte ao sábado semanal da semana da Páscoa. Esta opinião, adotada pelos “Boetusianos” e saduceus do tempo de Cristo, e pelos judeus caraitas e certos intérpretes modernos, baseia-se numa interpretação falsa da palavra “sábado”. (24) É fácil verificar, por alusões análogas, no mesmo capítulo, que não se trata do sábado semanal, mas sim do festival. O testemunho de Josefo, (25) de Filo, (26) e da tradição judaica, não deixam margem para qualquer dúvida de que, neste caso, devemos entender por “sábado” o 15 de Nisan ou qualquer dia da semana em que o referido dia venha a cair. No 14 de Nisan, já os sacerdotes deviam escolher o lugar de onde seria levado o primeiro molho, devendo mesmo amarrar os feixes do cereal, sem, entretanto, arrancá-lo da terra, até o momento próprio. Ainda que, por motivos óbvios, fosse costume escolher-se o Vale das Cinzas, além do Kedron, não havia restrição quanto a isto, desde que a planta tivesse crescido em campo comum na Palestina, e não em jardins ou hortos, nem em terreno adubado ou artificialmente regado. (27) Chegada a hora de cortar o molho, isto é, na tarde do 15 de Nisan, (mesmo que fosse sábado), (28) exatamente ao pôr do sol, três homens, armados de uma foice e de um cesto, faziam a colheita. Mas, para que tudo tivesse um caráter excepcional, na cerimônia, eles interrogavam aos presentes, três vezes, da seguinte maneira: “Já se pôs o sol? ” “Com esta foice? ” “Neste cesto? ” “Neste sábado (o primeiro dia da Páscoa?)” e, finalmente: “Posso cortar?”.

Desde que as respostas fossem afirmativas, eles cortavam a quantidade de um *ephoh* ou dez *omers*, ou três *Seahs*, isto é, as medidas usadas. A espigas eram levadas para a Corte do Templo e batidas com varas, de modo que os grãos não fossem injuriados: em seguida, tostava-se tudo numa panela perfurada, a fim de que o fogo tocasse todos os grãos, os quais, finalmente, eram expostos ao vento. Faltava ainda moer o grão para se tirar toda a casca. Segundo alguns, a farinha teria de ser passada por treze peneiras, sucessivamente cada qual mais fina, ao passo que outras autoridades afirmam que bastava passar a farinha até que ficasse bastante fina, (29) o que era verificado por um dos “Gizbarim” (tesoureiros), o qual mergulhava a mão nela e repetia o processo, enquanto qualquer quantidade aderisse à sua mão. (30) Apesar de que era necessário cortar um ephah ou dez omers do cereal, bastava oferecer um omer de farinha, no Templo, no segundo dia pascoal, isto é, no 16 de Nisan. O resto podia ser resgatado e utilizado para qualquer fim. O omer de farinha precisava ser misturado com um “log” de óleo (outra medida) e um punhado de incenso (31) e, então, movido diante do Senhor, sendo outra parte queimada no altar. O restante pertencia ao sacerdote. A isto é que se denominava popularmente, ainda que não muito exatamente, a “apresentação do primeiro molho ou o molho-movido”, no segundo dia da Páscoa, ou seja o 16 de Nisan.

Assim decorriam os dois primeiros dias. O último dia da Páscoa, como o primeiro, era uma “santa convocação” e se observava como um sábado. Os dias intermediários eram “festivais menores” ou Moed Katon. A *Mishnah* (Trat. *Moed Katon*) estabelecia regras precisas quanto à espécie de trabalho permitido em tais dias. Em regra geral, tudo o que fosse necessário, ou para atender ao interesse público ou para evitar prejuízo particular, era permitido; mas nenhuma obra nova, quer de caráter público quer privado, podia ser começada. O selo podia ser irrigado, podiam ser reparados os serviços de irrigação, mas cavar canais ou iniciar a sua construção não era admissível.

(32) Resta acrescentar que se alguém, por motivo de impedimento levítico, impossibilidade real ou distancia, ficasse privado de celebrar a Páscoa regular, poderia observar o que era denominado “a segunda” ou a “pequena Páscoa”, exatamente um mês mais tarde. (33) Segundo a *Mishnah* (34) havia as seguintes alterações na prática da segunda Páscoa: o fermento podia ser conservado em casa juntamente com os pães asmos, o Hallel não era cantado na Ceia Pascoal, e nenhum Chagigah era oferecido.

A “festa dos pães asmos”, em certo sentido, não terminava até passarem cinquenta dias a contar do seu começo, quando ela entrava já na de Pentecostes ou “das semanas”. De acordo com a tradição unânime dos judeus, aceita universalmente no tempo de Cristo, o dia de Pentecostes era o aniversário da dádiva da lei, no Monte Sinai, fato este que a Festa das Semanas pretendia comemorar. Assim, tal como a dedicação das colheitas, começando com a apresentação do primeiro omer na Páscoa, terminava com a oferta de gratidão dos dois pães-movidos no Pentecostes, também o memorial do livramento de Israel terminava apropriadamente com a dádiva da lei — do mesmo modo que, fazendo-se uma aplicação mais elevada, o sacrifício pascoal do Senhor Jesus consumou-se com o derramamento do Espírito Santo no dia de Pentecostes. (35) Segundo a tradição judaica, no 2º dia do terceiro mês, ou Sivan, Moisés subiu ao Monte; (36) no 3º, ele comunicou-se com o povo; (37) no 4º tornou a subir, (38) e ainda no 4º, 5º e 6º o povo santificou-se, sendo de notar que neste último dia, o 6º de Sivan, os dez mandamentos foram entregues. (39) Os dias anteriores ao Pentecostes foram sempre considerados como o primeiro, o segundo, o terceiro, etc., a partir da apresentação do omer. Por isso Maimônides observa com muito beleza: “Assim como aquele que espera o seu mais fiel amigo, conta os dias e horas até a sua chegada, assim também nós contamos do omer do dia do nosso êxodo do Egito até o dia da dádiva da lei, a qual era o objeto do nosso êxodo, como está escrito: “Eu vos conduzo nas asas da

água e vos trago a mim mesmo”. E porque esta grande manifestação não se estendia por mais de um dia, é que nós a comemoramos, anualmente, somente um dia”. (40) Sete semanas depois da Páscoa, a partir da apresentação do omer, no 16 de Nisan, exatamente no quinquagésimo dia, (41) era a Festa das Semanas ou Pentecostes, “uma santa convocação”, na qual “nenhuma obra servil” se fazia, (42) e em que “todos os homens apareciam diante do Senhor” no Seu Santuário, (43) e os sacrifícios e ofertas recomendadas deviam ser trazidos. As designações “Festas das Semanas” (44) e “Festa do Quinquagésimo dia” ou Dia de Pentecostes” (45), fazem referência a este intervalo da Páscoa. Seu caráter é expresso pelos termos “festa das colheitas” (46) e “dia das primícias”, (47) ao passo que a tradição judaica a designa como “Chag ha Azereth”, ou simplesmente “Azereth” (a “festa da conclusão” ou, simplesmente, “conclusão”), e “época da entrega da Lei”. Os sacrifícios do dia de Pentecostes eram, segundo Num. 28: 26-31, “dois bezerros, um carneiro e sete cordeiros de um ano” em holocausto, junto com as ofertas de cereais apropriadas, e “um bode”, como oferta pelo pecado, tudo isto independente do sacrifício usual da manhã. Mas o que dava à festa o seu caráter peculiar era a apresentação dos dois pães e os sacrifícios que os acompanhavam. A concorrência de povo não era tão grande como a da Páscoa, mas assim mesmo, dezenas de milhares de adoradores acorriam ao Templo. (48) Pela leitura de Atos 2, pode-se inferir que um número de judeus muito maior do que o que procurava Jerusalém por ocasião das outras festas vinha a Jerusalém de terras distantes, talvez devido ao fato de a estação favorecer mais as viagens. Um dia antes do Pentecostes os bandos de peregrinos entravam na cidade, a qual esplendia nas glórias do verão entrante. A maior parte da colheita, em todo o país, já estava feita, (49) e o período de descanso e regozijo parecia estar posto diante deles. E quando as estrelas surgiam no profundo céu azul, com o brilho peculiar a um clima oriental, as trombetas dos sacerdotes anunciavam o começo da festa, estrugindo no templo e enchendo o delicioso silêncio da noite de

verão. Já na primeira vigília o grande altar tinha sido purificado, para que, imediatamente depois da meia noite, as portas do Templo fossem abertas, porque, antes do sacrifício da manhã, todas as ofertas-queimadas e as ofertas-pacíficas que o povo houvesse de trazer à festa, teriam de ser examinadas pelo sacerdote oficiante. Sendo muito grande o número delas, o trabalho era afanoso, porem o anúncio de que o clarão da manhã já se estendia até Hebron, punha termo a todos os preparativos, com o sinal convencional para o sacrifício da manhã. Logo em seguida eram trazidas as ofertas prescritas em Num. 28: 26-30: primeiro, a oferta pelo pecado, com imposição de mãos, confissão de pecados e aspersão de sangue; assim também as ofertas queimadas e as ofertas de manjares. Os levitas estariam agora cantando o “Hallel”, ao acompanhamento de uma simples flauta, que começava e encerrava o cântico, imprimindo-lhe uma estranha doçura.

O coro de vozes escolhidas, dos filhos dos levitas, repetindo as notas, dava riqueza e melodia ao hino, enquanto o povo respondia ou repetia o cântico, como na tarde do sacrifício pascoal. Vinha agora a oferta peculiar do dia — os dois pães movidos e seus respectivos sacrifícios. “Estes consistiam de sete cordeiros de um ano, sem defeito, um novilho e dois carneiros, como holocausto, tudo acompanhado das ofertas de manjares apropriados, e dois cordeiros de um ano para um sacrifício de oferta-pacífica”. (50) “Do mesmo modo que o omer do dia 16 de Nisan devia ser de cevada, sendo os primeiros grãos amadurecidos na terra, igualmente os dois pães-movidos” eram preparados com o trigo crescido no melhor distrito do país, sob condições semelhantes às que já notamos em referência ao molho-pascoal, a *saber*, três seahs deviam ser cortados, trazidos ao Templo, batidos como as outras ofertas de cereais, moídos e passados em doze peneiras. (51) Da farinha assim obtida, dois omers (o dobro da quantidade exigida para a Páscoa) eram usados para a fabricação dos “dois pães”; o resto podia ser remido e usado para qualquer propósito. Devia-se tomar cuidado

para que a farinha de cada pão fosse tirada separadamente de um e meio seah; para que fosse amassada separadamente com água morna (como todas as ofertas de gratidão) e separadamente cozida, isto no Templo mesmo. Os pães eram feitos na tarde que precedia ao festival; ou, se este caísse no sábado, duas tardes antes. Quanto à forma, deviam ser compridos e chatos, e enrolados pelas extremidades ou cantos. De acordo com a *Mishnah*, cada pão devia ter quatro palmos de largura, sete de comprimento e quatro dedos de grossura, a massa devendo pesar cerca de cinco libras e três quartos, e os dois “pães-movidos”, com a quebra do forno, dez libras e meia. (52)

Contrariamente à regra comum do Santuário, estes pães eram fermentados, o que, segundo nos informa a *Mishnah*, era o caso de todas as ofertas de gratidão. A explicação de que os pães-movidos eram fermentados, porque representavam o alimento comum do povo, somente parcialmente resolve o caso. Sem dúvida estes pães-movidos exprimiam o reconhecimento por parte do Velho Testamento da verdade que o Senhor incorporou no Pai-Nosso: “Dá-nos o nosso pão de cada dia”. Mas isto não é tudo. Devemos lembrar-nos de que estes dois pães, juntamente com os dois cordeiros que formavam parte da mesma oferta-movida, eram as únicas ofertas públicas pacíficas e de gratidão do povo de Israel; que eles eram acompanhados de ofertas-queimadas e pelo pecado; e que, diferentemente das outras ofertas pacíficas, eram considerados como “mais santos”. Daí serem fermentados pelas imperfeições e pelo pecado, e, portanto, necessitavam de uma oferta pelo pecado. Esta ideia de uma oferta pública, de gratidão, era, além disso, estendida a todos os serviços do dia. Em primeiro lugar, os dois cordeiros eram “movidos” enquanto ainda vivos, isto é, antes de estarem prontos para uso. Depois, após o sacrifício, o peito e a espádua ou as suas partes principais eram postos ao lado dos dois pães e “movidos” (geralmente para o oriente) para diante e para trás, para cima e para baixo. (54) Depois de queimada a gordura, a carne pertencia não aos ofertantes, mas aos sacerdotes. O

sacrifício de manjares, como no caso de todos os sacrifícios mais santos, realizava-se dentro do Templo, não podendo qualquer parte dele ser conservada até depois da meia-noite. Um dos pães-movidos e um cordeiro pertenciam ao sumo-sacerdote; o outro pertencia a qualquer sacerdote oficiante. Finalmente, depois da cerimônia dos pães-movidos, o povo trazia as suas ofertas-voluntárias, cada uma conforme o Senhor o tinha feito prosperar, ficando a tarde e a noite reservadas para refeições-festivas, às quais o estrangeiro, o pobre e o levita eram admitidos como hóspedes bem-vindos. Em razão do número de tais sacrifícios, a Festa das Semanas se prolongava pela maior parte de uma semana; e isto o mais rapidamente possível, desde que a oferta das primícias também começa nesta ocasião. Afinal, do mesmo modo que a apresentação do omer na Páscoa assinalava o período em que o cereal novo podia ser usado na terra, assim também a apresentação dos pães-movidos fixava o tempo em que a nova farinha podia ser trazida para as ofertas de manjar no Santuário.

Ora, se a tradição relaciona a “festa das primícias” com o “Monte que não podia ser tocado”, e a “voz de palavras que aqueles que as ouviam pediam que não se lhes falasse mais”, nós temos, neste respeito, “chegado ao Monte Sião” e às melhores coisas do Novo Pacto. Para nós, o Dia de Pentecostes é, na verdade, a “festa das primícias” e da entrega de uma melhor lei, “escrita, não em tábuas de pedra, mas em tábuas de carne do coração”, “com o Espírito do Deus vivo”. Foi justamente quando os adoradores estavam no Templo, talvez no instante em que estavam oferecendo os cordeiros e os pães-movidos, que a multidão ouviu aquele “som do céu, como de um vento impetuoso”, som que impeliu a todos para a casa onde os apóstolos estavam reunidos, a fim de ouvirem, “cada qual na sua própria língua as maravilhas de Deus”. E naquele dia de Pentecostes, dia da colheita das primícias, nada menos de três mil almas acrescidas à Igreja foram apresentadas como oferta-movida ao Senhor. As línguas de fogo, repartidas, e os dons apostólicos

daquele dia das primícias, na verdade, cessaram desde aquele tempo. Mas o som poderoso da presença e do poder do Espírito tem, desde então, percorrido todo o mundo.

NOTAS

- 1) Deut. 16: 3.
- 2) Deut. 16: 3; Ex. 12: 33, 39.
- 3) Isa. 52: 11, 12.
- 4) 1 Cor. 5: 7.
- 5) Sal. 40: 6, 7.
- 6) Num. 28: 19-24.
- 7) Nisto, como em muitos outros particulares, o ensino de Shamai difere do de Hillel. Nós seguimos Hillel, cuja autoridade é geralmente reconhecida.
- 8) As diferenças entre o Chagigah do dia 14 e o do dia 15 de Nisan passam despercebidas em muitos autores, mas são bem estabelecidas em outros.
- 9) Deut. 27: 7.
- 10) Deut. 16: 17.
- 11) Neste assunto Shamai e Hillel diferem como de costume. Ver Mishnah Chag. 1 e 2.
- 12) Lev. 3: 1-5; 7: 29-34.
- 13) Mishnah, Chag. 1: 3, 4
- 14) Pes. 6: 3.
- 15) João 18: 28.
- 16) At. 1: 18.
- 17) Seguimos, na narrativa, os quatro Evangelhos. A linguagem de S. João (18: 3. 12) não deixa dúvida sobre o fato de haver um destacamento romano acompanhado os anciãos sacerdotes que saíram com a guarda do Templo para prender a Jesus. Não havia necessidade de pedir permissão a Pilatos, para que os soldados romanos prestassem auxílio, como supõe Lange.
- 18) Não precisamos entrar aqui em provas; o fato é geralmente admitido, mesmo por escritores judeus.

- 19) A evidência de que a expressão de João 18: 28: “Eles não entraram no Pretório para poderem comer a Páscoa”, não se refere ao cordeiro pascoal, mas ao Chagigah, é reforçada pelo fato de um escritor judeu da eminência e da imparcialidade de Saalschutz o haver admitido. (Mos. Recht, pág. 414) Enquanto isto, autores cristão o ignoraram.
- 20) Não seria necessário devassar o Santo dos Santos, se, como alguns rabís afirmam, havia dois véus entre o Santuário e o Santo dos Santos.
- 21) João 20: 15.
- 22) Lev. 23: 10, 11.
- 23) Lev. 23: 11.
- 24) Lev. 23: 24, 32, 39.
- 25) Antíq. 10, 5, 6.
- 26) Op. 2: 204.
- 27) Mishnah, Menach. 8: 1, 2. O campo devia ser arado no outono e semeado setenta dias antes da Páscoa.
- 28) Há controvérsia neste ponto entre fariseus e saduceus. O artigo da Enc. de Kitto dá a tarde do dia 16 de Nisan como sendo a em que o molho era cortado. A cerimônia, realmente, se realizava ao pôr do sol do dia 15 que era o começo do dia 16 de Nisan.
- 29) **Men.** 6: 6, 7.
- 30) Meai. 8: 2.
- 31) O termo é difícil de se definir. A Mishnah (Men. 2: 2) diz: “Ele estendia os dedos sobre a palma da mão”. Eu suponho que fechando-os.
- 32) A asserção de que (Enc. de Kitto, cap. 3, pág. 429) nessa ocasião era recitado o “Hallel menor”, em lugar do grande “Hallel” não é exata. De fato, é inconsistente com a própria descrição do “Hallel” dada pelo mesmo autor noutra parte da obra. O grande “Hallel” nunca era recitado no Templo em ocasiões ordinárias, não sendo de supor que o “Hallel menor” fosse durante o “Moed Katon” da semana da Páscoa.
- 33) Num. 9: 9-12.
- 34) Pes. 9: 3.
- 35) At. 2.
- 36) Ex. 19: 1-3.
- 37) Ex. 19: 7.
- 38) Ex. 19: 8.
- 39) Ex. 19: 10-16. Devido a uma peculiaridade do calendário judaico, o Pentecostes nem sempre ocorria exatamente no 6º dia do Sivan. Era preciso tomar-se cuidado para que ele não caísse na terça-feira, na quinta-feira ou no sábado. (Reland. pág. 430.)

- 40) **More Neb**, cit. na Enc. de Kito, cap. 3, pág. 468.
- 41) Lev. 23: 15, 16.
- 42) Lev. 23: 21; Num. 28: 26.
- 43) Ex. 23: 14-17.
- 44) Ex. 34: 22; Deut. 16: 10, 16; 2 Cron. 8: 13.
- 45) Jos. **Guerras**, 2: 3, 1; At. 2: 1; 1 Cor. 16: 8.
- 46) Ex. 23: 16.
- 47) Num. 28: 26.
- 48) Jos. Antíq. 14: 13, 4; 17: 10, 2.
- 49) A conclusão da colheita de trigo em toda a terra é calculada pelos rabís em cerca de um mês mais tarde. Ver Reland,. Antíq. p. 428
- 50) Lev. 23: 19. Esta oferta, que acompanha os pães-movidos, é confundida por alguns com os sacrifícios festivos do dia, citados em Num. 28: 27. Mas as duas coisas são claramente distintas.
- 51) No caso do primeiro omer, teria havido treze peneiras; mas ambas as especificações podem não passar de fantasia rabínica.
- 52) O autor dá aqui um cálculo comparativo de medidas e pesos ingleses, que deixamos de traduzir por não oferecer maior interesse. — N. do T.
- 53) Men. 5: 1.
- 54) A exigência rabínica era de que toda a oferta fosse movida em conjunto, pelo sacerdote; mas se o pão com o peito e a espádua do cordeiro fossem movidos separadamente, não fazia mal. Em vista do peso da massa, esta seria a prática usual.

Capítulo V

A FESTA DOS TABERNÁCULOS

“No ultimo dia, o grande dia da festa, levantou-se Jesus e exclamou: Se alguém tiver sede, venha a mim e beba”. — João 7: 37.

A mais alegre de todas as festas do povo israelita era a Festa dos Tabernáculos. Ela caía justamente num tempo do ano, em que todos os corações estavam repletos de gratidão, de contentamento e de esperança. Já as colheitas estavam guardadas nos celeiros; todos os frutos estavam também sendo recolhidos, a vindima estava feita, e a terra aguardava apenas que as “últimas chuvas” amolecessem e refrescassem o chão, afim de que nova colheita fosse preparada.

Era natural, portanto, que, após o oferecimento do primeiro molho maduro no começo da ceifa, e quando já a conclusão da colheita fôra fixada com a apresentação dos dois pães-movidos, houvesse uma festa de gratidão e de alegria perante o Senhor. Mas isto não era tudo. Ao lançar os olhos para a terra dadivosa e para os frutos, que os havia enriquecido, deveriam os israelitas lembrar-se de que só pela miraculosa intervenção divina tinham eles conquistado esta pátria, cuja propriedade, entretanto, Deus sempre reclamara como direito Seu. Porque, na verdade, a terra estava intimamente relacionada com a história do povo, e, tanto a terra como a história, estavam ligadas à missão de Israel. Se, pois, o começo das colheitas falava da origem e do êxodo de Israel, e apontava para o verdadeiro sacrifício-pascoal do futuro; se a colheita estava relacionada com a dádiva da lei no Sinai, no passado, e com o derramamento do Espírito Santo, no Dia de Pentecostes; a Festa dos Tabernáculos, festa de gratidão pelas colheitas, lembrava a Israel, de um lado, a sua vida em cabanas no deserto e, de outro, apontava para aquela colheita final, quando a missão de Israel, estaria

concluída e todas as nações congregadas diante do Senhor. Assim, a primeira das três grandes, festas anuais falava, com a apresentação do primeiro; molho, da fundação da Igreja; a segunda, de suas colheitas, quando a Igreja, no seu presente estado, seria! apresentada como dois pães-movidos, fermentados; enquanto que a terceira indicava uma colheita mais plena, no futuro. E “Jeová dos exércitos fará neste monto para todos os povos um banquete de coisas gordurosas... Aniquilará neste monte a coberta que cobro todos os povos, e o véu que está posto sobre todas as nações. Aniquilará a morte para sempre; enxugará as lágrimas de todos os rostos; e tirará de cima da terra todo o opróbrio do seu povo”. (1)

Que estas comparações não são apenas ideais, ma-encerram o próprio desígnio da Festa dos Tabernáculos, é fácil de ver, não somente da linguagem dos profetas e da peculiaridade dos serviços da festa, como também pela sua posição no Calendário, e os nomes pelos quais é designada nas Escrituras. Na sua relação, pois, com a ceifa, é chamada “a festa das colheitas”; (2) no tocante à história passada de Israel, “a Festa dos Tabernáculos”; (3) ao passo que, em razão de seu sentido simbólico, relacionado com o futuro tem a designação enfática de “a festa”; (4) é “Festa de Jeová”. (5) Neste sentido também Josefo, Filo e os rabis (em muitas passagens da *Mishnah*) a singularizam entre todas as festas. Decisiva ainda neste ponto é a descrição que Zacarias faz da glória do “último dia”, no fim de suas profecias, onde a conversão de todas as nações é distintamente relacionada com a Festa dos Tabernáculos. (6) E que esta referência não é, de modo nenhum, fato isolado, veremos adiante.

A “Festa dos Tabernáculos” era a terceira das grandes festas anuais, nas quais todos os homens de Israel tinham de aparecer diante do Senhor no lugar que Ele designasse. Caía no décimo quinto dia do sétimo mês, ou Tishri

(correspondente a Setembro ou o começo de Outubro), assim como a Páscoa caía no décimo quinto do primeiro mês. A significação destes números em si mesmos, e relativamente, não pode escapar à nossa atenção, ainda mais que esta festa encerrava o Calendário das Festas, o original, porque a Festa de Purim e a “Festa da Dedicção do Templo”, que ocorrem mais tarde, na estação, são de origem post-Mosáica. A “Festa dos Tabernáculos” ou, melhor, das “tendas de ramos”, estendia-se por sete dias, de 1, 5 a 21 de Tishri, e era seguida de um oitavo dia, no 22 de Tishri. Mas este oitavo dia, embora intimamente ligado à Festa dos Tabernáculos, não fazia parte dela, conforme claramente se verifica da diferença dos sacrifícios e do ritual, e pela circunstancia de que o povo não mais permanecia nas “tendas”. O primeiro dia da festa e também o oitavo, ou Azereth, (*clausura, conclusivo*) eram dias de “santa convocação”, (7) e eram também “um sábado”, (8) mas não no sentido do sábado semanal, senão no de um festivo descanso diante do Senhor, (9) em que nenhuma obra servil de qualquer espécie podia ser feita.

Há ainda outro importante fato a ser notado. A “Festa dos Tabernáculos” seguia de perto ao “Dia de Expição”. Ambos se realizavam no sétimo mês; este no dia 10, aquela no dia 15 de Tishri. O que o sétimo dia, ou sábado, era, em referência à semana, o sétimo mês parece ter sido, em referência ao ano. Ele encerrava não só o ciclo sagrado, como também o ano agrícola ou de trabalho. Ele ainda marcava a mudança de estações, a aproximação da chuva e do equinócio do inverno, e determinava igualmente o começo e o fim de um ano sabático. (10) Chegando no dia 15 do sétimo mês, isto é, na lua cheia, quando o mês “sagrado” tinha, por assim dizer, atingido à sua plena força — a Festa dos Tabernáculos muito apropriadamente caía cinco dias depois do Dia de Expição, no qual o pecado de Israel tinha

sido removido e as relações do pacto com Deus restauradas. Deste modo, a nação santificada podia oferecer uma santa festa de colheita ao Senhor, com alegria, tal como, num sentido mais verdadeiro, acontecerá “naquele dia”, (11) em que a significação da Festa dos Tabernáculos será mais realmente preenchida. (12)

Três coisas, principalmente, distinguiram a “Festa dos Tabernáculos”: o caráter alegre das celebrações; a habitação em “tendas”, e os sacrifícios e ritos peculiares à semana. A primeira era simplesmente uma nota característica de uma “festa de colheita”: “Porque o Senhor teu Deus te abençoará em toda a tua colheita, e em todas as obras das tuas mãos, serás de todo alegre — tu, e teu filho, e tua filha, e o teu escravo, e a tua escrava, e o Levita, e o peregrino, e o órfão, e a viúva que estão das tuas portas para dentro”. Nem podia qualquer israelita “aparecer vazio diante do Senhor. Cada um oferecerá conforme puder, segundo a benção que Jeová seu Deus lhe houver dado”. (13) As ofertas votivas, voluntárias e pacíficas assinalariam a sua gratidão a Deus, e às refeições que se seguissem seriam bem-vindos o pobre, o estrangeiro, o Levita, e os sem-abrigo, por amor do Senhor. Além disso, quando vissem as arcas do tesouro abertas e esvaziadas nesta festa, pela última vez no ano, todos se lembrariam dos seus irmãos distantes, em cujo nome, bem como no seu próprio, os sacrifícios diários e festivos eram oferecidos. Desta sorte, a sua liberalidade não só era estimulada, como todo o Israel, conquanto largamente disperso, sentir se ia novamente unido diante do Senhor seu Deus e nas cortes de Sua Casa. Havia, além do mais, alguma coisa nesta festa que, de modo particular, os faria lembrar, senão de sua dispersão, ao menos de que “eram estrangeiros e peregrinos na terra”. Pois, como vimos, a segunda característica era que, durante aqueles sete dias, “todos os naturais de Israel habitariam em tendas de ramos, para que as gerações futuras soubessem que

Deus fez habitar os filhos de Israel em tendas de ramos, quando eles foram tirados da terra do Egito”. (14)

Como de costume, encontramos aqui mais um motivo para controvérsia entre os fariseus e os saduceus. A lei dizia: “E no primeiro dia tomareis para vós ramos de formosas árvores, ramos de palmas, ramos de árvores espessas, e salgueiros de ribeiras”, (15) o que os saduceus julgavam referir-se ao material com que as cabanas deviam ser construídas, ao passo que os fariseus interpretavam como sendo o que os festeiros deviam levar nas mãos. A última interpretação é, evidentemente, a única aceitável, sendo confirmada pela narrativa da festa no tempo de Neemias, (16) na qual as cabanas eram construídas com ramos de outras árvores que não as mencionadas em Lev. 23. E esta era também a prática seguida universalmente no tempo de Cristo. A *Mishnah* dá os mais minuciosos detalhes sobre a altura e a construção dessas “tendas”, a fim de se evitar qualquer transgressão da lei. Era preciso que as tendas fossem verdadeiras cabanas, construídas com ramos de árvores vivas, e empregadas exclusivamente durante a festa. Deviam ter uma altura regular, ao menos dez palmos, mas não mais de treze pés; três paredes precisavam ser de ramos; a cobertura devia ser de modo que nem ficasse muito fechada, nem muito aberta, afim de que penetrasse apenas a luz suficiente, como era natural em uma cabana. E’ desnecessário entrar em maiores detalhes, bastando dizer que estas tendas e não as casas comuns seriam a habitação regular de todo israelita durante a semana, e que, exceto em caso de chuva muito forte, devia-se comer, dormir, orar, estudar, enfim viver exclusivamente nelas. A única exceção seria em benefício dos ausentes por algum motivo piedoso, os enfermos e seus assistentes, (17) as mulheres, os escravos e as crianças ainda dependentes das mães. (18) Finalmente estava prescrito que “nada que pudesse contrair

contaminação levítica (como tábuas, roupas, etc.) ou qualquer coisa que não brotasse da terra, podia ser usado” na construção das tendas. (19)

Já notamos que, segundo a opinião geral do tempo de Cristo, a ordem referente ao primeiro dia, de “tomarem o fruto de árvores formosas, palmas, ramos de árvores espessas e murtas do ribeiro”, era aplicada àquilo que os adoradores tinham de levar nas mãos. Os rabis afirmavam que “o fruto de árvores formosas significava o *aethrog* ou cidrão, e “os ramos de árvores espessas” a murta, a qual “não tinha mais bagas do que folhas”. Os *aethrogs* não podiam ter qualquer estrago ou defeito; as palmas deviam ter ao menos três palmos de comprimento, a fim de poderem ser agitadas; e todos os ramos deviam ser novos, inteiros, incontaminados, e nunca retirados de qualquer bosque idólatra. Cada adorador levava o *aethrog* na mão esquerda e, na direita, o *lulav* ou palma, com a murta e o ramo de salgueiro presos a ela por uma embira da mesma planta, podendo a ligadura interna ser feita com fios até de ouro. (20) O *lulav* era destinado a lembrar a Israel os diferentes estágios de sua vida no deserto, representados pelas diferentes plantas — a palmeira falava dos vales e planícies; os “ramos de árvores espessas”, dos bosques das montanhas; e os salgueiros, dos rios nos quais Deus havia dado de beber ao seu povo, (21) ao passo que o *aethrog* correspondia aos frutos da boa terra que o Senhor lhes havia dado. O *lulav* era usado no Templo durante os sete dias da festa, até mesmo as crianças sendo obrigadas a carregá-los. Se o primeiro dia da festa caísse num sábado, o povo tinha de adquiri-lo na véspera, na sinagoga do Monte do Templo, e levá-lo de manhã, para que o sábado não fosse quebrado desnecessariamente.

A terceira característica da Festa dos Tabernáculos dizia respeito às suas ofertas. Estas eram inteiramente

peculiares à ocasião. A oferta pelo pecado, durante os sete dias, era “um bode das cabras”. As ofertas queimadas consistiam de bezerros, carneiros, cordeiros, com suas correspondentes ofertas de manjares e bebidas. Mas, ao passo que o número de carneiros e cordeiros permanecia o mesmo durante todos os dias do festival, o de bezerros decrescia cada dia, de um, passando de treze, no primeiro dia, a sete, no último, “o grande dia da festa”. Como não se faz qualquer recomendação especial em referência a oferta de bebidas, inferimos que esta seria, como usualmente, (22) um quarto de um *hin* de vinho para cada cordeiro, um terço para cada carneiro, e meio para cada bezerro (o *hin* correspondente mais ou menos a um galão). A “oferta de manjar” é expressamente fixada (23) em um décimo de um efa de farinha misturada com um quarto de um *hin* de óleo, para cada cordeiro; dois décimos de um efa, com um *hin* de óleo, para cada carneiro, e três décimos de um efa, com meio *hin* de óleo, para cada bezerro. Três coisas são notáveis acerca destas ofertas-queimada. Elas são evidentemente o sacrifício característico da Festa dos Tabernáculos. Comparado com a Festa dos Pães Asmos o número de carneiros e cordeiros é duplicado, enquanto o de bezerros é quintuplicado (catorze durante a semana da Páscoa, e 5×14 durante a dos Tabernáculos). Em segundo lugar o número de sacrifícios-queimados, quer tomados cada um segundo a sua espécie ou todos juntos, é sempre divisível pelo número sagrado — sete. Temos para a semana 70 bezerros, 14 carneiros e 98 cordeiros, ao todo 182 sacrifícios (26×7), a que devemos juntar 336 (48×7) décimos de efas de farinha para a oferta de cereais. Em referência ao simbolismo de números, não achamos necessário ir além de assinalar que, ao passo que o número-sagrado (sete) na Festa dos Pães Asmos só tem aplicação aos dias da semana festiva, e, no Pentecostes, ao período que decorre entre a Páscoa e a sua observância (7×7), já na Festa dos Tabernáculos há a notar

que este se estende por sete dias, realiza-se quando o sétimo mês se encontra em sua plena força e tem o número sete impresso em todos os seus sacrifícios característicos.

Não é muito fácil explicar, tratando-se das peculiaridades destes sacrifícios, a razão da diminuição diária do número de bezerros oferecidos. A explicação comum, de que esta exigência tinha por fim indicar a decrescente santidade de cada dia sucessivo da festa, enquanto o número sagrado, sete, ficava reservado para o último dia, não é mais satisfatória do que a opinião proposta no Tamulde, de que estes sacrifícios eram oferecidos, não em favor de Israel, mas das nações do mundo: “Havia setenta bezerros, correspondentes ao número das setenta nações do mundo”. Mas compreenderiam os rabis o caráter profético desta festa? Um alento exame das peculiaridades cerimoniais nos convence de que seria muito difícil ignorá-lo inteiramente.

No dia anterior à Festa dos Tabernáculos, o 14 de Tishri, já os peregrinos teriam chegado a Jerusalém. As “tendas” sobre os telhados, nos pátios das casas, nas ruas e praças, assim como nas estradas e nos bosques, dentro da jornada de um sábado, deviam dar à cidade e seus arrabaldes um aspecto pitoresco e original. A preparação de tudo o que era necessário para a festa — as purificações, o cuidado das ofertas que cada qual tinha de fazer, as comunicações cordiais entre os que eram convidados para as refeições sacrificiais — sem dúvida ocupava o tempo de todos. Quando caía a tarde do outono entrante, as trombetas dos sacerdotes, no Templo, anunciavam o advento da festa. Como acontecia por ocasião da Páscoa e do Pentecostes, o altar das ofertas-queimadas era purificado durante a primeira vigília da noite, e as portas do Templo eram imediatamente abertas depois da meia-noite. O espaço de tempo até o começo do sacrifício ordinário da manhã era ocupado no

exame dos vários sacrifícios e ofertas que eram trazidas durante o dia. Enquanto se preparava o sacrifício da manhã, um sacerdote acompanhado de uma multidão alegre, com música, descia ao Poço de Siloé, de onde tirava água num cântaro de ouro de capacidade de três *logs*. Nos sábados, porém, a água era retirada de um vaso de ouro, no Templo mesmo, para o qual ela fora levada de Siloé, no dia anterior. Ao mesmo tempo em que uma procissão partia para Siloé, outra se dirigia a um lugar próximo, no Vale de Kedron, chamado Motza, de onde trazia ramos de salgueiro, os quais, no meio do alarido das trombetas dos sacerdotes, eram pendurados em ambos os lados do altar de ofertas-queimadas, formando um docel de folhagem. Era então oferecido o sacrifício ordinário, e o sacerdote que havia ido ao Poço de Siloé, regulando bem o tempo, chegava de volta, justo no momento em que os seus colegas estavam levando as peças do sacrifício para colocá-las sobre o altar. Quando ele entrava pela “Porta das Águas”, a qual tirava o seu nome desta cerimônia, era recebido por um triplo estrugir das trombetas dos sacerdotes. O sacerdote, em seguida, subia os degraus do altar e virava-se para a esquerda, onde havia duas bacias de prata com furos pequenos, uma do lado oriental, maior, destinada ao vinho, e outra menor, do lado ocidental, destinada à água. Nestas bacias era derramado o vinho da oferta de libação e, ao mesmo tempo, a água trazida do Poço, enquanto o povo gritava, dirigindo-se ao sacerdote: “Levanta a tua mão”, para verificar se ele realmente derramava a água na bacia que conduzia à base do altar. Acredita-se que Alexandre Janeus, o sacerdote-rei, Macabeu, partilhando as opiniões dos saduceus, (95 A.C), a fim de mostrar o seu desprezo pelos fariseus, derramou a água desta festa no chão, em virtude do que, o povo atirou sobre ele os seus *aethrogs*, e o teria matado, se a guarda estrangeira do Templo não houvesse acorrido, ocasião em que, se afirma, nada menos de seis mil judeus foram mortos no Templo.

Logo que o vinho e a água eram derramados, a música do Templo começava a fazer-se ouvir, e o “Hallel” era cantado (24) de acordo com as prescrições dadas, e ao acompanhamento de flautas, exceto no sábadó e no primeiro dia da festa, quando era proibido tocar flauta, por causa da santidade dos dias. Quando o coro chegava a estas palavras: “Ó dai graças ao Senhor”, (25) e também quando cantavam: “Ó, operai agora a nossa salvação, Jeová”, (26) ou ainda ao fim: (27) “Ó, dai graças ao Senhor”, todos os adoradores agitavam os seus *lulavs* na direção do altar. Quando, portanto, a multidão de Jerusalém, no encontro com Jesus, “cortou ramos de árvores e os estendeu pelo caminho, e clamou dizendo: “Ó, operai, pois, agora, salvação ao Filho de Davi!” (28), estava aplicando, em referência a Cristo, o que era considerado como uma das principais cerimônias da Festa dos Tabernáculos e pedindo a Deus que se manifestasse dos “mais altos” céus e enviasse aquela salvação, relação nada com o Filho de Davi e simbolizada no derramamento de água. Porque, apesar de a cerimônia ser considerada pelos rabis como tendo uma referência subordinada à dispensação da chuva, cuja queda anual eles julgavam ser determinada por Deus naquela festa, a sua principal e justa aplicação era ao futuro derramamento do Espírito Santo, predito por Isaías, o profeta, (29) provavelmente em alusão a este rito. Por isso o Talmude expressamente diz: “Por que é o seu nome chamado — A tirada da água? E’ por causa do derramamento do Espírito Santo, segundo o que está escrito: Com gozo tirareis água dos poços da salvação” Daí, também, serem a festa e as alegrias peculiares a ela chamada “a tirada da água”; porque, de acordo com as autoridades rabínicas, o Espírito Santo habita no homem somente mediante o gozo.

Semelhante simbolismo era expresso por outra cerimônia que tinha lugar no fim, não dos sacrifícios diários, mas dos sacrifícios festivos. Todos os dias, durante a semana,

os sacerdotes formavam-se em procissão, e faziam o circuito do altar, cantando: “Salva- nos, agora, te pedimos, ó Jeová; ó Jeová, envia-nos agora, a prosperidade”. (30) Mas no sétimo, “o grande dia da festa”, eles faziam o circuito do altar sete vezes, relembrando a queda dos muros de Jericó, e antecipando a maneira pela qual, por intervenção direta de Deus, as muralhas do paganismo cairiam diante de Jeová, e a terra ficaria aberta, para que o povo de Israel entrasse e a possuísse.

Estamos agora mais ou menos capacitados para compreender os eventos registrados em João 7: 37. As festividades dos Tabernáculos convergiam para uma finalidade: “Esta era o último dia, o grande dia da festa”. Esta designação era devida, apesar de não se tratar de uma “santa convocação”, parcialmente, ao fato de ser este o dia do encerramento da festa, e, também, por causa das circunstâncias que correspondem, nos escritos rabínicos, aos títulos do “Dia do Grande Hosana”, em razão do sétuplo circuito do altar com “Hosana”, e “dia dos Salgueiros”, ou “Dia do Bater dos Ramos”, porque todas as folhas eram arrancadas dos ramos de salgueiro, e os ramos das palmeiras eram quebrados junto ao altar.

Foi num dia destes, depois que o sacerdote tinha voltado de Siloé com o seu cântaro de ouro, e pela última vez derramava o seu conteúdo na base do altar; depois que o “Hallel” tinha sido cantado ao som da flauta, o povo respondendo e adorando, enquanto os sacerdotes tocavam três vezes suas trombetas de prata, exatamente quando o interesse do povo tocava ao auge — foi nesta hora que, — no meio da multidão de fiéis, os quais se moviam para o altar à semelhança de uma floresta viva, no momento em que as últimas palavras do Salmo 118 eram cantadas, — uma voz se ergueu, a qual ressoou por todo o Templo, comovendo a

multidão e despertando temor e ódio no coração dos seus líderes. Era Jesus que “pôs-se em pé e clamou dizendo: Se alguém tem sede venha a mim e beba”. Desde então, pela fé na Sua pessoa, todos podem tornar-se semelhantes ao Poço de Siloé, e do seu interior “manarão rios de água viva”. (31) “Isto Ele falou do Espírito, que aqueles que cressem nele receberiam”. De maneira que a significação do rito em que eles tomavam parte era esclarecida, ao mesmo tempo em que o modo do seu cumprimento era indicado. O efeito foi instantâneo, como não podia deixar de ser. A multidão comovida pelo súbito aparecimento daquele no qual todo tipo e toda profecia tinham cumprimento, “quando ouviu estas palavras, dizia: Na verdade este é o Profeta”. Outros diziam: “Este é o Cristo”. A própria Guarda do Templo, que devia, em circunstâncias tais, prender aquele que interrompia assim o serviço do dia e se apresentava com tamanha pretensão, fascinada por suas palavras, não ousou lançar mão dele. “Nunca homem algum falou como este homem”, foi a única resposta que os soldados puderam dar, à vista de sua fraqueza, quando os príncipes dos sacerdotes e os fariseus os interrogavam. A censura das autoridades judaicas, nesta ocasião, é muito característica, para que mereça qualquer comentário. Somente um, no meio delas, sentiu-se verdadeiramente impressionado pela cena de que era testemunha. Entretanto, tímido como sempre, Nicodemos pôde apenas agarrar-se ao único ponto que os fariseus lhe ofereciam, isto é, desde que eles atribuíam a declaração de Jesus à sua ignorância da lei, perguntar, à maneira rabínica: “Permite a nossa lei julgar alguém, antes de ouvi-lo e saber o que ele fez? ”

Mas o assunto não terminaria com as recriminações dos sacerdotes e fariseus. A prova que Nicodemos havia sugerido tirassem eles dos ensinamentos e milagres de Jesus, estava a pique de ser oferecida perante o povo e as autoridades, mediante a

cura do cego de nascença. Aqui também havia uma alusão ao cerimonial da Festa dos Tabernáculos. Jesus, quando viu o cego de nascença, disse: “Enquanto estou no mundo, sou a luz do mundo”. (32) E tendo “ungido os olhos do cego com barro, disse ao homem: “Vai e lava-te no Poço de Siloé (que significa o Enviado)”. As palavras “Eu sou a luz do mundo”, são as mesmas que Ele já havia pronunciado no Templo, (33) e, sem dúvida, tinham o intuito de chamar a atenção para outra cerimônia muito peculiar à festa. Na *Mishnah*, a ordem dos serviços é a seguinte: Primeiramente devia oferecer-se o sacrifício diário da manhã e, depois, os sacrifícios adicionais; vinham, então, as ofertas voluntárias e votivas; em seguimento, as refeições festivas; agora, o estudo da lei; o sacrifício da tarde; e, após, todos iam ao “alegre derramamento da água”. (34) E’ este “alegre derramamento da água” que passamos a descrever.

No fim do primeiro dia da festa, os adoradores desciam à Corte das Mulheres, onde grandes preparativos tinham sido feitos. Ali se achavam quatro candelabros de ouro, cada um com quatro vasos de ouro, e junto a eles quatro escadas. Quatro jovens de descendência sacerdotal, tomando um cântaro de óleo com capacidade de cento e vinte logs, enchiam os vasos dos candelabros. Os pavios das lâmpadas eram feitos de roupas e cintos velhos, usados pelos sacerdotes. Não havia uma corte em Jerusalém que não fosse iluminada pela luz da “casa da água-derramada”. Os “Chassidim” e os “homens de Ação” dançavam diante do povo com tochas flamejantes nas suas mãos, e cantavam hinos e cânticos de louvor, enquanto os levitas, com harpas, alaúdes, címbalos, trombetas, e instrumentos de música sem número, permaneciam nos quinze degraus que conduzem da corte de Israel para a das Mulheres, segundo o número dos quinze Cânticos dos Degraus do Livro dos Salmos.

Estes levitas ficavam parados com os seus instrumentos de música, e cantavam hinos. Dois sacerdotes com trombetas nas mãos montavam guarda na porta superior (a de Nicanor), a qual dá passagem da Corte de Israel para a das mulheres. Ao romper da alvorada, eles tocavam três vezes as trombetas, Quando chegavam ao décimo degrau, repetiam o mesmo toque e, do mesmo modo, quando penetravam na corte. E, assim, ao passo que iam avançando, tocavam as trombetas, até chegarem à porta que abre para o oriente, a chamada Porta Formosa. Assim que chegavam à porta oriental, voltavam-se para a porta ocidental, e diziam: “Os nossos pais, que estiveram neste lugar, voltaram as suas costas para o Santuário de Jeová, e as suas faces para o oriente, e adoravam voltados para o pôr do sol; mas, quanto a nós, os nossos olhos são para o Senhor”.

Foi preservado um dos hinos cantados naquela noite. Era cantado pelos “Chassidim” e “homens de Ação”, e por aqueles que se arrependiam, na sua velhice, dos pecados da mocidade:

OS CHASSIDIM E HOMENS DE AÇÃO

“Ó, regozijemo-nos, porque a nossa mocidade, consagrada, sábia, Não legou vergonha à vossa velhice!”

OS PENITENTES

“Ó, regozijemo-nos, porque podemos, na nossa velhice, Reparar os pecados de nossa insensata mocidade!”

EM UNÍSONO

“Sim, feliz aquele sobre quem não pesa culpa dos dias primeiros. E aquele que, tendo pecado, tem agora a benção do perdão”.

Parece claro que esta iluminação do Templo fazia parte e tinha a mesma significação simbólica do “derramamento da água”. A luz que se projetava do Templo para as trevas em volta e iluminava todas as cortes de Jerusalém, representava, não somente a “Shechinah” que uma vez enchera o Templo, como também aquela “grande luz” que “o povo que andava nas trevas” haveria de ver, e que brilharia “sobre os que habitavam na região da sombra da morte”. (35) E’ bem possível que as profecias de Isaías, caps. 9 e 60, se apliquem a este simbolismo. De qualquer maneira, é muito provável que Jesus estivesse aludindo a esta cerimônia, ao pronunciar, no Templo e por ocasião da Festa dos Tabernáculos, estas palavras: “Eu sou a luz do mundo aquele que me segue não andarás em trevas, mas terá a luz da vida”. (36)

Somente o primeiro dos sete dias da festa era “uma santa convocação”; os outros seis eram “festivais menores”. Cada

dia, além dos sacrifícios ordinários, da manhã e da tarde, eram trazidas também as ofertas-festivas prescritas em Números 29: 12-38. Os salmos cantados na oferta de libação, depois dos sacrifícios-festivos, eram os seguintes: no primeiro dia, o salmo 105; no segundo, o 29; no terceiro, o salmo 50, a partir do vrs. 16; no quarto, o 94, do vrs. 16, em diante; no quinto, o mesmo 94, do vrs. 8 em diante; no sexto, o 81, do vrs. 6; no último dia da festa, o salmo 82, desde o vrs. 5. Ao retirar-se o povo do altar, no fim do serviço diário, exclamava: “Quão belo és tu, ó Altar! ” — ou, segundo outra versão: “Nós damos graças a Jeová e a ti, ó Altar! ” Todas as vinte e quatro turmas de sacerdotes se ocupavam com as ofertas, as quais eram repartidas entre eles de acordo com regras definidas, sendo também fixadas as obrigações sacerdotais de cada qual. Sendo ano sabático, a lei devia ser lida publicamente no primeiro dia. (37)

Na tarde do sétimo dia de festa, o povo começava a retirar-se das “tendas”, porque no oitavo dia, o 22º de Tishri, ninguém mais morava em cabanas, nem usava o *lulav*. Neste dia era observada uma “santa convocação”, sendo oferecidos os sacrifícios determinados em Números 29: 36-38, apesar de que não mais pela vinte e quatro turmas de sacerdotes, e ainda se cantava o “Hallel” durante a oferta de libação.

Ter-se-á observado que as duas cerimônias mais importantes da Festa dos Tabernáculos, o derramamento da água e a iluminação do Templo são de origem pós-mosáica. De conformidade com a tradição judaica, o pilar de nuvem durante o dia e de fogo durante a noite apareceu, pela primeira vez, no dia 15 de Tishri, o primeiro dia da festa. Foi também naquele dia, segundo se diz, que Moisés desceu do Monte e anunciou ao povo que o Tabernáculo de Deus devia ser edificado no meio dele. Sabemos que a dedicação do Templo de Salomão e a descida da *Shequinah* ocorreu

durante esta festa. (38) Não será, pois, exagero, supormos que se refere a ela, esta descrição do cenário celestial: “Depois destas coisas olhei, e eis uma grande multidão que ninguém podia contar, de toda a nação e de todas as tribos, povos e línguas, que estavam em pé diante do Cordeiro, cobertos de vestiduras brancas, com palmas nas mãos; e clamavam com uma grande voz: Salvação ao nosso Deus que está sentado sobre o trono, e ao Cordeiro”. (39)

Quer, porém, seja aceita ou não a nossa sugestão, à significação típica das duas grandes cerimônias — o “derramamento da água e a iluminação do Templo” — resta como certo o fato de que a Festa dos Tabernáculos é o único tipo, no Velho Testamento, que ainda não teve cumprimento.

NOTAS

- 1) Is. 25:6-8; comp. Rev. 21.4, s.s.
- 2) Êx. 23:16; 34:22.
- 3) Lev. 23:34; espec. Vrs. 43; Deut. 16:13,16; 31:10; 2 Corn. 8:18; Esd. 3:4
- 4) 1 Reis 8,2; 2 Cor 5:3; 7:8,9.
- 5) Também, literalmente, em Lev. 33:39.
- 6) Zac. 14:16-21.
- 7) Lev. 23:35,36.
- 8) Lev. 23:39.
- 9) Lev. 23:25,32.
- 10) Deut. 31:10.
- 11) Zac. 14:20.
- 12) Outro quadro é traçado em Oseias 9, que parece também aplicar-se à festa dos Tabernáculos (esp. o vrs. 5). É notável o número de alusões a esta festa pelos profetas, como se os seus tipos fossem o alvo de todos os seus desejos.
- 13) Deut. 16: 13-17.

- 14) Lev. 23: 42, 43.
- 15) Lev. 23: 40.
- 16) Nee. 8: 15, 18.
- 17) Succ. 2: 4.
- 18) Succ. 2: 8.
- 19) Succ. 1: 4.
- 20) Succ. 3: 8.
- 21) Ver o art. do Pressel, na Enc. Real de Herzog.
- 22) Num. 15: 1-10.
- 23) Salm. 118: 1.
- 24) Salmos 113-118.
- 25) Num. 29: 12, s. s.
- 26) 26)Salm. 118: 25.
- 27) Salm. 118: 29.
- 28) Mat. 21: 8-9; João 12: 12, 13.
- 29) Is. 12: 13. As duas opiniões estão abertas: ou as palavras de Isaías eram baseadas na cerimônia do derramamento da água, ou esta cerimônia derivava das palavras de Isaías. Em qual- quer caso, a nossa inferência é razoável. Basta acrescentar que, para alguns, a expressão “água”, em Isaías 12: 3 6 aplicada a “lei”. Mas isto de nenhum modo invalida a nossa conclusão, uma vez que os Judeus esperavam que a conversão dos gentios seria uma conversão ao judaísmo.
- 30) Salm. 118: 25.
- 31) João 7: 38
- 32) João 9: 5.
- 33) João 8: 12.
- 34) Succah 5: 2, 3, 4.
- 35) Is. 9: 2.
- 36) João 8: 12
- 37) Deut. 31: 10-13. Nos últimos tempos, somente porções eram lidas, desde que havia ensino regular nas sinagogas.
- 38) 1 Reis 8; 2 Cron. 7.
- 39) Rev. 7: 9, 10.

Capítulo VI

AS LUAS NOVAS: A FESTA DA SÉTIMA LUA NOVA, OU DAS TROMBETAS, OU DO DIA DO ANO NOVO E O DIA DE EXPIAÇÃO

“Ninguém, portanto, vos julgue pelo comer, nem a respeito de um dia de festa, ou de lua nova ou de sábado, as quais coisas são sombras das vindouras, mas o corpo é de Cristo”. Col. 2: 16, 17.

Difícilmente qualquer outra festa religiosa terá deixado uma impressão tão permanente na vida do povo de Israel, como “Luas Novas”. Ocorrendo no começo de cada mês e assinalando-o, a solene proclamação — “E’ santo” — tinha por fim dar um caráter sagrado a cada mês, ao passo que o sonido das trombetas sacerdotais e os sacrifícios oferecidos, constituíam um apelo às hostes do Senhor, para que oferecessem um tributo pessoal ao Rei exaltado e, assim, se pusessem diante dele como um “memorial”. Além disso, esta festa popular constituía uma ocasião propícia, para que as famílias, como a de Davi, celebrassem o seu sacrifício anual; (1) o rei desse o seu banquete oficial, (2) e ainda os crentes, desejosos de instrução e edificação, buscassem as reuniões solenes, como parece ter sido o caso de Eliseu. (3) E’ curioso notar-se no correr da história, a observância dessa solenidade, marcando-se aqui, um Salmo especial para a Lua Nova (no Tishri); (4) vendo-se como, de mês em mês, o dia era guardado como uma ordenança, exterior, mesmo em tempo de decadência religiosa, (5) aparentemente com toda rigidez, com abstenção de trabalho não exigido na lei, tudo, porém, sem o espírito original da festa; (6) e, finalmente, verificando-se nas profecias de Isaías e Ezequiel que ela também tinha uma significação mais elevada, e estava destinada a alcançar um cumprimento melhor em outra dispensação, quando a trombeta da Lua Nova conclamará

“toda carne a adorar a Jeová”, (7) e a porta oriental que dava entrada para a corte interior do Templo seria aberta uma vez mais para o Israel santo. (8) E até no Novo Testamento encontramos a “Lua Nova” guardada como observância exterior, tanto por judeus como por cristãos judaizantes, ainda que caracterizada como “uma sombra da coisas vindouras, mas o corpo é de Cristo”. (9)

Já notamos a importância que se dava à exata determinação da lua nova, para o fim de se fixar os vários festivais do ano, e com que cuidado e ansiedade o seu aparecimento era averiguado, por meio de testemunhas de vista, assim como a notícia era depois comunicada aos que moravam distante. Porque a lua nova era estabelecida por observação pessoal e não por cálculo astronômico, embora saibamos que muitos rabinos eram conhecedores daquela ciência, desde que lemos a respeito de quadros astronômicos, pelos quais era confirmada a fidelidade das testemunhas.

Tão importante era esse testemunho, que as pessoas encarregadas de prestá-lo podiam, a fim de atingir Jerusalém a tempo, viajar no sábado e, se necessário, fazer uso de animais. (10) Enquanto regras estritas determinavam os que não podiam ser admitidos como testemunhas, (11) o maior encorajamento se dava a pessoas dignas de crédito, ficando o Sinédrio encarregado de dar-lhes um banquete num grande edifício especialmente destinado àquele fim, e conhecido como *Beth Yaazek*. (12) Na lei de Deus, somente duas coisas são exigidas para a observância da “Lua Nova” — o “toque de trombetas” (13) e os sacrifícios especiais da festa. (14) Desde tempos remotos o “toque de trombetas” tinha sido o sinal de marcha para as hostes de Israel, no deserto, assim como o da convocação do povo para a guerra, bem como o da proclamação dos dias de regozijo público e das festas, e ainda do “começo dos seus meses”. (15) O seu objetivo era expressamente o de estabelecer “um memorial”,

para que o povo “fosse lembrado diante de Deus”, sendo especialmente acrescentado: “Eu sou Jeová vosso Deus”. Era, por assim dizer, o povo de Deus reunido, aguardando o seu chefe; o povo de Deus unido para proclamar o seu Rei. Ao som das trombetas dos sacerdotes, todos se enfileiravam, sob a Sua bandeira e diante do Seu trono, e esta confissão e proclamação simbólicas de que “Jeová era seu Deus”, os colocava diante dele, para serem “lembrados” e “salvos”. Assim, toda ocasião de “som das trombetas”, fosse nas Luas Novas, na Festa das Trombetas ou o Dia do Ano Novo, como nos outros festivais, no Ano Sabático ou do Jubileu, ou em tempo de guerra, era um público reconhecimento de Jeová como Rei. Concordemente, achamos o mesmo símbolo adotado na linguagem figurativa do Novo Testamento. Como na velha dispensação o som da trombeis convocava a congregação perante Senhor à porta do Tabernáculo, assim, “os Seus eleitos” serão convocados pelo som da trombeta no dia da vinda de Cristo, (15) e não somente os vivos, mas também os que “dormiram” (16), os “mortos em Cristo”. (18) Semelhantemente as hostes celestiais serão arregimentadas, para a guerra de sucessivos julgamentos, (19) até que, quando “o sétimo anjo tocar”, Cristo será proclamado Rei universal: “O reino do mundo passou a ser de nosso Senhor, e de seu Cristo, e Ele reinará pelos séculos dos séculos”. (20)

Juntamente com “o toque de trombetas”, certos sacrifícios especiais eram oferecidos na Lua Nova. (21) Estes, muito apropriadamente, marcavam “o começo dos meses”. (22) E’ um princípio universal no Velho Testamento que “o primeiro” vale pelo todo — os primeiros frutos por toda a colheita, o primogênito e as primícias por todo o restante, e que “se as primícias são santas, a massa também o é”. Por esta razão as ofertas queimadas e a oferta pelo pecado, no começo de cada mês, consagravam-no todo.

Estes sacrifícios festivos constavam de dois bezerros, um carneiro, e sete cordeiros de um ano, para oferta queimada, com as correspondentes ofertas de manjar e de bebidas, e ainda de um cabrito das cabras como oferta pelo pecado. (23)

Quando passamos dessas simples prescrições escriturísticas para o exame das tradições sobre a observância da “Lua Nova”, no Templo, a nossa dificuldade aumenta, porque esta festa e o Dia de Ano Novo eram justamente as celebrações, em conexão com as quais a superstição mais facilmente se avolumava, devido às noções que os rabis tinham, de que pela mudança das estações é que os juízos divinos se iniciavam modificavam e, finalmente, se fixavam.

Os críticos modernos não têm tido o cuidado de distinguir o que se fazia no Templo, daquilo que foi introduzido na sinagoga gradualmente e em períodos muito posteriores. As orações, por exemplo, que datam de depois da destruição de Jerusalém, figuram como oferecidas no Templo, e o costume de cantar o “Hallel” (24) nas Luas Novas tem sido erroneamente atribuído aos tempos bíblicos. (25) Até onde nos é dado averiguar, a ordem do serviço, no Dia da Lua Nova, era a seguinte: O concílio se reunia desde manhã até o sacrifício da tarde, para determinar o aparecimento da lua nova. A proclamação do Concílio — “E’ santo” — e não propriamente o aparecimento da lua nova, é que fixava o começo da festa. Imediatamente depois, os sacerdotes tocavam as trombetas que marcavam a festa. Após o sacrifício ordinário da manhã, as ofertas prescritas eram trazidas, sendo derramado o sangue das ofertas-queimadas na base do altar, abaixo da linha vermelha e, o resto, no canal ao sul do altar, enquanto o sangue da oferta pelo pecado era aspergido com os dedos sobre os cornos do altar de oferta-

queimada, começando pelo leste, e sendo também o resto derramado como o das ofertas-queimadas. Os dois bezeros das ofertas-queimadas eram pendurados e descarnados nos ganchos da ordem superior da corte, os carneiros nos da média, e os cordeiros nos ganchos da ordem inferior. Nada menos de 107 sacerdotes oficiavam nestas ofertas-queimadas: 20 para cada bezerro, 11 para cada carneiro, e 8 para cada cordeiro, incluindo os que oficiavam nas ofertas de manjar e de bebidas. No correr destes sacrifícios as trombetas tocavam de novo. Todos estes sacrifícios se faziam no lado norte do altar, ao passo que as ofertas pacíficas e voluntárias que os israelitas em caráter particular eram obrigados a trazer nessa ocasião, eram sacrificadas no lado sul. A carne da oferta pelo pecado e o que tocava aos sacerdotes das ofertas de manjar, eram comidos no próprio Templo. A parte referente às ofertas privadas de gratidão podia ser levada para casa e comida na companhia da família.

Se existiam orações especiais que eram pronunciadas no Templo, nos dias de Lua Nova, a tradição delas não nos deixou indício. A única formula que data daquele período é a que era usada no primeiro instante da observação: “Bem aventurado Aquele que renova os meses”. A esta, a sinagoga, no fim do terceiro século, acrescentou o seguinte: “Bem-aventurado Aquele por cuja palavra os céus foram criados, e pelo sopro de cuja boca todas as coisas foram formadas! Ele lhes apontou uma lei e tempo, afim de que não ultrapassem os seus limites. Eles se regozijam e se alegram por poderem realizar a vontade do seu criador, Autor da verdade; as suas obras são verdade! Ele disse à lua: “Sejas tu renovada, e sejas o belo diadema (isto é, a esperança) do homem (a saber, Israel), o qual um dia será vivificado de novo como a lua (a vinda do Messias), e louvará o seu Criador por causa do Seu glorioso reino”. (26) Num período muito posterior, foi ainda inserida uma oração de caráter bastante supersticioso, a qual

era repetida e acompanhada de gestos e saudações à lua! O dia de Lua Nova, embora aparentemente observado no tempo de Amós, como dia de descanso, (27) não é guardado pelos judeus dos nossos dias, nem igualmente, era a abstenção do trabalho imposta pela lei divina. (28)

Inteiramente distinta das outras luas novas e mais sagrada do que elas, era a do *sétimo* mês ou *Tishri*, isto em razão, talvez, da significação simbólica do mês sabático, o sétimo, no qual se realizam as grandes festas do Dia de Expição e dos Tabernáculos, ou, quem sabe porque ela marcava o começo do ano civil, supondo-se que, como Josefo e a maioria dos escritores judeus entendem, a distinção entre o ano civil e o eclesiástico data do tempo de Moisés. (29) Nas Escrituras esta festa é designada como “um memorial de sonidos de trombetas”, (30) ou “o dia do sonido das trombetas”, (31) porque naquele dia as trombetas, ou melhor, como veremos, as buzinas eram tocadas durante todo o dia em Jerusalém. Devia ser observado como “um sábado” e “uma santa convocação”, na qual “nenhum trabalho servil” podia ser feito. As ofertas prescritas para o dia consistiam, além dos sacrifícios ordinários da manhã e da tarde, primeiro, das ofertas queimadas, (mas não as ofertas pelo pecado), das luas novas comuns, com suas ofertas de comida e de bebida, e, depois disto, de outra oferta queimada de um novilho, um carneiro, e sete cordeiros, com suas correspondentes ofertas de manjar e de bebidas, juntamente com “um cabrito como oferta pelo pecado, para fazer expiação por vós”. Enquanto a oferta de bebida do sacrifício festivo era derramada, o sacerdote e os levitas cantavam o Salmo 81 e, se a festa caísse numa quinta-feira, cantava-se duas vezes o Salmo, começando, na segunda vez, do versículo 7 do texto hebraico. Pelo sacrifício da tarde, cantava-se o Salmo. 9. Pelas razões anteriormente dadas, (32) tornou-se comum

celebrar-se a festa do Ano Novo em dois dias sucessivos, e esta prática provavelmente foi introduzida ainda na época do Templo.

A *Mishnah*, que consagra um tratado especial a esta festa, observa que um ano pode ser arranjado de acordo com quatro diferentes períodos: o primeiro, começando com o 1º de Nisan, tendo em vista “os reis” (para cálculo das taxas) e para fixação das festas; o segundo, no 1º de Elul, (o sexto mês), para a dizimação dos rebanhos, todo animal nascido depois daquela data, não sendo computado no ano anterior; o terceiro, no 1º de Tishri, (o sétimo mês), para o ano Civil, o Sabático e o do Jubileu, e também para árvores e ervas; e finalmente, o do 1º de Shebat (o décimo primeiro mês), para todos os frutos das árvores. Semelhantemente, continua a *Mishnah*, há quatro estações em que é pronunciado julgamento sobre o mundo: na Páscoa, em referência às colheitas; no Pentecostes, aos frutos das árvores; na Festa dos Tabernáculos, em vista da dispensação das chuvas; enquanto No Dia do Ano Novo, todos os filhos dos homens passam diante dele como cordeiros (quando são contados na dizima), assim como está escrito: (33) “Aquele que forma o coração de todos eles, que considera todas as suas obras”. A isto podemos acrescentar, como um comentário do Talmude, que no Dia de Ano Novo *três* livros eram abertos: o da vida, para aqueles cujas obras tinham sido boas; o da morte, para os que tinham sido inteiramente maus, e um terceiro, intermediário, para aqueles cuja causa era para ser decidida no Dia de Expição (dez dias depois do Ano Novo), a demora sendo concedida para o arrependimento ou outro fim semelhante, depois do que os seus nomes seriam, finalmente, registrados no livro da vida ou no livro da morte. Mas, por estes termos, não se significa nem a vida nem a morte eterna; apenas, talvez, o bem-estar terreno, ou a vida temporal, ou o oposto. Não é necessário estender-nos

sobre as passagens bíblicas, em que esta curiosa opinião sobre os *três livros* se baseia. (34) Mas tão profundo e arraigado é o sentimento dos Rabis sobre esta matéria, que, por consenso unanime, os dez dias que medeiam entre o Novo Ano e o Dia de Expição são considerados como “dias de arrependimento”. De fato, devido a uma errônea interpretação de uma passagem da *Mishnah*, (35), semelhante superstição se prende a cada lua nova, sendo o dia precedente a ela guardado pelos judeus mais zelosos como um dia de jejum e arrependimento, e chamado o “Dia Menor de Expição”. Em consonância com isto os rabis sustentam que o somido das trombetas tem por fim, primeiro, trazer à lembrança diante do Senhor o povo de Israel, ou antes, os méritos dos patriarcas e o pacto de Deus com eles, em segundo lugar, para ser um meio de confundir satanás, que aparece naquele dia especialmente para acusar Israel, e, finalmente, como um chamado ao arrependimento, isto é, um somido para despertar os homens do seu sono de pecado. (36) Durante o Dia de Ano Novo as trombetas e buzinas eram tocadas em Jerusalém, de manhã à noite. No Templo isto se fazia, mesmo no sábado, mas não fora dos muros. Depois da destruição de Jerusalém esta restrição foi removida e as buzinas eram tocadas nas sinagogas, ainda mesmo que a festa caísse no sábado. Já temos indicado que os instrumentos usados não eram as trombetas comuns dos sacerdotes, mas *buzinas*. A *Mishnah* afirmava que se podia usar qualquer espécie de chifres, exceto os de boi ou bezerros, para que Deus não se lembrasse do pecado do bezerro de ouro! A *Mishnah*, contudo, menciona especialmente o chifre reto do antílope ou o chifre curvo do carneiro, este último com alusão particular ao sacrifício, em substituição de Isaque, sendo tradição que o Dia do Ano Novo era aquele em que Abraão, a despeito dos ardis de satanás para impedir ou retardá-lo, tinha oferecido a seu filho Isaque no Monte Moriá. O bocal das buzinas do Dia de

Ano Novo era ajustado com ouro, e os usados nos dias de jejum com prata. Outra distinção era esta: os que tocavam as buzinas, no Dia de Ano Novo, eram colocados entre outros que tocavam trombetas, e o som das buzinas era mais prolongado do que o das trombetas; mas, nos dias de jejum, os que tocavam as trombetas ficavam no meio, e o som destas era mais prolongado do que o das buzinas. Para que estas ocasiões solenes fossem devidamente observadas, era necessário não somente ouvir, como escutar o som das buzinas, uma vez que, como esclarecia a *Mishnah*, tudo depende da intenção do coração e não do mero ato exterior. Não foi o ato de Moisés levantar as mãos o que deu a vitória a Israel, nem o fato de se erguer a serpente o que curava os doentes, mas sim o volver do coração de Israel para “o seu Pai que está nos céus”, isto é, a fé. (37) Citamos esta observação, não só por ser esta uma das poucas passagens da *Mishnah* que fere a essência da religião, mas também porque temos aqui uma nota sobre as mais antigas opiniões dos rabis sobre estes tipos, e ainda como uma referência oportuna ao ensino de Nosso Senhor a um daqueles próprios rabis. (38)

A *Mishnah* menciona vários “Berachoth” ou “bênçãos” (39) que eram repetidas no Dia de Ano Novo. Estas, assim como outras de data posterior, ainda formam parte da liturgia daquele dia na Sinagoga. Mas a evidência interna demonstra que tais orações não podiam, de modo nenhum, na forma atual, fazer parte do serviço do Templo. (40) Além disso, os próprios rabis diferem quanto ao seu número exato e conteúdo, satisfazendo-se em declarar que os títulos dessas bênçãos são apenas *cabeçalhos* que servem para indicar o conteúdo e a direção especial que as orações tinham tomado. Um grupo delas trazia o título “o reino” de Deus e, por esta razão, eram chamadas *Malchiyoth*; outro, o *Sichronoth*, porque se refere a várias espécies de “lembranças” da parte

de Deus; enquanto um terceiro, chamado *Shopharoth*, consistia de bênçãos relacionadas cora o “toque das buzinas”. Afirma-se que, quem repetisse dez passagens das Escrituras, (segundo, outras autoridades, três apenas) que se referissem ao “reino de Deus” “a lembrança de Deus” e “o sonido das buzinas”, tinha cumprido o seu dever em referência a estas “bênçãos”.

Pelas Escrituras sabemos com que solenidade o primeiro dia do sétimo mês foi observado no tempo de Esdras, e até que ponto o povo se comoveu com a leitura pública e a explicação da lei, o que, para muitos, era uma verdadeira novidade, tanto mais solene, quanto, depois de um tão longo período, eles a ouviam de novo, naquela mesma terra que era, como que, uma testemunha da sua veracidade. (41) No Novo Testamento não se faz alusão ao fato de Jesus ter assistido a esta festa em Jerusalém. Nem era necessário, pois era ela celebrada em todas as sinagogas. (42) Entretanto parece haver alusão ao toque das buzinas nos escritos de S. Paulo. Já fizemos sentir que, de acordo com. Maimônides, (43) um dos fins principais da cerimônia era levar os homens ao arrependimento. De fato, um comentador de Maimônides emprega as seguintes palavras, para explicar a significação do toque das trombetas: “Levantai-vos, levantai-vos do vosso torpor; despertai, despertai do vosso sono, vós que intentais a vaidade, porque sono mais pesado cairá sobre vós. Erguei-vos diante d’Aquele a quem tereis de dar conta no dia de juízo”. E’ possível que esta fórmula também fosse usada na sinagoga, (44) e não é desarrazoado supor que ela tivesse vindo à memória do apóstolo Paulo, quando ele escreveu aos efésios: (45) “Por isso diz: Desperta, ó tu que dormes, e levanta-te, de entre os mortos, e Cristo te alumiará”. Se assim for, poderíamos também descobrir uma alusão ao aparecimento da lua nova, especialmente ao do sétimo mês, nestas

palavras de um versículo precedente: “Pois outrora éreis trevas, mas agora sois luz no Senhor; andai como filhos da luz!”

NOTAS

- 1) 1 Sam. 20: 6, 2.
- 2) 1 Sam. 20: 5, 24.
- 3) 2 Reis 4: 23.
- 4) Salm. 81: 3
- 5) Is. 1: 13; Os. 2: 11.
- 6) Amos 8: 5.
- 7) Is. 66: 23.
- 8) Ez. 46: 1.
- 9) Col. 2: 16, 17.
- 10) Mish. Rosh ha Sh. 1: 9; 3: 2.
- 11) u. s. 1: 8.
- 12) u. s. 2: 5.
- 13) Num. 10: 10.
- 14) Num. 28: 11-15.
- 15) Num. 10: 1-10.
- 16) Mat. 24: 31.
- 17) 1 Cor. 15: 52.
- 18) 1 Tes. 4: 16.
- 19) Rev. 8: 2; 10: 7.
- 20) Rev. 11: 15.
- 21) Num. 28: 11-15.
- 22) Num. 28: 11.
- 23) Existe um curioso e quase blasfemo Haggadah, ou historia, no Tamulde, sobre este assunto. Dizia-se que, a princípio, o sol e a lua foram criados de igual tamanho; quando, porém, a lua desejou ser o único “governador” com exclusão do sol, o seu orgulho foi punido com a sua diminuição. Em resposta aos argumentos e importunação da lua, Deus desejou consolá-la, lembrando que os três homens justos — Jacó, Samuel e Davi, eram também pequenos. Mas, como ainda assim, a lua tivesse levado a melhor

na discussão, Deus determinou que se oferecesse uma “oferta” pelo pecado, na lua nova, porque Ele a tinha feito menor e menos importante do que o sol!

- 24) Salmos 113-118.
- 25) Até mesmo Buxtorf no seu Lex. Rabb. e também o dr. Ginsburg, na Enc. de Kitto, vol. 3. Em geral os artigos sobre a “Lua Nova” e o “Ano Novo”, não obstante as erudições desses autores não revelam suficiente espírito crítico. Que o “Hallel” não era cantado no Templo, por ocasião da Lua Nova, é demonstrado por Jost., Gesch. d. Judenth., 1: 184.
- 26) O art. “Lua Nova”, da Enc. de Kitto, erroneamente afirma que não somente esta oração, mas até mesmo a supersticiosa adição que é tão posterior, eram oferecidas por todos os israelitas durante o período do segundo Templo. Entretanto em Jost. Gesch. d. Judenth., 2: 265, 266, temos a data de sua origem perfeitamente estabelecida.
- 27) Amos 8: 5.
- 28) O Talmude dá esta curiosa explicação sobre o costume que as mulheres tinham de se absterem do trabalho por ocasião das Luas Novas: “As mulheres se recusaram a dar os seus anéis para a fabricação do bezerro de ouro, enquanto os homens deram os seus. Por outro lado foram as mulheres que contribuíram com os seus ornamentos para a feitura do tabernáculo.
- 29) Em outro lugar nós adotamos a opinião comum de que esta distinção data somente de depois da volta de Babilônia. Mas deve-se admitir que o peso das autoridades está todo do outro lado. Os judeus sustentam que o mundo foi criado no mês de Tishri.
- 30) Lev. 23: 24.
- 31) Num. 29: 1.
- 32) Principalmente para evitar possíveis enganos.
- 33) Salm. 33: 15.
- 34) As duas principais passagens são o Salmo 69: 28, e Êxodo 32: 32. A primeira é assim explicada: “Sejam eles riscados do livro”, o que significa o livro dos maus, enquanto a expressão “dos vivos” se refere aos dos justos, de modo que a cláusula “e não sejam escritos com os justos”, supõe-se indicar a existência de um terceiro livro!
- 35) Sheb. 1: 4, 5.
- 36) Maimônides, Moreh Nev. 3: 43. Em oposição a isto Lutero anota o seguinte: “Eles deviam soprar as buzinas, a fim de chamar Deus e suas maravilhas à lembrança: a maneira pela qual Ele os redimira: como se devia pregar a respeito disto, e agradecer-se a Ele estas coisas; tal como, entre nós. Cristo e a. sua redenção são lembrados e pregados pelo

Evangelho”. Ao que o Glossário de Weimar acrescenta: “Em vez de buzinas, nós temos sinos”. Ver Lundius, *Jud. Heiligth.*, pág. 1024, col. 2. Buxtorf aplica Amos 3: 13 ao toque das buzinas.

- 37) Rosh ha Sh. 3: 8
- 38) João 3: 14. 15
- 39) Rosh ha Sh. 4. 5, etc.
- 40) Do Texto de Rosh ha Sh. 4: 7 se depreende que elas eram destinadas ao uso nas sinagogas. Isto deixa a questão aberta quanto á possibilidade de serem ou não ditas orações semelhantes no Templo. A Mishnah menciona por extenso nove destas “bênçãos”.
- 41) Nee. 8: 1-12.
- 42) Nas sinagogas, fora de Jerusalém, buzinas, não trombetas, eram tocadas no Dia de Ano Novo.
- 43) Moreh Ne v. 3: 43.
- 44) Comp. Goodwin, *Moses et Aaron* (ed. Hottinger), pg. 601.
- 45) Efésios 5: 14.
- 46) Efés. 5: 8.

Capítulo VII

O DIA DE EXPIAÇÃO

"Mas no segundo (tabernáculo) entra a sós o sumo-sacerdote, uma vez por ano, não sem sangue, que oferece por si, e pelas ignorâncias do povo" . . . Mas Cristo, tendo vindo como sumo-sacerdote dos bens já realizados... pelo seu próprio sangue entrou uma vez para sempre no Santo lugar, havendo obtido uma redenção eterna". Heb. 9: 7, 11, 12.

Pode parecer estranho, e, contudo, é verdade, que o testamento mais claro da “fraqueza e inutilidade” “do mandamento” é o que é dado pelo próprio “mandamento”. Os arranjos levíticos para a remoção do pecado levavam no frontispício, por assim dizer, esta inscrição: “A lei não faz nada perfeito” — não tendo nem um mediano perfeito, no sacerdócio; nem uma “expição” perfeita, no sacrifício, e nem ainda um perdão perfeito, como o resultado de ambos. “Visto que a Lei tem a sombra dos bens vindouros, não a mesma imagem das coisas, nunca pode, pelos mesmos sacrifícios, que eles oferecem de ano em ano, continuamente, fazer perfeitos aos que se chegam a Deus”. (1) E isto se verifica em primeiro lugar, em virtude da contínua repetição e multiplicidade desses sacrifícios, os quais se suplementam uns aos outros, e contudo deixam sempre alguma coisa a ser suplementada; e, em segundo lugar, pelo fato, geralmente admitido, “que não é possível que o sangue de touros e de bodes tire pecados”. (2) E’ portanto evidente que a dispensação levítica, trazendo a marca de imperfeição, tanto nos meios que emprega para “tirar” o pecado, como nos resultados que obtém por esses

meios, confessa, como João Batista, que é somente um “precursor”, o abridor e preparador do caminho, — não o cumprimento, mas, ao contrário, uma promessa, “a introdução de uma nova esperança”. (3)

Como era de esperar, esta “fraqueza e inutilidade do mandamento” torna-se mais patente nos rituais do dia, no qual os meios de perdão e aceitação do Velho Testamento atingem o seu *clímax*. No “Dia de Expição”, não é qualquer dos sacerdotes, mas somente o sumo-sacerdote quem oficia, e isto não com suas vestes comuns, nem com qualquer das vestes sacerdotais, mas com um traje especial para o dia, e peculiarmente expressivo de pureza. Também os adoradores se apresentavam em circunstâncias diferentes das de outras ocasiões, uma vez que eles tinham de jejuar e de “afligir as suas almas”; e o dia mesmo tinha de ser “um sábado de sabatismo”, (4) em que os serviços centrais consistiam de uma série de grandes sacrifícios expiatórios, únicos no seu caráter, propósito e resultados, conforme se depreende destas palavras: “Fará expiação pelo santuário, pela tenda da revelação e pelo altar; igualmente fará expiação pelos sacerdotes e por todo o povo da assembleia”. (5) Mas, até mesmo a necessidade de semelhante “Dia de Expição”, depois das ofertas pelo pecado, públicas e privadas, no correr de todo o ano, era um atestado da insuficiência de tais sacrifícios, além de que as próprias ofertas do “Dia de Expição” se apresentavam como temporárias e provisionais “impostas até o tempo de reforma”. E’ oportuno chamar aqui a atenção para o misterioso aparecimento do chamado “bode expiatório”, sobre o qual, mais adiante, daremos uma explicação diferente da que tem aparecido em outros autores.

Os nomes “Dia de Expição”, ou, no Talmude, que consagra a ele uma capítulo especial, simplesmente “o dia” (talvez também em Heb. 7: 27) (6), e no livro de Atos “o jejum”, (7) designam suficientemente o seu objeto. Ele se realizava no décimo dia do sétimo mês (Tishri), isto é, simbolicamente, quando o mês sagrado ou sabático tinha atingido a sua plenitude. Nem se deve menosprezar a posição daquele dia relativamente aos outros festivais. O sétimo mês ou mês sabático encerrava o ciclo festivo, sendo a Festa dos Tabernáculos, a 15 daquele mês, a última do ano. Mas, como já se notou, antes do grande festival das colheitas e das ações de graças, Israel devia, como nação, reconciliar-se com Deus, porque somente um povo em paz com Deus poderia regozijar-se diante dele pelas bênçãos com que Ele tinha coroadado o ano. (8) E a importância do Dia de Expição, antecedendo a Festa dos Tabernáculos, torna-se mais fricante se nos lembrarmos de que esta festa das colheitas prefigurava a colheita final de todas as nações. Em conexão com este ponto é oportuno lembrar que o Ano de Jubileu era sempre proclamado no Dia de Expição. (9)

Examinando ligeiramente as ordenanças divinas referentes a este dia, (10) verificamos que somente nesse dia do ano o sumo-sacerdote podia entrar no Santo dos Santos, devendo, porém, apresentar-se com roupa branca, a qual diferia da dos sacerdotes em geral, em que o seu cinto também era branco, e não das cores do Templo, ao passo que “o barrete” era da mesma forma, embora não do mesmo material da “mitra” que o sumo-sacerdote usava comumente. (11) A simples brancura deste vestuário em contraste com os “paramentos dourados” que ele usava em outras ocasiões, indicava o fato que, naquele dia, o sumo-sacerdote se

apresentava, não “como o noivo de Jeová”, mas como depositário, na sua capacidade oficial, do emblema daquela pureza perfeita que era buscada por meio das expiações daquele dia. (12) Assim, nas profecias de Zacarias a remoção dos “hábitos sujos” e o seu revestimento de “ricos trajes”, denotava, simbolicamente, que “hei feito passar de ti a tua iniquidade. (13) Semelhantemente os que estão mais perto de Deus são sempre descritos como vestidos “de vestiduras brancas”. (14)

E porque estes eram, enfaticamente, “os vestidos santos”, “portanto” o sumo-sacerdote tinha de “lavar o corpo em água, e assim vesti-los”, (15) isto é, ele não devia lavar apenas as mãos e pés, como nas ministrações ordinárias, mas tinha de lavar todo o corpo. DE Números 29: 7-11, parece que as ofertas do Dia de Expição eram realmente de um múltiplo caráter: “o holocausto perpétuo”, isto é, os sacrifícios diários da manhã e da tarde, com as suas ofertas de cereais e de libações; os sacrifícios festivos do dia, consistindo para o sumo-sacerdote e os sacerdotes de “um carneiro para holocausto” (16) e, para o povo, de um bezerro, um carneiro e sete cordeiros de um ano, (com suas ofertas de cereais) para um sacrificio-queimado, e um cabrito para oferta pelo pecado; e, em terceiro lugar, (e principalmente) os sacrifícios expiatórios peculiares ao dia, os quais eram um bezerro como *oferta pelo pecado* para o sumo-sacerdote, sua casa e os filhos de Arão, e outra *oferta pelo pecado* para o povo, consistindo esta de dois bodes, um dos quais devia ser morto e o seu sangue aspergido, de acordo com o ritual, enquanto o outro devia ser enviado ao deserto, conduzindo “todas as iniquidades dos filhos de Israel e todas as suas transgressões ou pecados”, os quais tinham sido confessados “sobre ele” e sobre ele lançados pelo sumo-sacerdote. Antes de

prossequirmos, devemos notar a *ordem* em que eram oferecidos estes sacrifícios. Primeiro, vinha o sacrifício ordinário da manhã; em seguida, os sacrifícios expiatórios pelo sumo-sacerdote, os sacerdotes, e o povo (um bezerro, e um dos dois bodes, o outro sendo o chamado bode expiatório); e, afinal, o sacrifício ordinário da tarde, sendo, como observa Maimônides, ao todo, quinze animais sacrificiais. De conformidade com a tradição judaica, (18) o serviço total daquele dia era desempenhado pelo sumo-sacerdote, em pessoa, que era acolhido pelos outros, avaliando-se em mais de quinhentos os sacerdotes empregados nas cerimônias, É de notar que, se o Dia de Expição caísse num sábado, além de todos aqueles sacrifícios, também eram oferecidos os sacrifícios ordinários do sábado. Em virtude de uma regra já citada atrás, o sumo-sacerdote era obrigado a comprar com os seus próprios recursos os sacrifícios trazidos para ele e sua casa. Entretanto os sacerdotes, a fim de se tornarem beneficiários da mesma oferta, contribuía para o mesmo fim, enquanto que os sacrifícios públicos, em intenção de todo o povo, eram pagos pelo tesouro do Templo. O sumo-sacerdote somente usava os seus “vestidos de linho”, enquanto oficiava, especificamente os sacrifícios do dia; para todos os outros, ele usava os seus “paramentos dourados”. Isto obrigava a uma constante troca de roupa, e, antes de cada vez, ele lavava todo o corpo. Tudo isto poderá ser melhor apreciado, depois de uma detalhada descrição da ordem do serviço, conforme se encontra nas Escrituras e na tradição. (20)

Sete dias antes do Dia de Expição, o sumo-sacerdote deixava sua casa, em Jerusalém, e passava a residir em apartamentos do Templo. Havia um substituto designado, para o caso de vir o sumo-sacerdote a tornar-se leviticamente

incapacitado para o desempenho dos seus deveres, ou no caso de morte. A minuciosidade rabínica ia até o ponto de prescrever duas aspersões com cinzas de uma vitela vermelha, no terceiro e no sétimo dia da semana de serviço, sobre o sumo-sacerdote, isto, na suposição de que ele pudesse ser inconscientemente contaminado por um cadáver. (21) Durante toda a semana, era este também obrigado a praticar vários ritos sacerdotais, como aspergir o sangue, queimar o incenso, acender a lâmpada, oferecer o sacrifício diário, etc. Porque, como já se viu todo o serviço do dia recaía sobre o sumo-sacerdote, e este não podia cometer nenhum engano. Uma comissão do Sinédrio tinha o encargo de examinar o sumo-sacerdote no tocante ao seu conhecimento do ritual e da significação do serviço, devendo instruí-lo, no caso de sua deficiência. Na véspera do Dia de Expição os vários sacrifícios eram trazidos perante ele, a fim de que não houvesse qualquer equívoco no dia seguinte. Finalmente ele prestava juramento perante os anciãos do Sinédrio, de que não alteraria qualquer coisa nos ritos do dia. Esta medida tinha por fim, principalmente, contrariar a opinião dos saduceus, os quais afirmavam que o incenso devia ser aceso *antes* de o sumo-sacerdote penetrar no Santo dos Santos, ao passo que os fariseus sustentavam que isto devia ser feito somente dentro do próprio Santo dos Santos. (22) A refeição da tarde do sumo-sacerdote, antes do grande dia, devia ser muito frugal. Durante toda a noite, era seu dever estar lendo ou explicando as Escrituras, ou se ocupando com qualquer outra coisa, afim de não ser apanhado pelo sono. (23) A meia noite lançava-se a sorte para a remoção das cinzas e a preparação do altar, tendo-se o cuidado, para distinguir o Dia de Expição dos outros dias, de se arranjar *quatro*, ao invés dos três fogos usuais, sobre o altar de ofertas-queimadas.

Os serviços do templo começavam com os primeiros clarões do dia. Já o povo tinha sido admitido no santuário. Tal precaução se tomava, quanto a qualquer inovação, que somente um pano de linho separava o sumo-sacerdote do povo, quando, todas as vezes que ele tinha de mudar as suas roupas, ele se banhava, — não no lugar usual dos sacerdotes, mas num lugar especialmente designado para este fim. Ele mudava totalmente as vestes e lavava o corpo todo *cinco* vezes naquele dia, (24) e as mãos e os pés *dez* vezes. (25) Quando o raiar da manhã era anunciado, pela forma estabelecida, o sumo-sacerdote tirava as suas vestes comuns (leigas), banhava-se, punha os seus paramentos dourados, lavava as mãos e pés, e passava a realizar todas as partes principais do serviço ordinário da manhã. A tradição diz que, logo após isto, ele oferecia certas partes dos sacrifícios-queimados do dia, a saber, o bezerro, e os sete cordeiros, reservando o carneiro oferecido para ele mesmo, e o do povo, assim como a oferta de um bode, pelo pecado, até depois de os sacrifícios expiatórios do dia terem sido trazidos. Mas o texto de Lev. 16: 24 é inteiramente desfavorável a esta opinião, e mostra que o *total* das ofertas-queimadas e a oferta pelo pecado eram trazidas *depois* dos sacrifícios expiatórios. Considerando-se as relações existentes entre estes serviços e sacrifícios, isto mesmo é que era de esperar, uma vez que a oferta queimada somente podia ser aceitável *depois*, não *antes*, da expiação.

Terminado o serviço da manhã, o sumo-sacerdote lavava as mãos e os pés, tirava os paramentos dourados, banhava-se, punha as “vestes de linho”, lavava de novo os pés, e as mãos, e passava a realizar os serviços peculiares ao dia. O novilho destinado à oferta pelo pecado era posto entre o altar e o pórtico do Templo. Ficava colocado na direção do

sul, mas o sumo- sacerdote que estava voltado para o oriente, (isto é, para os adoradores) virava a cabeça da vítima na direção do ocidente (isto é, do santuário). Então, pondo ambas as mãos na cabeça do novilho, pronunciava a seguinte confissão: “Ah! Jeová! Eu tenho cometido iniquidades, tenho transgredido a lei, tenho pecado, eu e minha casa. Agora, pois, Jeová, eu te rogo, cobre (expia) as iniquidades, as transgressões e os pecados que eu tenho cometido, transgredido e pecado diante de Ti, eu e a minha casa, de conformidade com o que está escrito na lei de Moisés, teu servo: “Porque naquele dia Ele vos cobrirá (fará expiação por vós) para vos tornar puros; de toda a vossa transgressão diante de Jeová, Ele vos purificará”. Nota-se que nesta confissão o nome de Jeová ocorre três vezes. Outras três vezes era ele pronunciado na confissão que o sumo- sacerdote fazia sobre o mesmo novilho a favor dos sacerdotes; uma sétima vez era ele pronunciado, quando se lançava sorte para saber qual dos dois bodes era “para Jeová”, e ainda uma vez o nome era repetido três vezes, na confissão sobre o *bode expiatório*, o qual levava os pecados do povo. Todas estas *dez vezes* o sumo-sacerdote pronunciava o próprio nome de *Jeová* e, cada vez que o repetia, o povo que estava perto caía com o rosto em terra, enquanto a multidão respondia: Bendito seja o Nome; a glória do Seu reino é eterna”. (2 7) A princípio tinha-se o costume de pronunciar o “Nome Inefável” distintamente, mas, quando alguns tentaram fazer uso dele para propósitos mágicos, passou a ser anunciado de maneira imperceptível, e, como diz uma testemunha que se postou entre os sacerdotes no Templo e aplicou o ouvido com muita atenção, a fim de ouvir o nome misterioso, este se perdia no meio dos sons dos instrumentos com que os sacerdotes acompanhavam a benção do povo. (28)

A primeira parte do serviço expiatório (o que se fazia

em favor dos sacerdotes) tinha lugar junto do Santuário, entre o pórtico e o altar. O seguinte era feito junto dos fiéis. Na parte oriental da Corte dos Sacerdotes, isto é, junto aos adoradores, e do lado norte dela, ficava uma urna chamada *Calpi*, na qual se achavam dois dados ou sortes de fôrma, tamanho e material iguais, sendo que, no segundo Templo, eram de miro. O primeiro tinha a inscrição “la-Jeová”, para Jeová, e o outro “la-Azazel”, para Azazel, expressão esta até hoje não decifrada, mas que aparece nas versões traduzida por “bode expiatório” e “bode-emissário”. (29) Estes dois bodes eram colocados com as suas faces voltadas para o santuário, ficando o povo atrás. O sumo-sacerdote encarava o povo e, tendo à sua direita o seu substituto e à sua esquerda o chefe da turma de serviço, sacudia a urna, introduzia as suas duas mãos nela, e retirava, ao mesmo tempo os dois dados ou sortes, lançando um na cabeça de cada bode. Na opinião do povo era de bom augúrio sair “para Jeová” o dado da mão direita. Os dois bodes tinham que ser iguais na aparência, no tamanho e na idade; havia mesmo empenho em que eles fossem comprados no mesmo dia, para se corroborar a ideia de que ambos constituíam um único sacrifício. A importância desta opinião ficará clara mais tarde. Depois de terem sido designados pela “sorte” os dois bodes, o sumo-sacerdote amarrava uma tira de pano escarlata, em forma de língua, nos chifres de Azazel, o chamado “bode expiatório”, e outra no pescoço do bode “para Jeová”, o qual tinha de ser morto. O bode que ia ser enviado era agora virado para o povo e ficava parado, como que aguardando que os pecados de todos caíssem sobre ele, a fim de que ele os levasse “para uma terra solitária”. Não podemos, certamente, imaginar um tipo mais adequado de Cristo, se nos lembrarmos dele, ao ser

apresentado por Pilatos ao povo, justamente quando ia ser conduzido, levando em Si as iniquidades de todos. E, sem dúvida para dar mais importância ao rito, a tradição afirmava que, quando o sacrifício era plenamente aceito, a marca escarlate que o “bode expiatório” levava, tornava-se branca, para simbolizar a graciosa promessa de Isaías 1: 18. Mas, acrescentava a tradição, este milagre não tinha ocorrido durante quarenta anos, antes da destruição do Templo.

Com esta apresentação do bode emissário ao povo, começava a terceira e mais importante parte do serviço expiatório do dia. O sumo-sacerdote agora voltava-se de novo para o santuário e, pela segunda vez, punha as duas mãos sobre o novilho que ainda permanecia entre o pórtico e o altar, para confessar sobre ele, não mais apenas os seus pecados e os de sua casa, mas, também os dos sacerdotes. A fórmula usada era precisamente a mesma de antes, com o acréscimo das palavras: “a semente de Arão, Teu santo povo”, tanto na confissão como no pedido de expiação. Após isto, o sumo-sacerdote matava o novilho, apanhava o seu sangue num vaso, e o entregava ao ajudante, o qual devia mexê-lo constantemente, para evitar a coagulação. Dirigindo-se para o altar do holocausto, ele, em seguida, enchia o incensório de brasas vivas, e derramava um punhado de incenso no vaso destinado a contê-lo. Ordinariamente tudo quanto era trazido para o serviço de Deus devia ser carregado com a mão direita, — de onde, o incenso ia à direita e o turíbulo à esquerda. Nesta ocasião, porém, como o incensório do Dia de Expiação era mais pesado e maior do que o comum, o sumo-sacerdote podia inverter a ordem. Todos os olhares estavam voltados para o santuário, quando o sumo

sacerdote, vestido de branco e caminhando vagarosamente, tendo nas mãos o turíbulo e o incenso, penetrava no Lugar Santo. Depois disto nenhum dos seus movimentos podia mais ser visto. A cortina do Santo dos Santos era afastada, e o sumo sacerdote ficava sozinho e separado de todo o povo, naquele lugar misterioso e sombrio, o Mais Santo de Todos, iluminados apenas pelo brilho das brasas do turíbulo. No primeiro Templo, a Arca de Deus se achava ali, coberta pelo “propiciatório”; acima dela, a presença visível de Jeová, na nuvem de *Shechinah*, e, de cada lado, as asas estendidas do querubim, devendo o sumo-sacerdote colocar o incensório entre as varas da arca. Mas no Templo de Herodes não havia mais *Shechinah*, nem arca, — tudo estava vazio, e o sumo-sacerdote colocava o seu incensório numa grande pedra chamada “pedra do fundamento”. (30) Feito isto, derramava cuidadosamente o incenso na sua mão e o atirava sobre as brasas do incensório, ficando, quanto possível, afastado dele, e esperando até que o fumo enchesse o Santo dos Santos. Depois disto, retirando-se de costas, para fora do véu, orava desta maneira; (31) “Permite, ó Senhor nosso Deus, e Deus de nossos pais, que, neste dia, e durante este ano, nenhum cativo nos apanhe. Todavia, se o cativo nos apanhar, neste dia ou neste ano, que o seja em lugar onde a lei é cultivada. Permite, ó Senhor nosso Deus, e Deus de nossos pais, que nenhuma necessidade nos aflija, nem neste dia, nem neste ano. Se, porém, alguma necessidade nos visitar neste dia ou neste ano, que o seja dividida à liberalidade de nossas ações caridosas. Permite, ó Senhor nosso Deus, e Deus de nossos pais, que este seja um ano de barateza, de fartura, de intercâmbios e de comércio; um ano de chuva abundante, de sol e de orvalho; um ano em que não haja necessidade de se

pedir auxílio mútuo. Que não sejam ouvidas orações daqueles que são apanhados pelo pôr do sol numa viagem. (32) E, quanto ao Teu povo de Israel, que nenhum inimigo se levante contra ele. Permite, ó Senhor nosso Deus, e Deus de nossos pais, que as casas dos homens de Saron não se tornem os seus túmulos". (33) O sumo-sacerdote não devia prolongar muito esta oração, para que a sua demora não causasse ao povo temores pela sua segurança. Enquanto o incenso estava sendo oferecido, o povo se afastava das proximidades do Santo dos Santos e orava em silêncio. Afinal o povo via o sumo-sacerdote surgir do santuário, e ficava sabendo que o oferecimento tinha sido aceito. Imediatamente ele tomava o sangue que o seu assistente conservara líquido, e penetrava mais uma vez no Santo dos Santos e aspergia com o dedo, primeiro, para o alto, no rumo do lugar em que teria estado o propiciatório, e, depois, sete vezes, para baixo, devendo contar, desta maneira: "Uma vez", (para cima), "uma vez e um", (para baixo), "uma vez e dois", e assim por diante, até "uma vez e sete", sempre repetindo a palavra "uma vez", a qual se referia à aspersão feita para cima, isto para evitar qualquer engano. Saindo do Santo dos Santos, o sumo-sacerdote depositava o vaso com o sangue diante do véu. Em seguida matava o bode separado para Jeová, e entrando pela terceira vez no Santo dos Santos, aspergia, como antes, uma vez para cima e sete vezes para baixo, e de novo colocava o vaso com sangue sobre um suporte de ouro diante do véu. Tomando o vaso com o sangue do novilho, ele aspergia uma vez para cima e sete vezes para baixo na direção do véu, fora do Santo dos Santos, e depois fazia o mesmo com o sangue do bode. Finalmente, derramando o sangue do novilho no vaso que continha o do bode, derramando a mistura dos dois

no vaso em que tinha estado o do novilho, de modo que houvesse uma completa liga, aspergia cada um dos chifres do altar do incenso e, então, fazendo um claro no altar, aspergia sete vezes o topo do altar de incenso. Assim, ele aspergia quarenta e três vezes com o sangue expiatório, tendo cuidado de que suas vestes não fossem nunca manchadas com o sangue carregado de pecado. O que sobrava do sangue o sumo-sacerdote derramava no lado ocidental da base do altar de ofertas queimadas.

Por meio destas aspersões o sumo-sacerdote purificava o santuário, em todas as suas partes, de qualquer profanação por parte dos sacerdotes e dos adoradores. O Santo dos Santos, o véu, o Lugar Santo, o altar de incenso e o altar de ofertas-queimadas estavam agora purificados, no que respeitava ao sacerdócio e ao povo, porque na sua relação com o santuário, tanto os sacerdotes como os fiéis necessitavam de expiação. Até onde a lei podia concedê-lo, havia agora livre acesso para todos; ou, em outros termos, a continuidade da comunhão sacrificial típica com Deus estava mais uma vez restaurada e assegurada. Não tivesse isto sido feito por estes atos referidos, e seria impossível aos sacerdotes e ao povo oferecer sacrifício e desta maneira, obter o perdão dos pecados ou a comunhão com Deus. Mas as *consciências* não estavam livres ainda de um senso íntimo de culpa e de pecado. Isto seria feito, a final, mediante o “bode expiatório”. Tudo isto parece estar implicado nas distinções feitas em Levítico 16: 33: “Fará expiação pelo santuário, pela tenda da revelação, e pelo altar; igualmente fará expiação pelos sacerdotes e por todo o povo da assembleia”.

Solenes como eram as cerimônias até aqui realizadas, natural era que o povo sentisse profundo temor ao ver o sumo-sacerdote penetrar na imediata presença de Deus e voltar dali com vida, assegurando para todos, pelo sangue, a continuação dos privilégios do Velho Testamento e o acesso a Deus por meio dos sacrifícios. O que agora teria lugar tocava, entretanto, mais de perto a eles, se possível. As suas culpas pessoais e os seus pecados iriam ser removido, mediante aquele rito simbólico, ao mesmo tempo o mais misterioso e o mais significativo de todos. Durante todo este tempo o “bode expiatório”, com a “fita escarlate” que lembrava a culpa que ele ia levar, permanecia voltado para o oriente, enfrentando o povo, aguardando a terrível carga que ele ia conduzir “para uma terra solitária”. Colocando ambas as mãos sobre a cabeça do bode, o sumo-sacerdote confessava e suplicava, nestes termos: “Ah! Jeová! eles têm cometido iniquidades, têm transgredido, têm pecado — o Teu povo, a casa de Israel. Agora, pois, Jeová! cobre (expia), eu te suplico as iniquidades; transgressões e pecados que eles têm, perversamente, cometido, transgredido e pecado diante de Ti — o Teu povo, a casa de Israel. Como está escrito na lei de Moisés, Teu Servo: “Porque naquele dia haverá expiação por vós, para vos purificar de todos os vossos pecados diante de Jeová; vós sereis purificados”. E enquanto a multidão prostrada adorava em nome de Jeová, o sumo-sacerdote, voltando o rosto para ela, pronunciava as últimas palavras — “Sereis purificados”! — como que confirmando a absolvição e remissão rios pecados de todos. Então ocorria uma cena estranha. Os sacerdotes conduziam o bode carregado de pecados pelo Pórtico de Salomão e, conforma reza a tradição, para a porta oriental que se abria para o Monte das Oliveiras.

(33) Aqui havia uma ponte de arcos que ligava o Templo ao Monte das Oliveiras e, por ela, era conduzido o bode, o qual era confiado a uma pessoa especialmente designada para isto.

(34) A tradição afirma que essa pessoa devia ser um estrangeiro, um não israelita, como que para tornar mais frisante o tipo daquele que seria entregue por Israel aos gentios! As Escrituras não nos falam mais nada sobre o destino do bode que levava sobre si todas as iniquidades dos filhos de Israel, senão que “ele era levado, pela mão de um homem escolhido, para o deserto”, e que este “o conduzia ao deserto”.

(35) Mas a tradição suplementa esta afirmação. A distancia entre Jerusalém e o *começo do deserto* era avaliada em noventa estádios, havendo precisamente dez intervalos: ou seções, cada um deles correspondendo à jornada de meio sábado. No fim de cada um destes intervalos havia uma estação ocupada por uma ou mais pessoas: destinadas a oferecer assistência ao homem que conduzia o bode e a acompanhá-lo até a estação seguinte. Com este arranjo se obtinham dois resultados: algumas pessoas acompanhavam o bode durante todo o percurso e, ao mesmo tempo, nenhuma delas andava mais do que a jornada de um sábado, isto é, metade de uma jornada na ida, e metade na volta. Afinal eles chegavam ao extremo do deserto. Aqui paravam, ficavam olhando de longe, enquanto o homem conduzia o bode para diante, cortava metade da “fita escarlate” e a pregava na ponta de um penhasco que aí surgia, para, então, empurrando o animal, que estava de costas para o abismo, projetá-lo nas rochas. Havia um instante de pausa, e o homem, agora manchado pelo contato com o “condutor do pecado”, retrocedia, até a última das dez estações, onde passava o resto do dia e a noite. Mas a chegada do bode ao deserto era

imediatamente *telegrafada*, por meio da agitação de bandeiras, de estação para estação, até que, poucos minutos depois da ocorrência, era sabido no Templo e cochichado de ouvido a ouvido, que “o bode tinha levado sobre si todas as iniquidades do povo para uma terra não habitada”.

Qual era, pois, a significação de um rito do qual dependia tão momentosa questão? Tudo acerca dele parece estranho: a sorte que o designava era relativa “a Azazel”; o fato que apesar de se tratar da mais importante de todas as ofertas pelo pecado, ela nem era sacrificada, nem o seu sangue aspergido no Templo; e a circunstancia de que ela era realmente apenas *parte* de um sacrifício, os dois bodes juntos formando um sacrifício, um deles sendo morto e o outro “enviado”, não havendo caso análogo da espécie, salvo o da purificação de um leproso, em que um pássaro era morto e o outro molhado no sangue e libertado. Assim estes dois sacrifícios — um, na remoção do que simbolicamente representava o pecado intrínseco; o outro, o pecado contraído — concordavam em requerer dois animais, dos quais um era morto, e o outro era “deixado livre”, isto é, enviado. (36) Este não é o lugar para discutirmos as varias opiniões sobre o significado do “bode emissário”. Entretanto contraria a todas as teorias em voga, a circunstancia de que os pecados do povo não eram confessados sobre o bode sacrificado, mas sobre o que era “enviado para o deserto”, e que era este bode e não o outro, o “que levava sobre si as iniquidades do povo”. No que diz respeito à consciência, este bode era a única e real oferta pelo pecado — “por todas as iniquidades dos filhos de Israel, e todas as transgressões com que pecaram” — porque sobre ele é que o sumo-sacerdote lançava os pecados do povo, depois de haver pelo sangue do novilho e do outro bode feito “expição pelo santo lugar, pela tenda da con-

gregação e pelo altar”. (37) O sangue aspergido tinha tido este efeito, mas não podia fazer mais; e não podia fazer mais, porque “quanto à consciência, ele (o sangue) não podia fazer perfeito o adorador”. (38) A representação simbólica *desta perfeição* estava no bode vivo, o qual levava para o deserto, “uma terra solitária”, os pecados que o povo confessava e que eram lançados sobre ele. A única significação admissível, desta cerimônia, é a de que, apesar de a culpa confessada ser transferida do povo para a cabeça do bode, como substituto simbólico, contudo, assim como o bode não morria, sendo apenas enviado para longe, para “uma terra solitária”, assim também, na Velha Dispensação, o pecado não era realmente extirpado, mas apenas retirado do povo e posto de parte, até a vinda de Cristo, não somente para tomar sobre Si a carga da transgressão, mas para *eliminá-la* e nos *purificar*. (39) Esta teoria não somente se conforma com o texto de Lev. 16, como convém, igualmente, ao comentário de Hebreus 9 e 10, que trata principalmente do Dia de Expição. O “sangue”, tanto do novilho, como do bode que o sumo-sacerdote levava “uma vez no ano” para dentro “do véu sagrado”, oferecido em favor “dele mesmo (incluindo os sacerdotes) e pelos erros (ou melhor, ignorância) do povo”. Na linguagem de Lev. 16: 20, o sangue reconciliava “o Santo Lugar, e o tabernáculo da congregação, e o altar”, isto é, tornava, como já dissemos, possível a continuação do culto sacrificial, por parte dos sacerdotes e do povo. Mas este bode emissário vivo e enviado para o deserto, sobre o qual, na exaustiva linguagem de Lev. 16: 21, o sumo-sacerdote tinha confessado e lançado “*todas* as iniquidades dos filhos de Israel, e *todas* as suas transgressões, a saber, *todos* os seus pecados”, significava alguma coisa muito diferente. Significava a inerente “fraqueza e inutilidade do mandamento”; significava “que a lei não faz nada perfeito, mas era o anúncio de uma melhor

esperança”; que no pacto de misericórdia de Deus a culpa e o pecado eram na verdade removidos do povo, eram cobertos e, naquele sentido, expiados, ou, antes, eram tanto “cobertos” como removidos, mas não eram realmente *tirados e destruídos*, enquanto Cristo não viesse; eram somente levados para uma terra solitária, até que Ele os lavasse com o Seu próprio sangue; que a provisão que o Velho Testamento fez era apenas temporária e preparatória, até “o tempo da reforma”; e que, sendo assim, o real e verdadeiro perdão dos pecados e com ele o espírito de adoção, só poderiam ser finalmente obtidos depois da morte e ressurreição do “Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo”. Assim, na mais plena acepção, era verdade, acerca dos “pais”, que “todos estes... não *alcançaram* a promessa, tendo Deus provido alguma coisa melhor no tocante a nós, para que eles, sem nós, não fossem aperfeiçoados”. Porque a “lei sendo a sombra dos bens futuros, não pode fazer perfeitos os que se chegam a ela”; nem ainda era possível “que o sangue de touros e de bodes tirassem o pecado”. O bode vivo, “o enviado”, era cada ano um removedor de pecados que, entretanto, nunca eram realmente removidos, no sentido de serem eliminados, mas somente depositados, por assim dizer, e reservados até a vinda “daquele ao qual Deus propôs como propiciação, pela fé, no seu sangue, para manifestar a justiça por ter deixado de lado os delitos passados na tolerância de Deus”. (40) “Por isso ele é mediador de uma nova aliança, para que, tendo intervindo a morte para a redenção das transgressões que havia debaixo da primeira aliança, os que têm sido chamados recebam a promessa da eterna herança”. (41)

Não é necessário levar o argumento mais longe. Uma vez aceito, muitas passagens virão corroborar a doutrina do

Velho Testamento, pela qual se vê que a remoção do pecado, no tocante ao indivíduo, era completa, mas não em relação a Deus, até que viesse Aquele para o Qual os tipos apontavam, e que “agora tem sido manifestado uma vez para sempre na consumação dos séculos para abolição do pecado pelo sacrifício de si mesmo”. (42) E assim os próprios tipos provam a sua incapacidade e insuficiência, demonstrando que eles tinham apenas “a sombra dos bens vindouros, não a mesma imagem das coisas”. (43) Com isto concordam os termos pelos quais no Velho Testamento a expiação é designada como uma “cobertura” por um substituto, e o propiciatório como “o lugar de cobertura”.

Depois disto é de importância relativamente secundária a discussão sobre o sentido do termo “la-Azazel”. (44) Tanto a interpretação que faz dele uma designação do próprio bode, (como “bode emissor” em muitas versões) como a que julga tratar-se de uma certa localidade no deserto, (45) são inteiramente insustentáveis. Restam, porém outras duas: uma que considera *Azazel* como uma pessoa, isto é *Satanás*, e outra que traduz o termo por “completa remoção”. A intransponível dificuldade relacionada com a primeira destas noções está patente aos nossos olhos. Em referência à segunda, pode-se dizer que ela não somente faz violência à gramática hebraica, como implica em que o bode que era destinado a uma “completa remoção”, nem mesmo era para ser sacrificado, mas para “ir embora”. Além disso, qual então seria o objeto do primeiro bode, o qual *era morto*, e cujo sangue era aspergido no Santo dos Santos? Podemos desde logo notar que a prática introduzida mais tarde pelos judeus de empurrar o bode sobre o precipício rochoso, era, indubitavelmente, uma *inovação*, de nenhum modo sancionada pela lei de Moisés, e nem sequer introduzida no

tempo da tradução da Septuaginta, conforme demonstra a leitura de Lev. 16: 26. A Lei simplesmente determinava que o bode, uma vez atingida a “terra solitária” fosse “deixado ir” livremente. A ordenança judaica que dispunha sobre a maneira de ser ele empurrado sobre as rochas é singularmente característica da perversão rabínica do tipo espiritual. A palavra *Azazel* que ocorre somente em Lev. 16, é, no conceito unânime das autoridades, derivada de uma raiz que significa “pôr inteiramente de lado”, ou “partir definitivamente”. Se, pois, traduzirmos “la-Azael” por “aquele que é inteiramente posto de parte”, isto é, o Cristo — o que levou sobre Si os pecados de todos — ou por “o que é inteiramente separado”, ou “posto inteiramente aparte ou fora”, a verdade é sempre a mesma, uma indicação pela transferência temporária e provisional do pecado para o bode “enviado” para “a terra solitária”, da completa, final e real remoção do pecado pelo Senhor Jesus Cristo, conforme lemos e Isaías 53: 6: “E Jeová fez cair sobre Ele as iniquidades de todos nós”.

Enquanto o bode-emissário estava sendo conduzido para o deserto, o sumo-sacerdote ficava cortando o novilho e o bode com cujo sangue ele havia feito, anteriormente, “expição”; punha as “entranhas” num vaso que era entregue ao assistente, (46) e enviava a carcaça para ser queimada “fora da cidade”, no lugar onde as cinzas do Templo eram geralmente depositadas. Então, segundo a tradição, o sumo-sacerdote, ainda com as vestes de linho, (47) passava para a Corte das Mulheres e lia as passagens da Escritura referentes ao Dia de Expição, a saber, Levítico 16; 23: 27-32; e repetia de cor Num. 29: 7-11. (48) Esta leitura das Escrituras era seguida de uma série de orações. As mais interessantes destas súplicas podem ser assim resumidas: Confissão de pecados

com oração pedindo perdão, e concluindo com as palavras — “Louvem-te a Ti, Senhor, que na Tua misericórdia perdoaste os pecados do Teu povo de Israel”; oração para a permanência do Templo e para que a Majestade Divina pudesse brilhar nele, concluindo com — “Louvem-te a Ti, Senhor, que habitaste Sião”; oração para a firmeza e segurança de Israel, e a continuação de um rei à frente do povo, terminando com as palavras — “Graças sejam dadas a Ti, ó Senhor! que escolheste a Israel”; oração pelo sacerdócio, para que todas as suas ações, mas especialmente os seus serviços sagrados, fossem aceitáveis a Deus, e para que Ele fosse gracioso para com ele, concluindo com — “Graças Te sejam dadas, ó Senhor, que santificaste o sacerdócio”; e, finalmente, (na linguagem de Maimônides), orações, súplicas, hinos e petições do próprio sumo-sacerdote, terminando com as palavras: “Ajuda, ó Senhor, ao Teu povo de Israel, porque o Teu povo necessita de auxílio; graças Te sejam dadas, ó Senhor, que ouviste nossa oração”. (49)

Terminadas as orações, o sumo-sacerdote lavava as mãos e os pés, tirava as suas “vestes de linho” e punha as “douradas”, e lavava de novo as mãos, antes de prosseguir do desempenho de outros deveres. Agora ele aparecia outra vez diante do povo, com as vestes douradas da câmara de noivo, à semelhança de ungido do Senhor. Antes de oferecer a oferta-queimada do dia, ele sacrificava “um bode como oferta pelo pecado”, (50) provavelmente com referência especial aos serviços festivos, os quais como tudo mais, requeriam sangue expiatório para sua aceitação. A carne desta oferta pelo pecado era comida à noite, no santuário, pelos sacerdotes. Em seguida ele sacrificava as ofertas-queimadas pelo povo e por ele mesmo, (51) e finalmente

queimava as “entranhas” das ofertas expiatórias, cujo sangue Linha sido anteriormente aspergido no Santo dos Santos. Sem isto, propriamente, terminavam os serviços do dia. Mas o sumo-sacerdote tinha ainda de oferecer o sacrifício ordinário da tarde, depois do que, lavava as mãos e os pés, tirava outra vez os seus “paramentos dourados”, punha de novo as suas “vestes de linho” e, mais uma vez, lavava as mãos e os pés, isto antes de entrar no Santo dos Santos, pela quarta vez, naquele dia, (52) a fim de buscar o incensório e o incenso que havia deixado lá. De volta, lavava as mãos e os pés, outra vez, tirava as vestes de linho, que não podiam ser usadas mais nunca, punha as suas roupas douradas, lavava as mãos e os pés, queimava o incenso da tarde no altar de ouro, acendia as lâmpadas do candelabro para o período da noite, lavava as mãos e os pés, vestia a sua roupa de uso comum, e era escoltado pelo povo em procissão até a sua casa em Jerusalém. A tarde terminava com uma festa.

Se este fim do Dia de Expição parece incongruente, a *Mishnah* (53) registra coisa ainda mais estranha no tocante a ele. Diz-se que na tarde do dia 15 de Ab, em que a coleção de madeira para o santuário foi concluída, e na tarde do Dia de Expição, as donzelas de Jerusalém vestidas de branco, com roupas especialmente emprestadas para este fim, de modo que ricas e pobres pudessem estar em igualdade de condição, partiam para uma vinha perto da cidade, onde cantavam e dançavam.

Damos aqui o fragmento de um dos seus cantos, o qual foi preservado:

“Vede como, em roda alegre, brincam as donzelas

hebreias. De entre elas, nossos jovens felizes tirarão seus pares. Cuidado! A beleza cedo seus encantos perde. Procure ganhar a moça do mais alto grau”.

“Quando a graça e a beleza já estão em declínio, O louvor será daquela que só teme ao Senhor; Deus abençoará seus feitos, — e, na porta, “Suas obras a seguem”, é a voz corrente”.

Não empreenderemos aqui levar a cabo a descrição do que a sinagoga moderna fez do Dia de Expição, nem da maneira pela qual ela observa a solenidade, — alterações predominantemente afetadas pela sombria crença de que, naquele dia, o destino do homem tanto o referente ao ano, como também à sua vida e morte, está definitivamente fixado. Mas até mesmo a *Mishnah* já contem semelhantes deturpações, quanto ao modo de se guardar o dia e ao que se deve esperar de sua rigorosa observância. (55) Absoluto descanso e jejum são impostos desde o pôr do sol de um dia até o aparecimento da primeira estrela no outro. Nem alimento nem bebida de qualquer espécie podem ser provados; nenhum homem pode lavar-se, ungir-se ou calçar as suas sandálias. (55) A única exceção aberta é em favor dos doentes e das crianças, os quais são apenas obrigados ao jejum absoluto. Por crianças entende-se as meninas de doze anos e um dia e os meninos de treze anos e um dia, recomendando-se, entretanto, que os mesmos sejam instruídos desde cedo naquelas práticas. (57) Em troca de toda esta *aflição*, Israel podia esperar que a *morte e o Dia de Expição* consumiriam todos os pecados! Isto é tudo: o Dia de Expição e a nossa morte! Tais eram as mais altas esperanças de Israel no tocante à expiação! E' profundamente desagradável insistir neste assunto seguindo as *minúcias*

rabínicas, cuja ingenuidade não tem limites, a fim de indagarmos — quanto exatamente o Dia de Expição fará pelo homem; que proporção de seus pecados será perdoada e o que ficará meramente em suspenso; quanto ficará para um castigo posterior, e quanto para a extinção final depois da morte. A lei ignora inteiramente esta mesquinha e gratuita interpretação do livre perdão de Deus. Nos sacrifícios expiatórios do Dia de Expição toda espécie (58) de transgressão, trespasse e pecado será removida do povo de Deus. Entretanto a repetição anual atesta que o sacrifício tem um caráter apenas provisional, não real e final, aguardando-se o cumprimento da graciosa promessa: (59) “Eu perdorei as suas iniquidades, e não me lembrarei mais dos seus pecados”. Deste modo é significativo o fato de Ezequiel na sua descrição profética ou simbólica do Templo (60) omitir qualquer referência ao Dia de Expição; porque Cristo veio “como sumo-sacerdote dos bens futuros”, e “entrou uma só vez no Santo Lugar”, “para *abolição* do pecado pelo sacrifício de Si mesmo”. (61)

NOTAS

- 1) Heb. 10: 1.
- 2) Heb. 10: 4.
- 3) Heb. 7: 19.
- 4) Traduzido “sábado de descanso” na Auth. Version.
- 5) Lev. 16: 33.
- 6) Neste caso deveríamos traduzir Heb. 7: 27 — “Que não necessitam, cada dia, (i. é., de expiação) como aqueles sumo-sacerdotes, de oferecer sacrifícios” etc.
- 7) Atos 27: 9.

- 8) V. cap. 14. Também Keil, Oejler, Kurtz, Hupfeld, e a maioria dos autores sobre o assunto.
- 9) Lev. 25: 9. De acordo com a teoria judaica, foi também o dia em que Abrão foi circuncidado; e no qual Moisés voltou do monte e fez expiação pelo povo, “por causa do bezerro de ouro”.
- 10) Lev. 16; 23: 26-32; Num. 29: 11.
- 11) Isto transparece dos termos hebraicos.
- 12) De acordo com a Yoma, 3: 7, o sumo sacerdote usava de manhã vestimentas brancas de pelúcia, e entre as tardes de fazenda indiana, avaliadas respectivamente (sem duvida exageradamente) em cerca de 118 e 79 libras esterlinas.
- 13) Zac. 3: 4
- 14) Ezeq. 9: 2, etc.; Dan. 10: 5; 12: 6.
- 15) Lev. 16: 4.
- 16) Lev. 16: 3.
- 17) Num. 29: 7-11.
- 18) Referências especiais seriam aqui muito fastidiosas; faremos daqui por diante citações da Mish. Yoma e dos tratados de Maimônides sobre a ordem do serviço
- 19) Com. Jost. Gesch. d. Judenth, vol. 1, pág 164.
- 20) O leitor facilmente distinguirá o que é derivado das Escrituras e o que é meramente da tradição.
- 21) Num. 19: 13. Não haverá aqui uma relação com a "aspersão das cinzas de um novilho", de que fala Heb. 9: 13? Toda a seção trata do dia da expiação.
- 22) O único ponto interessante aqui é o argumento escriturístico sobre que os saduceus baseavam sua opinião. Eles apelavam para Lev. 16; 2, e explicavam a expressão - "Eu aparecerei na nuvem sobre o propiciatório", num sentido racionalista, como significando a nuvem do incenso, não à presença divina, enquanto os fariseus apelavam para o vers. 13.
- 23) Por especiais razões levíticas.
- 24) No caso de idade ou enfermidade o banho podia ser quente, ou por meio de água quente ou de ferro em brasa posto no banho.
- 25) O sumo-sacerdote não se lavava naquele dia no lavatório comum, mas numa bacia de ouro, especialmente destinada aquele fim.

- 26) Num. 29: 8-11.
- 27) Em apoio desta benção, cita-se Deut. 32: 3.
- 28) Rabí Tryphon, em Jerus. Talm. Possivelmente muitos leitores não sabem que os Judeus nunca pronunciam a palavra Jeová, mas sempre a substituem pela palavra Senhor. De fato a pronúncia exata da palavra foi perdida, restando do hebraico apenas as letras I. H. V. H. — que formam o chamado tetragrammaton ou “palavra de quatro letras”.
- 29) Lev. 16: 8, 10, 26.
- 30) Não há necessidade de tratar aqui das lendas relacionadas com esta “pedra da fundação”.
- 31) Damos a oração na sua forma mais simples do Talmude, mas não podemos negar que ela tenha o sabor de tempos posteriores ao Templo. Provavelmente só a sua substância data daquele tempo, devendo cada sumo-sacerdote ter tido liberdade de formulá-la de acordo com o seu próprio gosto.
- 32) Que podiam orar contra a queda da chuva. Deve-se lembrar que as chuvas do outono, de que dependiam os frutos da terra, eram justamente agora.
- 33) Isto em razão da situação daquele vale que era ameaçado ou por súbitas inundações ou por perigosos desmoronamentos.
- 34) O Talmude diz que os judeus estrangeiros presentes costumavam explodir em palavras e atos de impaciência, receiosos de que o “condutor dos pecados” pudesse escapar.
- 35) Lev. 16: 22.
- 36) Para maior explanação ver “Biblical Antiquities” e “Types of the Old Testament”.
- 37) Lev. 16: 20.
- 38) Heb. 9: 9.
- 39) Poder se ia vislumbrar aqui qualquer referência à doutrina da descida de Cristo ao Hades.
- 40) Rom. 3: 25. Temos preferido a versão de Dean Alford à do Auth. Version em alguns casos.
- 41) Heb. 9: 15.
- 42) Heb. 9: 26.
- 43) Heb. 10: 1.
- 44) Lev. 16: 8, 10, 26.

- 45) O livro Sifra faz esta paráfrase: “um áspero lugar nas montanhas”.
- 46) Lightfoot (De Minist. Templi) diz erroneamente que o sumo sacerdote imediatamente as queimava.
- 47) Mas isto não era rigorosamente necessário; ele podia, nesta parte do serviço, ter mesmo oficiado com as suas vestes comuns.
- 48) Maimônides dá uma curiosa razão rabínica para isto.
- 49) Com respeito a estas orações, referimos os nossos leitores às observações que fizemos em outro capítulo. As observações ali expressas acerca dos termos das orações se aplicam perfeita mente às do Dia de Expição.
- 50) Num. 29: 16.
- 51) Um carneiro, Lev. 16: 3.
- 52) Heb. 9: 7 diz que o sumo-sacerdote entra “uma vez por ano”, isto é, um dia em cada ano, não uma vez só durante aquele dia.
- 53) Taan. 4: 8.
- 54) O Talmude repetidamente confirma o fato, e dá o canto. Entretanto temos nossas dúvidas sobre o assunto, apesar de que a testemunha invocada na Mishnah não seja outro senão o Rabi Simeão, o filho de Gamaliel, o mestre de Paulo.
- 55) Mish. Yoma 8.
- 56) Nem mesmo tamancos podiam ser usados, a não ser onde houvesse perigo de serpentes e escorpiões.
- 57) Os reis e as noivas dentro de trinta dias de seus esponsais tinham permissão de lavar os rostos; o uso de uma toalha que tivesse sido mergulhada na água um dia antes era também admitido.
- 58) Para pecados de “mão alta”, isto é, voluntários, a lei não providenciava nenhum sacrifício (Heb. 10: 26), é mesmo duvidoso se eles estão incluídos em Lev. 16: 21, apesar de sua extensão. Graças a Deus, nós sabemos que o “sangue de Jesus Cristo Seu Filho nos purifica de todo pecado”, sem exceção.
- 59) Jer. 31: 34.
- 60) Ezeq. 40: 46.
- 61) Heb. 9: 11, 12, 26.

Capítulo VIII

AS FESTAS POST – MOSAICAS

“Então se Celebrava em Jerusalém a festa da dedicação. Era o inverno. Jesus passeava no templo, no pórtico de Salomão”. — João 10: 22, 23.

Além das festas mencionadas na Lei de Moisés, outras estações festivas eram também observadas, no tempo de Nosso Senhor, a fim de perpetuarem a lembrança de grandes livramentos ou de grandes calamidades nacionais. As primeiras eram festas populares; as outras eram jejuns públicos. Apesar de que a maioria, senão a totalidade delas, é citada nas Escrituras Canônicas, é muito difícil formar-se uma ideia clara da maneira pela qual eram elas celebradas no *Templo*. Muitas práticas relacionadas com elas quer as descritas pelos autores judaicos, quer as observadas nos usos atuais, são de época muito posterior ao Templo ou, então, se aplicam mais às sinagogas de outros lugares, do que ao santuário central. E a razão disto é clara. Naturalmente todos

os que tivessem facilidades gostariam de ir a Jerusalém, por ocasião das festas, mas uma vasta maioria, a não ser nos grandes festivais, afluiria para as sinagogas de suas cidades e vilas. Além disso, estas festas e jejuns eram mais *nacionais* do que o típicos, — comemoravam um evento passado, ao invés de prenunciar um fato de alcance geral e ainda para se realizar. Finalmente, sendo de origem mais recente e, além do mais, de ordenação humana e não divina, as autoridades de Jerusalém não se aventuraram a prescrever ritos e sacrifícios especiais para elas, o que, como temos visto, constituía a essência do culto realizado no Templo.

Dispondo estas festas e jejuns na ordem de sua instituição e importância temos o seguinte:

1. A Festa de *Purim*, isto é, “de sortes”, ou a *Festa de Ester*, também chamada em 2 Macabeus 15: 36 “*o dia de Mardoqueu*”, a qual era observada em memória da preservação da nação judaica no tempo de Ester. O nome “*Purim*” é derivado da “sorte” que Haman lançou em conexão com o seu mau desejo. (1) Mardoqueu propôs perpetuar o aniversário deste grande livramento no décimo quarto e décimo quinto dia do mês de Adar (Março), com o que concordaram todos os judeus do seu tempo. (2) Não obstante, do acordo com o Talmude de Jerusalém, a sua introdução geral, depois da volta de Babilônia, constitui um assunto muitíssimo controvertido entre os “oitenta e cinco anciãos” — número este que, segundo a tradição, inclui para mais de trinta profetas”. (3) Isto mesmo prova que *Purim* nunca passou de uma festa popular. Como tal era ela guardada com grandes demonstrações de alegria e regozijo, sendo a ocasião em que os amigos e parentes gostavam de mandar presentes uns aos outros. Parece não haver dúvida de

que foi esta. “a festa dos judeus”, para a qual o Salvador “subiu a Jerusalém”, (4) quando curou o “homem paralítico”, junto ao Poço de Betesda, porque nenhuma outra festa poderia ter ocorrido entre Dezembro (5) e a Páscoa, (6) a não ser a da “Dedicação do Templo”, e esta é especificamente designada como tal, (7) e não simplesmente como “uma festa dos judeus”. Até onde podemos saber, as observâncias religiosas de *Purim* começavam com um jejum — “o jejum de Ester” — no décimo terceiro de Adar. Mas se *Purim* caísse no sábado ou na sexta-feira o jejum era antecipado para *quinta-feira*, pois não era permitido jejuar nem no sábado, nem na sua véspera. Entretanto é de notar que houve, no correr dos tempos, prolongada discussão entre os judeus da Palestina, assim como entre a grande comunidade que permaneceu na Babilônia, quanto a este jejum, (8) o que parece lançar dúvida sobre a sua primitiva observância. Na tarde do dia 13 de Adar, ou, melhor, no começo do dia 14, o livro de Ester, (o *Megillah* ou rolo, como era chamado) era chamado), era lido publicamente, assim como na manhã do dia 14, exceto nas antigas cidades muradas, onde era lido no dia 15. Em Jerusalém, portanto devia ser lido na tarde do dia 13 e no dia 15, desde que o dia não caísse em sábado, no qual o *Megillah* não podia ser lido. (9) Mais tarde o calendário judaico teve o cuidado de estabelecer que o dia de *Purim* caísse no primeiro, terceiro, quinto ou sexto dia da semana. Os camponeses que iam ao mercado das cidades na segunda e na quinta-feira, não ficavam obrigados a voltar de novo para o *Purim*, devendo entretanto ouvir a leitura do *Megillah* ou ao menos as suas partes principais numa quinta-feira anterior, nas sinagogas. Era também permitido ler o livro de Ester em qualquer outra língua que não o hebraico, desde que falada por judeus residentes no distrito, podendo encarregar-se deste serviço qualquer pessoa, uma vez que não fosse

surda, idiota ou menor. As orações apropriadas à ocasião e atualmente lidas nas sinagogas, assim como a prática de tocar matracas, e outras ruidosas demonstrações de ira, desprezo e escárnio, por parte de velhos e moços, toda vez que ocorre o nome de Haman, são, sem dúvida, de data muito mais recente. De fato, longe de prescrever qualquer forma regular de oração, a *Mishnah* (10) expressamente deixa aberta a questão sobre o uso de orações durante a leitura do *Megillah*, dependendo isto dos usos do lugar. Segundo testemunho de Josefo, (11) no seu tempo “todos os judeus que estão em terra habitável” guardam “estes dias festivos”, e enviam “presentes uns aos outros”. Mesmo tios nossos dias, em que a sinagoga prescreve orações-’ e porções escolhidas da Escritura, a característica notável da ocasião é uma alegria bulhenta e exagerada, além mesmo dos limites próprios.

2. A Festa da Dedicção do Templo, *Chanuchah*. (“a dedicação”), chamada em 1 Mac. 4: 52-59 “a dedicação do altar”, e por Josefo (12) “a festa das luzes”, era outra festividade popular e alegre. Foi instituída por Judas Macabeus em 169 A. C., quando depois da reconquista da liberdade das mãos dos siro-grecos, o Templo de Jerusalém foi solenemente purificado, o velho altar que fôra profanado foi removido, suas pedras postas em lugar separado na montanha do Templo, e o culto do Senhor restaurado. A festa começava no dia 25 de *Kislev* (Dezembro), e se estendia por *oito dias*. Em cada um deles era cantado o “Hallel”, o povo aparecia carregando palmas e outros ramos, e havia uma grande iluminação do Templo e das casas particulares, Estas três ordenanças apresentaram uma semelhança tão grande com algumas práticas da Festa dos Tabernáculos, que não se pode deixar de admitir que existe alguma conexão entre as duas, sendo adotados na Festa da Dedicção o cântico do

“Hallel” e o uso de palmas e ramos, enquanto o costume da iluminação do Templo foi, por sua vez, introduzido, na Festa dos Tabernáculos. (13) Tudo isto se torna mais interessante, quando nos lembramos, por um lado, da significação típica da Festa dos Tabernáculos e, por outro, que a data da Festa da Dedicção — 25 de *Kislev* — parece ter sido adotada pela Igreja antiga como a do nascimento de nosso bendito Senhor — o Natal — isto é, a Dedicção do verdadeiro Templo, que era o corpo de Jesus. (14) Da hesitante linguagem de Josefo, (15) inferimos que mesmo no seu tempo a origem real da prática de iluminar o Templo era desconhecida. A tradição afirma que, por ocasião da restauração do Templo, quando o castiçal sagrado (16) foi aceso, somente se achou um vaso de óleo, selado com o sinete de sumo-sacerdote, afim de se alimentar as lâmpadas. Este era de óleo *puro*, mas o suprimento era apenas suficiente para um dia. Entretanto, por um milagre, o óleo aumentou, de sorte que o frasco se conservou cheio durante oito dias, em memória do que instituiu-se o costume de iluminar, pelo mesmo espaço de tempo, não só o Templo como as casas particulares. Um culto escritor judeu, o dr. Herzfeld, (17) aventa a hipótese de haver sido instituída “a festa das luzes”, na ocasião em que foi reacendido o fogo sagrado, no altar purificado no Segundo Templo, afim de se comemorar a descida do fogo do céu sobre o altar do Templo de Salomão. (18) Mas, mesmo assim, a prática variava nos seus detalhes. Podia, por exemplo, o chefe da casa acender uma lâmpada para toda a família ou uma para cada membro dela, ou, então, se era muito religioso, poderia acrescentar uma lâmpada para cada pessoa todas as tardes, de maneira que, tratando-se de uma família de dez pessoas, no primeiro dia houvesse dez lâmpadas, no segundo vinte, e assim por diante, chegando a oitenta lâmpadas no oitavo dia. Mas aqui há também uma

diferença entre as escolas de Shamaï e Hillel — este observando a prática acima descrita, e aquele acendendo o maior número de lâmpadas na primeira tarde, e diminuindo o número até o último dia Na Festa da Dedicção, assim como na de Purim e nas Luas Novas, não se guardava nenhum jejum público. (19) embora fosse permitida a lamentação privada. (20)

As fórmulas de oração atualmente em uso pelos judeus são de data comparativamente recente, sendo que os Caraítas, que, em muitos respeitos, representam as tradições mais antigas de Israel, não observam o festival de modo nenhum. Mas não pode haver dúvida de que Nosso Senhor compareceu a esta festa em Jerusalém, (21) naquela ocasião em que declarou abertamente: “Eu e o Pai somos um”. Isto tem para nós uma significação muito mais profunda do que a cerimônia da renovação do fogo no altar, ou qualquer conexão desta festa com a dos Tabernáculos.

3. *A Festa do Oferecimento de Lenha* (22) realizava-se no dia 15 de *Ab* (23) (Agosto), sendo a última das nove ocasiões em que as ofertas de madeira eram levadas para uso do Templo. Quanto às outras oito ocasiões, o Talmude tem o cuidado de nomear as famílias que possuíam este privilégio especial, talvez alcançado “por sorte” no tempo de Neemias. (24) De qualquer maneira, os nomes mencionados na *Mishnah* são exatamente os mesmos do livro de Esdras. (25) Mas no dia 15 de *Ab*, juntamente com certas famílias, *todo* o povo — até mesmo prosélitos, escravos, *Nethinim* e bastardos, mas notadamente os sacerdotes e levitas tinham direito de trazer lenha, de onde ser o dia também chamado “o tempo de maneira dos sacerdotes”. As outras oito estações eram o dia 20 de *Elul* (Setembro), o 1º de *Tebeth* (Janeiro), o

1º de Nisan (fim de Março ou Abril), o 20º de Thammus (exceto “para as famílias de Davi”), o 5º, o 7º, o 10º e o 20º de Ab. E’ de notar que cinco destas estações caem no mês de Ab, provavelmente porque se julgava que a madeira cortada nestas datas, seria melhor. As explicações rabínicas sobre isto são confusas e contraditórias, nada dizendo sobre o motivo por que o dia 15 de Ab era chamado “o dia no qual o machado é quebrado”, a não ser que, depois daquela data até a primavera, nenhuma madeira podia ser *cortada*, se bem que, a que tivesse sido cortada anteriormente, pudesse ser levada. O dia 15 do mês era fixado para a festa, provavelmente porque na lua cheia o mês era considerado como estando na sua maturidade. A tradição, porém, tem a sua explicação do caso. Segundo uma versão, o perverso rei de Israel, Jeroboão, a quem são atribuídos tantos males, teria proibido a condução de madeira e de primícias para Jerusalém; segundo outros, o monarca que decretou a medida foi Antíoco Epifânio, havendo ainda quem atribua o fato a um rei desconhecido qualquer. O que é certo, é que algumas famílias, arrostando o perigo, introduziram lenha, naquele dia, no Templo. Em homenagem a este rasgo de bravura, os descendentes daquelas famílias ficaram com o privilégio de levar a lenha para o Templo.

A lenha era, primeiramente, depositada num cômodo exterior, onde os sacerdotes encarregados deste serviço faziam a separação de todas as toras carunchadas ou impróprias para o serviço do altar. O resto era carregado pelos sacerdotes leviticamente qualificados para este mister, e por eles armazenado na “câmara da lenha”. O 15.º de Ab era observado como um dia de festa popular e alegre. Nesta ocasião as donzelas se vestiam de branco (tal como no Dia de Expição), para dançarem e cantar nas vinhas próximas de

Jerusalém, dando-se oportunidade aos moços de escolherem as suas noivas durante estas danças. Temos a seguinte explicação para esta curiosa prática. Segundo o Talmude, o dia 15 de Ab era o dia em que se suspendia a proibição que impedia as herdeiras de se casarem fora da tribo. (26) Se há algum fundamento nisso, não deixa de ser interessante o fato de, justamente na hora em que todo o Israel, sem distinção de tribos ou famílias, compareciam para fazer as suas ofertas em Jerusalém, terem elas também a liberdade de escolher os seus companheiros de vida, sem as restrições comuns.

4. *Jejuns*. — Estes podem ser classificados em *públicos* e *particulares*. Os particulares, naturalmente, eram destinados a casos de calamidade ou privações de caráter pessoal. Vamos nos ocupar somente dos de natureza pública. A rigor, só encontramos um jejum público ordenado por Deus — o do Dia de Expição. Mas, é do espírito do Velho Testamento e está de acordo com a vontade de Deus, a proclamação de um jejum público e de humilhação, quando sucediam calamidades ou grandes desastres nacionais. (27) Durante o cativeiro da Babilônia, os judeus estabeleceram os chamados *jejuns-memoriais*, para comemoração das grandes catástrofes nacionais. Isto, evidentemente, não tinha um sentido verdadeiramente religioso. O que se chamava, um tanto indiscriminadamente, de calamidades, eram, realmente, julgamentos divinos, determinados pelos pecados nacionais, os quais deveriam ser considerados como justos, motivando um real arrependimento e volta para Deus por parte do povo. Este seria o sentido que o profeta Zacarias deu ao fato, na resposta àqueles que o interrogaram sobre se os jejuns do quarto, do quinto, do sétimo e do décimo mês deviam ser mantidos depois do regresso dos exilados da Babilônia. (28) Ao mesmo tempo, a pergunta comprova que os *quatro*

grandes jejuns judaicos que são observados, além do Dia de Expição e o Jejum de Ester, eram vigorantes desde os dias do cativeiro. (29) “O jejum do quarto mês”- era celebrado no dia 17 de Thammus (cerca de Junho ou Julho), em memória da tomada de Jerusalém por Nabucodonozor e da interrupção do sacrifício diário. A isto a tradição acrescenta que era também o aniversário da fabricação do bezerro de ouro e da quebra das Tábuas da Lei por Moisés. “O jejum do quinto mês”, no dia 9 de Ab, era guardado em razão da destruição do primeiro (e depois do segundo) Templo. E' significativo o fato de o segundo Templo (o de Herodes) ter sido destruído no *primeiro dia* da semana. A tradição diz que naquele dia, Deus tinha pronunciado a sentença de que as carcaças de todos os que tinham saído do Egito cairiam no deserto; mais tarde foi ele também destinado a testemunhar o cumprimento de Jeremias 26: 18-23, quando um centurião romano passou o arado sobre as terras do Monte Sião e sobre o lugar do Templo. “O jejum do sétimo mês”, no dia 2 de Tishri, é comemorativo da matança de Gedalias e seus associados em Mispah. (30) “O jejum do décimo mês” estava associado com o décimo de Tebeth, quando teve começo o sítio de Jerusalém por Nabucodonozor.

Além destes quatro, o do Dia de Expição e o Jejum de Ester, o calendário judaico apresenta outros vinte e dois dias de jejum. E isto não é tudo. Era costume jejuar *duas vezes* por semana (31) entre a semana da Páscoa e o Pentecostes e entre a Festa dos Tabernáculos e a da Dedicação do Templo. Os dias designados para este fim eram o domingo e a quinta-feira de cada semana, porque, de acordo com a tradição, Moisés subiu pela segunda vez ao Monte Sinai para receber as Tábuas da Lei numa quinta-feira, e desceu num domingo. Nos jejuns públicos, era costume (32) trazer a arca que

continha os rolos da Lei da sinagoga para as ruas, e derramar cinzas sobre ela. Todo o povo aparecia coberto de saco e cinza. Cinzas eram aspergidas sobre as cabeças dos anciãos e juízes. Então um dos mais veneráveis deles se dirigia ao povo em termos semelhantes a estes: Meus irmãos, não se diz, a respeito dos homens de Nínive, que Deus tivesse consideração pelos seus jejuns ou pelo fato de se cobrirem de saco, mas que “Deus viu as suas obras, isto é, que eles se arrependeram do seu mau caminho”. (33) Semelhantemente está escrito na tradição (dos profetas): “Rasgai o vosso coração e não os vossos vestidos, e convertei-vos a Jeová vosso Deus”. (34) Um velho, cuja casa e coração Deus “houvesse esvaziado”, para que ele pudesse entregar-se inteiramente à oração, era escolhido para dirigir as devoções. A confissão de pecado e as orações se misturavam com os Salmos penitenciais. (35) Em Jerusalém a reunião se dava na porta oriental, e, sete vezes, (36) nos intervalos das orações, os sacerdotes tocavam as suas buzinas e as suas trombetas. Nas outras cidades, só se tocavam buzinas. Depois das orações o povo se retirava para os cemitérios, a fim de lamentar e chorar. Para haver um jejum completo, era preciso que ele se estendesse de um pôr de sol a outro, quando as estreias apareciam, não sendo permitido durante vinte e seis horas qualquer alimento ou bebida. Por mais solenes, entretanto, que nos pareçam estas cerimônias, o leitor do Novo Testamento sabe como se transformaram elas em mero formalismo; (37) como os jejuns frequentes passaram a ser mera expressão de justiça própria ou de boas obras, em vez de significarem verdadeira humilhação; (38) e como a própria aparência do penitente, com o rosto por lavar e com a cabeça coberta de cinza, constituía uma exibição de orgulho religioso. (39) Na verdade, toda tentativa de arrependimento, de renovação de vida e de religião, sem o Espírito de Deus e

uma mudança de coração, só serve para enredar o homem nos laços da decepção, para enchê-lo de orgulho espiritual e, além de tudo, aumentar a sua real alienação de Deus. (40)

NOTAS

- 1) Ester 3: 7; 9: 24.
- 2) Ester 9: 17-24.
- 3) Jer. Megillah, 70, b. O ilustrado Jost (Gesch. d. Judenth., 1 42, nota 1) sugere que estes “85 anciãos” foram, de fato os iniciadores da “grande sinagoga”, à qual se prendem tantas ordenanças judaicas dos últimos tempos. O número foi depois, pensa ele, aumentado arbitrariamente para 120, número este que a tradição atribui “à grande sinagoga”. A “grande sinagoga” pode ser considerada a autoridade “constituída” sobre todas as questões de ritual, depois da volta da Babilônia. Finalmente Jost sugere que os 85 anciãos foram os signatários do “pacto” citado em Nee. 10: 1-27.
- 4) João 5: 1.
- 5) João 4: 35.
- 6) João 4: 4.
- 7) João 10: 22.
- 8) Ver Jost, vol. 1, pág. 265.
- 9) As nossas citações são tiradas principalmente do tratado Megillah, da Mishnah, o qual, entretanto, é o mais discursivo do todos, tratando de muitos assuntos além da Festa de Purim.
- 10) Megillah 4: 1.
- 11) Antíq. 11: 6, 13.
- 12) Antíq. 12: 7, ss.
- 13) De fato, as três são assim comparadas em 2 Mac. 10: 6, e até o mesmo nome aplicado a elas, 1: 9, 18. Geiger (Urschr. u. Uebers. pág. 227) dá uma engenhosa, porém pouco satisfatória explicação da última circunstância.
- 14) João 2: 19. Ver “Christmas a Festival of Jewish Origin”, em Leisure Hour for Dec., 1873.
- 15) Antíq. 12: 7, 7.

- 16) Segundo a tradição, o primeiro castiçal daquele Templo era de ferro estanhado; o segundo, de prata, e, finalmente, passou-se a usar um de ouro.
- 17) Gesch. d. Volkes Isr., vol. 2, pág. 271.
- 18) 2 Cron. 7: 1.
- 19) Taan., 2: 10.
- 20) Moed Katon, 3: 9. Assim sendo, a afirmação da Enc. de Kitto, vol. 1, pág. 653, de que a “lamentação” por qualquer “prejuízo” não era permitida deve ser corrigida ou, pelo menos, modificada.
- 21) João 10: 22.
- 22) Mish., Taan., 4; Josefo — “Guerras Jud. 2: 17, 6.
- 23) Por engano nossas edições de Josefo fixam o 14º como a data desta festa.
- 24) Nee. 10: 34; 13: 31.
- 25) Esdras 2; ver Herzfeld, vol.1; 469; 2:144.
- 26) Comp. Herzfeld, vol. 2: 144, nota 33.
- 27) Ver Juizes 20: 26; 1 Sam. 7: 6; 1 Reis 21: 27; 2 Cron. 20: 3.
- 28) Zacar. caps. 7 e 8.
- 29) Zacar. 8: 19.
- 30) Jer. 41: 1.
- 31) Luc. 18: 12.
- 32) Ver Taanith 2: 1-6.
- 33) Jonas 3: 10.
- 34) Joel 2: 13.
- 35) Salmos 102, 120, 121 e 130. A nossa narrativa se baseia na Mishnah (Taan. 2), mas não citamos os Salmos na ordem ali mencionada, nem reproduzimos as orações e “bênçãos”, porque elas parecem ser, na maioria, senão totalmente, de data posterior. Em geral, cada uma delas baseia a sua esperança de ser ouvida em algum exemplo das Escrituras, como o de Abrão no Monte Moriá, de Israel na passagem do Mar Vermelho, de Josué em Gilgal, de Samuel em Mispah, de Elias no Carmelo, de Jonas -no ventre da baleia, e de Davi e Salomão em Jerusalém. Certas tolerâncias do jejum eram concedidas aos sacerdotes em serviço.
- 36) Para detalhes interessantes da descrição, ver Taan, cap.2, vr. 5.

- 37) Mat. 9: 14; Marc. 2: 18; Luc. 5: 33.
- 38) Luc. 18: 12.
- 39) Mat. 6: 16.
- 40) Das três seitas ou escolas eram os fariseus os mais rigorosos, estando também nisto em polo oposto aos saduceus. Os jejuns dos essênios eram, na verdade, até mais rígidos e quase constantes, mas não tinham por fim alcançar mérito, senão libertar a alma da escravidão do corpo, o qual era considerado como a sede de todo pecado. Além dos jejuns acima mencionados, e aquele que todos os primogênitos guardavam na véspera da Páscoa, os já aludidos “homens da estação”, quando não podiam subir a Jerusalém, jejuavam na segunda-feira, na terça, quarta e quinta, nas suas respectivas sinagogas, e oravam a favor dos seus irmãos e do povo. Eles relacionavam os seus jejuns e orações com os versículos do capítulo primeiro de Gênesis que eles liam naqueles dias. Na segunda-feira, Gen. 1: 9, oravam pelos navegantes; na terça, vrs. 11 e 12, pelos viajantes; na quarta, em razão das supostas influências perigosas do sol e da lua, liam o vr. 14 e oravam a favor das crianças doentes; e na quinta (vr. 20) pelas mulheres que cuidavam das crianças e por todos os pequeninos. Se pensássemos 'em mais particularidades, estaríamos sujeitos a nos esquecer dos serviços do Templo e passarmos a tratar dos costumes da sinagoga. E' curioso notar, entretanto, como a Igreja Católica tem adotado exatamente as práticas da sinagoga. Imitando os quatro jejuns judaicos mencionados em Zacarias 8: 19, o ano foi dividido em quatro seções — Quatember — cada uma assinalada por um jejum, três destes sendo relacionados pela tradição com o bispo Calixto (223), e o quarto com o papa Leão I (440). Em 1095, Urbano II fixou estes quatro jejuns nas quartas-feiras depois da quarta-feira de cinzas, do domingo de Pentecostes, da Exaltação da Cruz e da Festa de Santa Lúcia (13 de Dezembro), de acordo com este dístico monacal: “Post Luciam, cineres, post sanctum peneuma, crucemque Têmpora dat quatuor feria quarta sequens”. A Igreja primitiva substituiu os dois jejuns judaicos — segunda e quinta-feira — pelos denominados “dies stacionum”, “dias de guarda” do soldado cristão, ou dias de jejum cristão — quarta e sexta-

feira, nos quais o Salvador foi respectivamente traído e crucificado. Ver o art. “Fasten”, na Enc. de Herzog, Encycl., vol. 3º, págs. 334-329.

Capítulo IX

AS ORDENANÇAS E AS LEIS DO SÁBADO NA MISHNAH E NO TALMUDE DE JERUSALÉM

(Resumo do Apêndice ao
cap. 35 do Livro III da “Vida e
Tempos de Jesus”, do Dr. Edersheim).

As exageradíssimas opiniões dos rabis e as suas intermináveis e intoleráveis regras a respeito do sábado só poderão ser bem compreendidas à luz de uma análise da *Mishnah* (tradições judaicas codificadas depois do primeiro século da era cristã) e do Talmude de Jerusalém (*Gemara* ou comentários sobre a *Mishnah*, havendo outra *Gemara* babiloniana, mais extensa).

O tratado sobre o *Sabbath* é apenas um dos doze que formam a segunda seção das seis, em que a obra é dividida. Esta segunda seção trata das Estações Festivas (*Seder-Moed*). Mas para bem entendermos toda a regulamentação do sabbado, é indispensável levar em conta o segundo tratado da referida seção, o qual se ocupa com os *Erubin*, isto é, “as regras de conexão ou mistura” que abrandavam as imposições das leis. Vejamos um exemplo destes *erubin*. Suponhamos que um certo número de casas particulares tenham saída para um pátio comum. Seria ilegal, no sabbado, carregar qualquer coisa de uma destas casas para cutra. Esta dificuldade, porém, é removida, se todas as famílias depositarem, antes do sabbado, algum alimento no pátio ou área comum, pois se estabelece uma “conexão” entre as várias casas, o que as torna uma só habitação. Este é o “*Erubh de Cortes*”, havendo muitos outros referentes à “jornada de um sabbado” à “conexão de ruas e becos”, etc., tudo de molde a facilitar a observância do sabbado ou a criar *ficções* de toda ordem.

Passemos agora a examinar o ensino rabínico acerca da observância do dia. Nada menos de vinte capítulos, no Talmude de Jerusalém, e vinte e quatro no Babiloniano discutem, com a maior seriedade, as mais fúteis questões que se pudessem imaginar. Diz-se mesmo que um certo rabi gastou dois anos e meio de estudo sobre um destes capítulos que tratava do assunto referente a bestas de carga, para demonstrar, por exemplo, que o animal não podia ser conduzido com o seu arreio por uma estrada, a não ser que a arreadura tivesse sido colocada antes do sabbado, mas era permitido conduzir o animal, nestas condições, para uma praça, sob o pretexto de que a coberta, neste caso, era para aquecê-lo... E’ difícil descobrir, em detalhes semelhantes,

qualquer traço de espiritualidade ou de respeito à santidade de Deus!

O tratado sobre o sábado começa com prescrições relativas à sexta-feira, a fim de se evitar enganos decorrentes do encontro das duas tardes, pois o dia judaico começa à tarde. A primeira coisa discutida era o tópico referente ao transporte de objetos, havendo oito ordenanças especiais, começando pela definição do que era “carga” e passando a determinar as distinções entre *levantar* e *depositar ou descer* a carga; entre conduzir para um lugar público ou para um lugar privado, etc. para, em seguida, tratar do tamanho e do peso da carga. A medida padrão para o alimento proibido era o tamanho de uma azeitona, e o peso era o de um figo seco. Aí entrava a casuística para resolver os casos mais curiosos. Se um homem, digamos, comesse alimento do tamanho de meia azeitona e o vomitasse, *no* caso de comer outra metade, tinha pecado, porque o paladar teria provado alimento correspondente a uma azeitona inteira; mas se um indivíduo depositasse em certa localidade a carga do peso de meio figo e a removesse daí para outro lugar, não linha culpa, porque a carga não excedera, no total, de um figo. Outro exemplo: Um objeto lançado para o ar e apanhado com esta mão, era pecado; mas se fosse apanhado com a boca, não havia culpa, porque, desde que comido, não existia mais. Mais um: Apanhar água da chuva diretamente do céu, não era pecado; se, porém, fosse tomada da parede por onde escorria, já o era.

Desta sorte, a simplicidade da lei, conforme vemos em Ex. 36: 6 e Jer. 17: 22, se transforma neste mecanismo de ordenanças exteriores criado pelo tradicionalismo.

Até aqui temos discutido o *primeiro* cânon legal do tratado denominado “Sabbath”. Examinemos, agora, ainda que ligeiramente, alguns pontos mais importantes da legislação rabínica sobre o assunto.

Pouco antes de começar o sábado (sexta-feira de tarde) já não se podia iniciar coisa alguma. O alfaiate não podia sair com a sua agulha; nem o escriba com a sua pena; nem se podia examinar uma roupa à luz de lâmpada. Um mestre não podia permitir que seu discípulo lesse, ao lusco-fusco. Tudo isso era com o fim de evitar qualquer tentação de fazer trabalho.

Estas regras eram debatidas pelas escolas de Hillel e Shamaí, sendo mais rigorosa a de Shamaí. Esta mesma escola ia ao extremo, em referência aos gentios, de proibir qualquer contato, conversa, aceitação de alimento, de testemunho, enfim, qualquer aproximação deles em dia de sábado. Proibia também qualquer mistura, desde que os ingredientes não pudessem ser dissolvidos ou assimilados antes do sábado. A lei afetava ainda os objetos inanimados. A lâ não podia ser tingida, se o processo não ficasse concluído antes de sábado. O rabi Gamaliel tinha o cuidado de mandar lavar a sua roupa três dias antes de sábado. Ambas as escolas concordavam em que ao assar ou cozinhar a carne, devia ela formar uma crosta antes do sábado, exceto no caso do cordeiro pascoal. E a escola de Shamaí proibia mandar-se uma carta pela mão de um gentio, não só na sexta, como na quinta e até mesmo na quarta-feira.

Sendo admitido que a lei sobre o modo de acender a lâmpada do sábado foi dada por Moisés, no Monte Sinai, a

Mishnah, no segundo capítulo do tratado, discute a substancia de que, respectivamente, o pavio e o óleo devem ser compostos, exigindo sempre que o óleo que alimenta o pavio não seja posto num vaso separado, para que a remoção daquele vaso não venha a determinar o apagamento da lâmpada, o que seria quebra da lei do sábado. Mas se a luz fosse apagada por medo dos gentios, de ladrões ou de espíritos maus, não haveria quebra da lei. Sobre este ponto a casuística é rica em casos e soluções extravagantes.

No capítulo seguinte do tratado, discute-se a maneira pela qual se pode conservar quente o alimento, uma vez que nenhum fogo pode ser aceso em dia de sábado. Uma disposição curiosa, neste sentido, é a que proíbe cozinhar-se um ovo pondo-o perto de uma chaleira de água quente, ou envolvendo-o em panos, ou na areia aquecida pelo sol. Não se podia derramar água quente sobre a fria, mas o inverso era legal, sendo, porém, pecado, preparar-se uma compressa fria ou quente. Assim eram levantadas muitas questões, sendo regra geral que se devia evitar tudo que concorresse para aumentar o calor, desde que isto produzisse algum efeito externo que equivalesse a trabalho.

O capítulo cinco do tratado se ocupa com coisas relacionadas com o começo do sábado. Merece atenção especial o cuidado com o gado. Os animais precisam descansar, de modo que só ornamentos ou coisas relacionadas com a segurança deles são permitidas. Nem mesmo se deve evitar por meio de qualquer atadura que uma ferida sofra qualquer fricção. Outro tópico considerado com cuidado é o referente ao uso da roupa. Não se deve trazer, na roupa, nada que pareça uma carga, como, por exemplo, uma fita ou ornamento que se possa tirar e carregar. A mulher

deve ter todo o cuidado, afim de não trazer consigo qualquer adereço que ela possa, inadvertidamente, tirar e carregar como “carga”, tais como brincos, anéis, braceletes, etc. Nem deve olhar-se ao espelho, porque pode descobrir um cabelo branco e ter tentação de arrancá-lo... E no meio de inúmeras questões semelhantes, uma das mais sérias era saber-se o que devia ser feito no caso de desamarrar-se o laço de uma sandália.

O sétimo capítulo do tratado contém a parte mais importante do todo. Começa estabelecendo o princípio de que, se uma pessoa ignorar a lei ou houver-se esquecido dela, todas as quebras que tiver praticado no correr de semanas devem ser consideradas como uma única falta. Se a quebra do sábado foi por engano do dia, cada sábado profanado deve ser expiado; mas se a quebra da lei foi motivada por uma interpretação errônea, então cada transgressão separada constitui um pecado que deve ser punido, embora os trabalhos que estiverem relacionados como *espécie* para o *gênero* devam ser considerados como uma só obra. Segue-se que a culpa se prende ao estado da mente, antes do que ao feito exterior. Em seguida são enumeradas trinta e nove obras capitais ou “obras dos pais” (*Aboth*), todas estas supostamente proibidas pela Bíblia, como semear, arar, colher, amarrar os molhos, moer, tecer lavar, cozinhar, caçar, etc.

O número trinta e nove representa o número de vezes que a palavra “*trabalho*” ocorre na Bíblia, e todos estes *aboth* ou “pais” de obra estão, dizem eles, relacionados com algum serviço do Tabernáculo ou são aparentados com tais obras. Cada uma destas obras principais envolve a proibição de um certo número de outras obras derivadas delas, de onde

serem chamadas “descendentes” (*toledoth*). Um caso ilustrará a regra: *Atar molhos* é uma “obra principal”, um “pai” (dos Aboth). Quando os discípulos de Jesus colheram espigas e as esfregaram com as mãos, eles estavam praticando uma obra das “descendentes” (*toledoth*). Ou então: Se uma mulher revolvesse o trigo para tirar a palha, estava peneirando; se esfregasse a ponta da haste, estaria moendo, e assim por diante. Faziam-se as distinções mais absurdas. Um rabanete podia ser mergulhado no sal, mas se ficasse aí muito tempo, era pecado, porque podia transformar-se em conserva. Se caísse água na roupa, podia-se sacudir o vestido, mas não torcer; já outros achavam que se devia torcer e não sacudir. E’ evidente que a opinião dos rabis, varia em casos controvertidos, não em questões estabelecidas.

A Mishnah continua a explicar que, para constituir falte, o objeto transportado de um lugar para outro deve ter um determinado valor. A quantidade é regulada: com respeito ao alimento de animais, à capacidade de sua boca; em referência ao homem, um figo seco é o padrão; com respeito a líquidos, a medida é tanto vinho quanto se usa num cálice, isto é, a medida do cálice deve ser um quarto de *log* (0. 36 de um litro), devendo o vinho ser misturado com água, na proporção de três partes de água para uma de vinho (uma décima sexta parte de um *log*). Quanto ao leite, a boca cheia; de mel, o suficiente para cobrir uma ferida; de óleo, o bastante para ungir o menor membro; de água, o suficiente para um colírio; e dos outros líquidos, o quarto de um *log*.

No tocante a outras substancias, o critério, quanto ao que constituía carga, era a possibilidade de qualquer coisa se transformar em utilidade. Assim, dois fios de crina podiam

ser transformados numa armadilha de passarinhos; um pedaço de papel escrito podia ser utilizado como envoltório de um frasco. Transportar tais coisas era pecado.

Passando a outro aspecto do assunto, a Mishnah estabelece que, para constituir pecado, o objeto levado de um lugar para outro teria de ser transportado imediatamente e no todo, não por partes, e isto pelos meios usuais. Se um objeto que uma pessoa podia levar sozinha fosse conduzido por duas, não havia falta. Cortar as unhas ou o cabelo era um pecado mortal; mas, se feito por um processo diferente, o pecado seria menor.

Daqui passa a Mishnah a discutir o que é análogo a carregar, como seja, arrastar ou atirar. O critério é verificar-se o que pode assumir um caráter permanente ou contribuir para um trabalho futuro. Também é preciso considerar não tanto a quantidade como a qualidade do serviço. Caçar é proibido, assim como usar qualquer coisa que concorra para a caça. Se um veado corresse na direção da porta, era pecado fechar a porta, e até mesmo assentar-se à porta para obstruir o caminho. Era trabalho.

O capítulo dezesseis do tratado se ocupa com as prescrições relativas ao fogo ou ao modo de apagá-lo em dia de sábado. A mesma futilidade e a mesma minuciosidade. Dos alimentos e bebidas, só podiam ser retirados das chamas o que fosse indispensável para o sábado; mas se o alimento estivesse num armário ou numa cesta, podia ser salvo inteiramente. Havia parte das Escrituras que não deviam ser lidas no sábado, por não tratarem de assunto doutrinai. A leitura da Mishnah era mais importante do que a da Bíblia, sendo a do Talmude a mais meritória, porque habilitava o ho-

mem a conhecer o certo e o errado. Peças litúrgicas que continham o nome de Deus não podiam ser tiradas das chamas nem igualmente os Evangelhos e os escritos heréticos dos cristãos. Em dia de semana, porém, era aconselhável retirar os nomes divinos e, em seguida, queimar aqueles livros.

Outro capítulo trata do mobiliário, do seu uso e a maneira de remover qualquer peça. Mais interessante é o capítulo dezoito, que considera as recomendações rabínicas sobre coisas semelhantes àquelas que são proibidas pela Bíblia. Aqui se estabelece que não é pecado remover a palha ou o trigo, para o fim de se dar acomodação a um hóspede. Entretanto não se deve remover toda a palha, afim de não se raspar o chão, o que é trabalho.

No capítulo vinte, o tratado passa a considerar o que é permitido no sábado, sob a condição de ser feito de modo diferente do comum. Desta sorte, certas soluções que são feitas com água, devem ser feitas com vinagre.

O capítulo vinte e dois mostra que todas as precauções dos rabis têm a finalidade de evitar que a Bíblia seja transgredida. Daí se segue que, quando não houver este perigo, não há restrição. Por exemplo, uma pessoa pode tomar banho em água mineral, mas não pode levar para casa a toalha com que se enxugou.

Nos dois últimos capítulos a Mishnah trata das coisas que são ilegais, pelo fato de ofenderem a dignidade do sábado. Certas regras aqui são interessantes, por dizerem respeito a compras para os dias de festa. Era permitido pedir emprestado vinho, pão ou óleo, em dia de sábado, desde que

isto não implicasse numa dívida. Se o dia da Páscoa caísse depois do sábado, era permitido comprar não só o cordeiro, como tudo o mais que fosse necessário. Isto explica como Judas podia ter saído, na véspera da Páscoa, para fazer compras, uma vez que a lei era menos exigente, quando se tratava das festas.

No último capítulo a Mishnah volta a discutir detalhes minuciosos. Supondo que um viajante chegasse de viagem no começo do sábado, ele só devia retirar do animal aquilo que fosse de uso permitido. Quanto ao mais, seria legítimo desatar o nó e deixar as correias caírem por si. Era também permitido desatar os molhos de palha e esfregar as espigas que pudessem ser comidas daquele modo, contanto que se tivesse todo o cuidado, afim de não se fazer o que fosse desnecessário.

O que aí fica é uma pequena amostra da lei do sábado, que, de maneira nenhuma, esgota o assunto. Podíamos demorar, citando fatos referentes ao *Muqtsah* ou “intenção”, entre os quais cita-se, por exemplo, o caso de um ovo. O que se usa no sábado deve ser preparado, para este fim, intencionalmente, noutro dia. Se a galinha pôs um ovo no sábado não podemos comê-lo, porque não houve intenção, evidentemente, de se destinar ao sábado uma coisa que não existia; mas, se a galinha era destinada a engorda e não a postura pode-se comer o ovo, porque este faz parte da galinha!

Há outros tratados do Talmude que cuidam também do sábado. Citamos de um deles, apenas para encerrar esta resenha, a seguinte regra: Se caísse uma parede e apanhasse uma pessoa, havendo dúvidas de que esta estivesse debaixo

dos escombros, podia-se limpar o monturo até descobrir a vítima. Se esta ainda estivesse viva, devia-se continuar o trabalho; se morta, suspendia-se o serviço.

Tais são algumas das principais provisões rabínicas destinadas a alargar a simplicidade das Escrituras

sobre este assunto, prescrições estas que chegaram a deturpar inteiramente o espírito da lei, transformando-a numa carga insuportável. Não é de admirar que Jesus se insurgisse contra semelhantes ordenanças da Sinagoga e reagisse contra a conduta dos seus líderes. Nem podemos imaginar maior contraste entre o ensino de Cristo sobre este assunto e o ensino dos chefes mais avançados do judaísmo. E de onde esta diferença, a não ser que Cristo era o mestre “vindo de Deus”, “Aquele que falava como nenhum outro homem falou?”.